



Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e  
Documentação  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação

RODRIGO VASCONCELOS RODRIGUES PINHEIRO

## **OS NOVOS OBJETIVOS DO CATÁLOGO DE BIBLIOTECA**

Brasília – DF  
2009



Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e  
Documentação  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação

RODRIGO VASCONCELOS RODRIGUES PINHEIRO

## **OS NOVOS OBJETIVOS DO CATÁLOGO DE BIBLIOTECA**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Ciência da Informação e Documentação da  
Universidade de Brasília, como parte dos  
requisitos para a obtenção do grau de Bacharel  
em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Prof. Dra. Dulce Maria Baptista

Brasília – DF  
2009

Pinheiro, Rodrigo Vasconcelos Rodrigues.

Os novos objetivos do catálogo de biblioteca / Rodrigo Vasconcelos Rodrigues Pinheiro. — Brasília, 2009.

114 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Dulce Maria Baptista. — Monografia (graduação) — Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2009. — Bibliografia: f. 103-114.

1. Catálogo de biblioteca. 2. Objetivos do catálogo de biblioteca. 3. Catalogação descritiva. 4. Princípios de catalogação. I. TÍTULO.



---

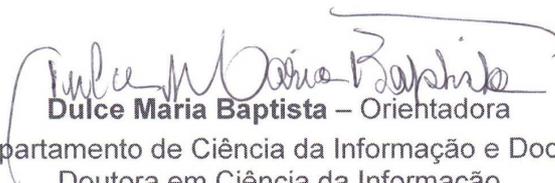
**Título: Os novos objetivos do Catálogo de Biblioteca.**

**Aluno:** Rodrigo Vasconcelos Rodrigues Pinheiro

**Monografia apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.**

Brasília, 24 de novembro de 2009.

Aprovada por:



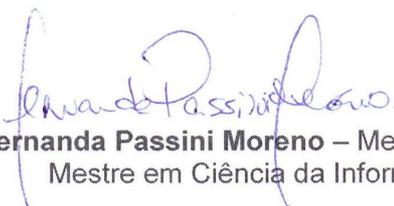
**Dulce Maria Baptista – Orientadora**

Professora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação



**Marisa Brascher Basílio Medeiros – Membro**

Professora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação



**Fernanda Passini Moreno – Membro**  
Mestre em Ciência da Informação

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Eterno, por me enviar constantemente claras mensagens de esperança.

Agradeço à Poesia, a arte que me escolheu tão cedo e que me ajuda a “aproveitar ou tolerar melhor a vida.”

Agradeço aos meus pais, pela dedicação e pelo amor infinito.

Agradeço à Professora Dulce, que aceitou me orientar neste trabalho e que me encorajou a seguir adiante já na primeira reunião. Sua sabedoria, sua generosidade e sua elegância me inspiram desde as aulas de Catalogação.

Devo agradecer também à Biblioteca Central da UnB e ao Internet Archive – sem alguns documentos presentes em suas coleções, este trabalho não teria sido concluído em tempo hábil.

“A catalogação é uma arte, não uma ciência. Nenhuma regra pode substituir a experiência e o bom julgamento, mas alguns dos resultados da experiência podem ser mais bem indicados por regras.”

Charles Ammi CUTTER – *Rules for a Dictionary Catalog* (1904, p. 6, tradução minha).

## Resumo

Os novos objetivos do catálogo de biblioteca correspondem ao conjunto de “Objetivos e Funções do Catálogo” estabelecido na última edição da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Anteriormente, os objetivos do catálogo haviam sido formalizados duas vezes: primeiro em 1876, por Charles Ammi Cutter, e em 1961, na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação. Do ponto de vista histórico, esses objetivos podem ser reconhecidos, portanto, em três fases. As três fases dos objetivos do catálogo são apresentadas neste trabalho. O contexto atual de acesso à informação, representado pela ampla utilização da World Wide Web, é considerado o principal responsável pelo surgimento da terceira fase dos objetivos do catálogo. É com base na relação entre os seus objetivos e esse novo contexto que se defende uma redefinição do conceito de catálogo. Um dos novos objetivos do catálogo de biblioteca, o objetivo navegacional, é visto como o elemento que mais aponta para a necessidade de redefinição conceitual. O código de catalogação *Resource Description and Access (RDA)* é apresentado neste trabalho como um possível meio para o alcance dos novos objetivos do catálogo.

**Palavras-chave:** Catálogo de biblioteca; Catálogo on-line; Catalogação descritiva; Objetivos do catálogo de biblioteca; Princípios de catalogação; Organização da informação; Catalogação anglo-americana.

## **Abstract**

The new objectives of the library catalog correspond to the set of “Objectives and Functions of the Catalogue” established by the Statement of International Cataloguing Principles in its latest edition. Previously, catalog’s objectives had been formalized twice: first in 1876, by Charles Ammi Cutter, and in 1961, at the International Conference on Cataloguing Principles. From a historical perspective, these objectives can thus be recognized in three phases. The three phases of the objectives are presented in this study. Today’s information access scenario, represented by the World Wide Web’s powerful presence, is considered to be the main responsible for the appearance of the third phase. Based on a relation between catalog’s new objectives and the present information access scenario, this study defends a conceptual redefinition of the library catalog. One of the new objectives of the library catalog, the navigational objective, is seen as an element that prominently points to this need of conceptual redefinition. Code of cataloging rules *Resource Description and Description (RDA)* has been presented in this study as an instrument that can possibly be used for achieving the new objectives of the library catalog.

**Keywords:** Library catalog; Online library catalog; Descriptive cataloging; Objectives of the library catalog; Cataloging principles; Information organization; Anglo-American cataloging.

## Sumário

1	Introdução.....	10
2	Os objetivos do catálogo de biblioteca na literatura: uma breve revisão .....	14
3	Objetivos.....	20
3.1	Objetivo geral .....	20
3.2	Objetivos específicos .....	20
4	Metodologia.....	21
5	Definições e fundamentos .....	22
5.1	Catálogo de biblioteca .....	22
5.1.1	Catálogo de biblioteca = Catálogo on-line .....	24
5.2	Catalogação .....	27
5.2.1	Catalogação anglo-americana.....	30
6	Os objetivos do catálogo de biblioteca.....	38
6.1	Os objetivos do catálogo segundo Cutter (1876).....	39
6.2	Os objetivos do catálogo segundo a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (1961).....	45
7	Os novos objetivos do catálogo de biblioteca .....	56
7.1	Modelos conceituais .....	57
7.1.1	Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) .....	57
7.1.2	Functional Requirements for Authority Data (FRAD).....	60
7.2	As tarefas do usuário e os objetivos do catálogo.....	62
7.2.1	Atualidade dos objetivos do catálogo.....	67
7.3	Uma interpretação do objetivo navegacional .....	72
7.4	RDA e o cumprimento dos novos objetivos.....	83
7.4.1	RDA – origem, desenvolvimento e repercussões.....	84
7.4.2	RDA e os novos objetivos do catálogo.....	92
8	Considerações finais .....	100
9	Referências bibliográficas .....	103

## 1 Introdução

O uso da World Wide Web e de seus mecanismos de busca tem tido forte influência sobre a forma como as pessoas buscam informação em outros ambientes, como os catálogos on-line das bibliotecas. O fato de o comportamento de busca dos usuários das bibliotecas ser moldado pela experiência com a Web somado a uma preponderância da própria Web como fonte ampla de informação faz com que não reste outra alternativa senão adaptar os catálogos de biblioteca a esse novo contexto.

A despeito dos avanços tecnológicos que se sucederam desde a época em que os catálogos on-line começaram a ganhar projeção, no fim da década de 1970, há certo consenso entre especialistas com relação à existência de deficiências em vários elementos que compõem esses sistemas de descoberta de informação. Os problemas vão desde a insuficiência dos formatos de codificação no que diz respeito à expressão de relacionamentos bibliográficos, como ocorre com o Machine-Readable Cataloging (MARC), até a presença da maioria dos catálogos na chamada “Web profunda”, o que impossibilita a recuperação de seus registros por quem utiliza os mecanismos de busca. De um modo geral, os catálogos de biblioteca ainda não usufruíram por completo das tecnologias computacionais disponíveis – ao que parece eles têm estado à margem do desenvolvimento tecnológico; e fazer buscas em um catálogo on-line é, para muitos usuários, interagir com um sistema inflexível e pouco inteligente.

A partir do momento em que os catálogos de biblioteca puderam ser manuseados pelos usuários comuns – que ganharam com isso mais independência –, em vez de apenas pelos bibliotecários e funcionários das instituições, os catálogos tiveram que ser planejados também em função das características e do comportamento desses usuários. O papel de guia das coleções passou a ser considerado tão importante quanto o papel de inventário que o catálogo sempre precisou cumprir. Como será visto neste trabalho, ter o usuário comum “em mente”, com a diversidade que o caracteriza, se transformou definitivamente em um princípio no momento de elaborar regras de catalogação ou de organizar os registros bibliográficos.

É a partir desse princípio que os objetivos do catálogo de biblioteca devem ser estabelecidos. Estar ciente das reais necessidades dos usuários é fundamental. E o fato de o catálogo ter sido concebido muitas vezes com base em uma “hipostatização” dessas necessidades, como afirma

Svenonius (2000, p. x), não faz dele um instrumento menos eficaz. Segundo um relatório do Online Computer Library Center (OCLC) publicado recentemente, há pouca evidência de que o primeiro teórico a formalizar os objetivos do catálogo, Charles Ammi Cutter, tenha feito testes rigorosos com usuários (OCLC, p. 1). Cutter pode até não ter feito estudos de usuários para embasar seus métodos, mas anos de trabalho na biblioteca do Boston Athenaeum, cujo catálogo impresso foi corrigido e recompilado pelo próprio Cutter, deram a ele oportunidades suficientes para observar as dificuldades dos usuários. Cutter começou a trabalhar nessa biblioteca em 1869. Entre 1874 e 1882 foram publicados os cinco volumes daquele que seria chamado de “[...] o primeiro grande exemplo do catálogo dicionário em sua perfeição [...]” (THE LIBRARY JOURNAL, 1903, p. 651, tradução minha). As regras de catalogação de Cutter, *Rules for a Dictionary Catalog*, publicadas em 1876, “[...] foram úteis principalmente para a sua própria orientação, e para a orientação dos que se associaram a ele na preparação do catálogo do Boston Athenaeum [...]” (FOSTER, 1903, p. 698). No entanto, elas logo se tornaram um parâmetro dentro da catalogação anglo-americana, e a declaração de objetivos do catálogo ali presente ainda é válida, apesar de todas as mudanças pelas quais o catálogo de biblioteca passou. Cutter trabalhou durante quase 25 anos na biblioteca do Boston Athenaeum. Quando ele deixou a instituição, suas regras já haviam passado por uma terceira edição e os objetivos do catálogo permaneciam inalterados; isso permite afirmar que qualquer representação equivocada das necessidades dos usuários nos objetivos de 1876, certamente, teria sido eliminada nas edições seguintes, assim como ocorreu com algumas regras. Mas não havia equívocos!

Neste trabalho, os objetivos estabelecidos por Cutter não são vistos como um estágio primitivo sobre o qual se sobrepuseram estágios mais avançados. Embora Cutter tenha sido “o primeiro”, seus objetivos são, de um modo geral, completos, e, mesmo que devam ser vistos como um produto dos recursos e da tecnologia de sua época, eles ainda podem ser aplicados nos catálogos contemporâneos.

Este é um trabalho sobre os “novos objetivos” do catálogo de biblioteca, aqueles estabelecidos na última versão da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009a). Assim como em outros trabalhos que abordaram de alguma forma o mesmo tema, esses novos objetivos são colocados como a terceira fase dos objetivos do catálogo na história da catalogação anglo-americana e de caráter internacional. A primeira fase é representada pelos objetivos de Cutter (CUTTER, 1904), e a segunda fase é representada pelo

tópico “Funções do Catálogo” da primeira Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, os “Princípios de Paris”. (THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961).

Neste trabalho há um esforço para não fazer parecer que uma fase seja melhor do que outra. Toda comparação que é feita tem somente a finalidade de verificar se as fases anteriores podem dar contribuições às fases posteriores, ou se já estão presentes nelas, por razões históricas ou por questões de escolha. Em vez de partir diretamente para os novos objetivos, que incorporaram os conceitos dos modelos *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* e *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)* e que levam em conta o contexto de acesso à informação apontado anteriormente, este trabalho trata as fases anteriores com igual importância, com o intuito de mostrar que alguns problemas que acarretaram seu surgimento permanecem atuais. Portanto, essas duas fases dos objetivos – segundo Cutter e segundo os “Princípios de Paris” – são apresentadas e discutidas, com base em vários teóricos e especialistas, nos tópicos que antecedem o tópico sobre os novos objetivos.

O objetivo navegacional, o quinto objetivo estabelecido na nova Declaração de Princípios (IFLA, 2009a) é interpretado aqui como resultado do contexto atual de acesso à informação e é considerado, sobretudo em sua “segunda parte”, como indício de que o catálogo de biblioteca precisa passar por uma redefinição. Por lidar com questões conceituais, este trabalho faz inicialmente um resgate dos conceitos de “catálogo de biblioteca” e “catalogação”; as definições e os fundamentos trazidos no tópico correspondente também esclarecem sobre em que sentido os dois termos (“catálogo” e “catalogação”) são utilizados neste trabalho.

Um novo código de catalogação, *Resource Description and Access (RDA)*, está prestes a ser publicado depois de pelo menos quatro anos de elaboração. Esse código pretende substituir o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição revista (AACR2). Assim como ocorreu com a nova Declaração de Princípios, os conceitos dos modelos FRBR e FRAD foram incorporados à estrutura do RDA. Neste trabalho, também se tenta verificar até que ponto as regras do RDA podem ser um meio para o cumprimento dos novos objetivos do catálogo de biblioteca. As análises do RDA feitas aqui são análises relativamente superficiais. Entende-se que a grande quantidade de instruções descritivas dadas no RDA demanda um estudo

dedicado exclusivamente a elas. Além da complexidade do código, o fato de ele não ter sido testado e, tampouco, publicado de maneira completa e organizada impede que sejam feitas análises mais profundas. O RDA foi considerado neste trabalho até o momento em que ele ajuda a antever o futuro próximo dos objetivos, ainda que tenhamos feito um relato detalhado de sua origem e de sua repercussão inicial na literatura especializada.

Os objetivos do catálogo de biblioteca não têm recebido a atenção que merecem na literatura sobre catalogação, são poucos os trabalhos que fizeram deles o tema principal. O aparecimento dos objetivos do catálogo na literatura desde a época de Cutter é objeto de uma breve revisão presente neste trabalho. Quanto à revisão de literatura, deve-se reconhecer que não é feito nela um resgate exaustivo. Entretanto, não se pode afirmar que obras ou autores importantes foram ignorados.

Cabem aqui alguns esclarecimentos sobre a presença, neste documento, de citações diretas de autores que escreveram em outras línguas que não a língua portuguesa. As citações diretas receberam traduções feitas pelo autor deste trabalho, muitas vezes com a colaboração da professora orientadora. O uso da expressão “tradução minha” ficou restrito à primeira citação direta de cada tópico e subtópico; nas demais citações, essa expressão foi omitida por questões de estilo. O texto original, na forma e na língua presentes nas publicações consultadas, é apresentado apenas para as citações diretas longas, aquelas com mais de três linhas inteiras, e para as citações diretas cuja tradução pode não ter ficado clara o suficiente. As citações foram feitas de acordo com a norma *NBR 10520:2002*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

## 2 Os objetivos do catálogo de biblioteca na literatura: uma breve revisão

É possível dizer que os objetivos do catálogo de biblioteca sempre estiveram implícitos em estudos e debates sobre regras e padrões de catalogação, uma vez que os objetivos se preocupam com as várias formas segundo as quais o usuário descobre o conteúdo de um acervo por meio da descrição e representação uniforme de seus recursos. Ainda que uma identificação explícita e formal dos objetivos só tenha sido feita pela primeira vez em 1876, por Charles Ammi Cutter, é evidente que outros especialistas e teóricos já haviam trabalhado com objetivos, ou seja, eles tinham em mente noções claras daquilo que deveriam esperar do catálogo de biblioteca como guia das coleções. Em uma carta ao Conde de Ellesmere, Sir Anthony Panizzi, bibliotecário do Museu Britânico, perguntava em 1848:

Qual o melhor plano para concluir de maneira consistente e uniforme [...] um catálogo alfabético completo e preciso de uma coleção de livros impressos para uso público que possui não menos do que 500.000 obras, e que resulta da fusão de três ou quatro grandes bibliotecas separadas, tendo cada uma um catálogo elaborado de acordo com planos distintos, por várias pessoas, e em várias épocas?<sup>1</sup> (PANIZZI, 1850, 1985, p. 19, tradução minha).

Os objetivos do catálogo de biblioteca certamente serviriam de base para a realização da difícil tarefa mencionada por Panizzi, e era preciso estabelecê-los em função das necessidades daqueles que utilizariam o catálogo. O próprio Panizzi demonstrou essa preocupação com os usuários: “Em uma grande biblioteca, diariamente frequentada por um grande número de leitores, é da maior importância interferir o mínimo possível em sua conveniência [...]” (PANIZZI, 1850, 1985, p. 25).

Charles Jewett (1853, p. 10) também deixou claro o que ele esperava do catálogo de biblioteca: “Um catálogo é desenvolvido para mostrar que livros estão contidos em uma coleção específica, e nada mais. Pessoas que desejarem mais informações devem procurá-las em dicionários bibliográficos, histórias literárias, ou obras similares”.

---

<sup>1</sup> No original: “What is the best plan of completing in an uniform and consistent manner [...] a full and accurate alphabetical catalogue of a collection of printed books for public use, containing not less than 500,000 works, and being the amalgamation of three or four separate large libraries, each of which has a catalogue drawn up on distinct plans, by various hands, at various times?”

Depois da conhecida declaração de “Objetivos e Meios” [“Objects and Means”] apresentada por Cutter em seu *Rules for a Dictionary Catalog* – obra editada três vezes durante sua vida e editada mais uma vez no ano seguinte a sua morte –, as funções do catálogo (três, segundo Cutter) foram, aos poucos, recebendo a atenção devida na literatura técnica de catalogação.

No entanto, os objetivos só seriam, de fato, explorados com profundidade a partir da década de 1950, quando os problemas decorrentes da adaptação a algumas regras de catalogação publicadas nos Estados Unidos forçaram a busca por princípios. No estudo *Cataloging Rules and Principles*, Seymour Lubetzky (1953 apud TAYLOR; JOUDREY, 2009) identificou dois objetivos para o catálogo de biblioteca. Lubetzky escreveu sobre os objetivos do catálogo em vários momentos: em um trabalho apresentado na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (publicado em 1963); em seu próprio código de catalogação, *Code of Cataloging Rules, Author and Title Entry* (1960); na sua obra *Principles of Cataloging...* (1969, 1985), entre outros.

Na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ocorrida em 1961, da qual Lubetzky participou ativamente, os objetivos do catálogo foram formalizados de maneira definitiva. Na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, eles apareceram como “Funções do Catálogo” (THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, p. 1) e deveriam ter sido adotados nos 53 países que participaram da Conferência.

Nessa época, Lubetzky não foi o único a estudar em detalhes os objetivos do catálogo. Eva Verona (1959, 1985, p. 155) identificou “[...] nas novas discussões sobre os objetivos do catálogo alfabético de entradas de autor e título”, provocadas pela revisão de códigos de catalogação, os três objetivos básicos do catálogo de biblioteca. Esses três objetivos foram mencionados novamente, com algumas alterações, no trabalho que a autora apresentou na Conferência de 1961. (VERONA, 1963, p. 146).

Com o crescimento dos catálogos on-line nas décadas de 1970 e 1980, que prometiam formas mais eficientes de acesso e que se caracterizavam pelo alto nível de interatividade em comparação com os catálogos tradicionais, os objetivos voltaram ao centro dos debates sobre controle bibliográfico e catalogação. O bibliotecário húngaro Ákos Domanovszky (1975) dedicou uma obra inteira aos objetivos do catálogo: *Functions and objects of author and title*

*cataloguing: a contribution to cataloguing theory*. Em *The future of the catalog: the library's choices*, Malinconico e Fasana (1979) fizeram um breve relato da história dos objetivos – de Cutter à Declaração de Princípios – e definiram cinco funções para o catálogo, independentemente de seu “meio físico”, que seriam:

- (1) Facilitar a localização física de um item específico, bem definido.
- (2) Relacionar manifestações individuais (ex.: traduções, edições, formatos alternativos, etc.) de determinada obra.
- (3) Relacionar todas as obras que são o produto de um agente responsável por sua criação, ou seja, que compartilham uma origem comum.
- (4) Relacionar todas as obras que tratam de um mesmo assunto, ou seja, que compartilham uma intenção comum.
- (5) Tornar aparente a lógica que serve de base para a organização responsável por cumprir o que foi mencionado acima.<sup>2</sup> (MALINCONICO; FASANA, 1979, p. 5).

Em um artigo sobre o arquivo de autoridade automatizado, Malinconico (1978, 1985, p. 211) já havia atribuído ao catálogo de biblioteca três funções básicas: “(1) fornecer acesso a um item na coleção, (2) organizar a coleção, e (3) auxiliar o usuário com informações relacionadas a sua própria organização.”

Uma reconsideração dos objetivos do catálogo foi proposta por Patrick Wilson (1983, 1985, p. 256): “Eu quero levar em conta o que é esperado dos catálogos; [...] e que diferença faz para as nossas noções de metas e métodos quando pensamos em um catálogo on-line em vez de um catálogo em fichas, livro, ou microforma.”<sup>3</sup> Wilson (1989a) fez uma interpretação do segundo objetivo do catálogo<sup>4</sup>, na forma estabelecida em 1961, em oposição à interpretação de Domanovszky (1975). Baseado em uma análise do novo contexto de acesso à informação,

---

<sup>2</sup> “(1) Facilitate the physical location of a specific, well-defined item. (2) Relate individual manifestations (e.g., translations, editions, alternate formats, etc.) of a particular work. (3) Relate all works that are the product of a single agent responsible for their creation, i.e., that share a common genesis. (4) Relate all works that treat of a common subject, i.e., that share a common intention. (5) Make readily apparent the logic underlying the organization intended to accomplish the above.”

<sup>3</sup> “I want to consider what catalogs are supposed to do; [...] and what difference it makes to our notions of goals and methods when we think of an online catalog instead of a card, book, or microform catalog.”

<sup>4</sup> Objetivo que tradicionalmente prevê a reunião, no catálogo, de itens relacionados (todas as obras de um autor, todas as edições de uma obra, etc.).

o autor chegou a defender a prevalência do segundo objetivo do catálogo sobre o primeiro<sup>5</sup>, como será visto mais adiante neste trabalho. (WILSON, 1989b).

Yee (1994) explorou os objetivos do catálogo no primeiro de uma série de artigos sobre o conceito de obra. A autora examinou alguns estudos que investigaram o comportamento de busca dos usuários do catálogo com o intuito de descobrir se esses usuários buscavam com mais frequência obras ou edições específicas de obras. “Diversos estudos de usuários alegaram estudar a frequência com a qual os usuários procuram itens conhecidos. Os dados [...] têm sido usados para argumentar que os usuários precisam apenas do primeiro objetivo.” (YEE, 1994, p. 14). Sendo assim, o catálogo teria por objetivo apenas mostrar ao usuário um documento específico procurado por ele. Yee (1994, p. 17) chega à conclusão de que a busca por itens específicos não exclui a busca pelas obras às quais eles se associam, e defende o cumprimento do segundo objetivo do catálogo:

A lógica e o senso comum levam a suspeitar que a maioria dos usuários se beneficia com o segundo objetivo, e que obras de autores prolíficos, com muitas edições, cuja reunião requer o maior esforço do catalogador, são provavelmente as obras procuradas com mais frequência.<sup>6</sup>

Carlyle (1997) fez um breve diagnóstico do cumprimento do segundo objetivo em catálogos on-line e apontou graves deficiências. A autora investiga de que forma as regras de arquivamento de fichas catalográficas e a taxonomia de relacionamentos bibliográficos de Barbara Tillett podem contribuir para a criação de um modelo de apresentação de registros bibliográficos que “[...] atenda aos requisitos do segundo objetivo do catálogo [...]” (CARLYLE, 1997, p. 2) no ambiente on-line.

Svenonius (2000) dedicou um capítulo de seu *The Intellectual Foundation of Information Organization* aos “objetivos bibliográficos”. Segundo Svenonius (2000, p. 15), “o primeiro passo do planejamento de um sistema bibliográfico é declarar seus objetivos.” A autora faz

---

<sup>5</sup> O primeiro objetivo do catálogo é aquele que, ao longo da história, tem previsto a localização imediata de um item específico.

<sup>6</sup> “Logic and common sense lead one to suspect that most users benefit from the second objective, and that multiple-edition works by prolific authors, those requiring the most cataloger effort to achieve collocation, are probably also the most frequently sought works.”

um resgate da história dos objetivos do catálogo, a começar por Cutter, e sugere alterações nas “tarefas do usuário” estabelecidas pelo modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*, no sentido de fazer delas a fase mais recente dos objetivos do catálogo. Svenonius (2000, p. 25) avalia a implementação dos objetivos em sistemas contemporâneos e, assim como Carlyle (1997), aponta certo descaso com o segundo objetivo: “Alguns sistemas, intencionalmente planejados para serem econômicos, postulam não mais do que um limitado objetivo de descoberta [*finding objective*].” Svenonius (2000, p. 26) reconhece o crescimento da Internet e sua relação com a atividade de organização da informação e afirma: “Uma questão importante hoje em dia é se um universo bibliográfico pode ser organizado, ao mesmo tempo, de forma inteligente (ou seja, para atender os objetivos bibliográficos tradicionais) e automaticamente”. Por fim, Svenonius (2000) tenta antever a implementação dos objetivos em sistemas do futuro.

O acesso aos catálogos por meio da Internet e o seu relacionamento com recursos da World Wide Web, sobretudo com os mecanismos de busca, têm suscitado debates e estudos, nos últimos dez anos, sobre a própria identidade do catálogo de biblioteca, o que está diretamente ligado aos objetivos. No entanto, são poucos os autores que tentam investigar quais seriam os objetivos do catálogo diante de uma nova cultura de acesso de informação. Como será visto neste trabalho, os objetivos estabelecidos em 1961 foram substituídos em 2009 por uma versão mais completa das “tarefas do usuário”, assim como previsto e recomendado por Svenonius (2000). Na literatura especializada, identificamos apenas um artigo que traz uma análise mais aprofundada dos objetivos do catálogo em suas “três fases”. Spedalieri (2006) não só relata a história dessas fases, com os acontecimentos e debates que levaram ao surgimento de cada uma delas, como também as apresenta de um ponto de vista evolutivo, de modo que os objetivos mais recentes são vistos como um aperfeiçoamento dos objetivos antigos.

Muitos estudos publicados recentemente abordam maneiras de tornar o catálogo de biblioteca tão eficiente e atrativo para os usuários quanto mecanismos de busca como o Google; essa preocupação é demonstrada por Markey (2007) e Mi e Weng (2008), por exemplo. Calhoun (2006, p. 5) preparou, a pedido da Library of Congress (LC), um relatório que “[...] oferece uma análise da situação atual, opções para revitalizar os catálogos das bibliotecas de pesquisa, uma avaliação de viabilidade, uma visão para mudança e um plano de ação.” Antelman, Lynema e Pace (2006, p. 128) descrevem alguns catálogos on-line como “[...] ’fechados’,

‘rígidos’ e ‘intrincados’ [...]” e apontam que, para muitos estudantes universitários, o catálogo de biblioteca se transformou em nada mais do que um sistema para verificar os números de chamada dos documentos.

O Online Computer Library Center (OCLC) realizou uma pesquisa, cujos resultados foram publicados em 2009, com o objetivo de descobrir o que usuários e bibliotecários desejavam que fosse aperfeiçoado nos catálogos on-line. Uma das conclusões a que a pesquisa chegou permite afirmar que “tanto usuários quanto bibliotecários dão alta prioridade aos elementos de dados relacionados à obtenção de materiais impressos ou materiais análogos a eles – ou seja, em saber onde os itens são mantidos e quais deles estão disponíveis imediatamente.” (OCLC, 2009, p. 39).

A despeito de as “tarefas do usuário” do FRBR terem sido adotadas como objetivos do catálogo na última versão da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009a), elas ainda são “[...] os conceitos menos explorados na literatura sobre os FRBR [...]” (MORENO, 2009, p. 55). Para Moreno (2009, p. 63),

As tarefas do usuário, [...] apesar de pouco destacadas na literatura referente aos FRBR e suas extensões, nos parecem de grande importância ao retomarem os princípios básicos da organização da informação e, principalmente, por traduzirem os objetivos do catálogo: servir ao usuário.

Os objetivos do catálogo têm sido discutidos com certa intensidade no contexto da elaboração do código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA). Em um artigo sobre o RDA, Miksa (2009) menciona vários tópicos ou áreas relacionadas ao código que representam novas possibilidades de pesquisa. Para Miksa (2009, p. 49) uma dessas áreas é a “Redefinição do catálogo de biblioteca – quais são os limites do catálogo, os objetivos do catálogo.” Segundo a autora, “essas questões são dignas de uma dissertação séria, ou duas.” (MIKSA, 2009, p. 50).

## 3 Objetivos

### 3.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é trazer elementos para uma discussão conceitual sobre o catálogo de biblioteca e sobre os objetivos do catálogo diante do contexto atual de acesso à informação, representado pelo uso intensivo da World Wide Web. Este trabalho reconhece como novos objetivos do catálogo aqueles expressos na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009a).

### 3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

1. fazer uma interpretação dos novos objetivos do catálogo, sobretudo uma parte do quinto objetivo (“navegar [...] além dele” – IFLA, 2009a, p. 4), ao situá-los na história da catalogação anglo-americana e internacional, e ao justificá-los com base no contexto atual de acesso à informação;
2. apresentar, ainda que de forma superficial, o padrão descritivo *Resource Description and Access (RDA)*, substituto do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição revista (AACR2), como um dos meios para o alcance dos novos objetivos do catálogo;
3. alertar para a necessidade de se fazer uma redefinição do catálogo de biblioteca.

## 4 Metodologia

Esta é uma pesquisa documental. A metodologia empregada consiste na análise de textos que exploraram de alguma forma os mesmos temas: o catálogo de biblioteca, com seus objetivos, desde a sistematização feita por Charles Ammi Cutter em 1876; e os possíveis meios para o alcance dos novos objetivos do catálogo, como o código de catalogação *Resource Description and Access (RDA)*. Da mesma forma, são analisados textos referentes a antecedentes históricos da catalogação anglo-americana e de caráter internacional.

## 5 Definições e fundamentos

### 5.1 Catálogo de biblioteca

A palavra catálogo vem do grego κατάλογος (katalogos – sendo *kata* completamente e *logos*, de *legein*, contar, dizer). (HARPER, 2001). A palavra ainda se refere de forma geral à mesma coisa: uma lista completa dos objetos pertencentes a determinado conjunto.

Quigg (1968), Reitz (2007) e Cunha e Cavalcanti (2008) fizeram definições semelhantes do catálogo de biblioteca: uma lista com os registros dos itens de uma ou mais coleções arranjados em ordem sistemática para facilitar a recuperação. Essa ordem é “[...] normalmente alfabética por autor, título e/ou assunto [...]” (REITZ, 2007, tradução minha). Segundo Quigg (1968, p. 63), a ordem sistemática determina a “forma interna” [*inner form*] do catálogo, ou seja, se o catálogo é, primeiramente, de autor ou de assunto, e se ele é catálogo dicionário ou catálogo classificado – suas “[...] duas formas internas ‘clássicas’ [...]” (QUIGG, 1968, p. 64).

Quigg (1968, p. 74-78) também destaca as “formas físicas” do catálogo de biblioteca: o catálogo em forma de livro (catálogo impresso), o catálogo em cartões ou fichas, o catálogo em folhas (presas em fichário), etc. Não cabe aqui apresentar as características de cada tipo. Muitos desses catálogos caíram em desuso há pelo menos cinquenta anos; como é o caso do catálogo impresso, que atingiu seu auge na segunda metade do século 19 e, em meados do século 20, perdeu gradativamente sua popularidade para o catálogo em fichas. (MALICONICO; FASANA, 1979). Ainda que Taylor e Joudrey (2009, p. 47) mencionem “[...] um breve renascimento [...]” do catálogo impresso nas décadas de 1960 e 1970, quando os computadores possibilitaram sua produção a um custo mais baixo.

O catálogo de biblioteca seria uma lista simplificada, meramente enumerativa, se não contasse com alguns recursos que guiam o usuário em sua busca, como as expressões tradicionais de relacionamentos *Ver* e *Ver também*, conhecidas como referências cruzadas, e os pontos de acesso secundários. Tillett (1989) identificou no catálogo uma estrutura conceitual – responsável por abrigar “[...] os registros e as ligações entre registros que um usuário deve visualizar para que utilize o catálogo do modo esperado.” (TILLETT, 1989, p. 150). Essa estrutura conceitual seria composta de entidades (de dois tipos: registros bibliográficos e

registros de controle), atributos de entidades (os elementos de dados dos registros), e relacionamentos entre os registros. Segundo a autora, alguns elementos de dados são utilizados como pontos de acesso para o registro; por exemplo, o nome do autor da obra. Tillett (1989, p. 160) viu nas regras de Anthony Panizzi, sobre as quais falaremos mais adiante, a estrutura conceitual para os relacionamentos: “[...] as ligações são de nomes para nomes (relacionamentos de nome e assunto), de nomes para obras (relacionamentos de pontos de acesso), e de obras para obras (relacionamentos bibliográficos).”

Um dos glossários da American Library Association (ALA, 1983, p. 37) usa em sua definição do catálogo de biblioteca a palavra arquivo [*file*] no lugar de “lista” para o conjunto dos registros bibliográficos, e afirma que o catálogo é “criado sob o controle de um arquivo de autoridade”. Arquivo de autoridade é um grupo de formas padronizadas para nomes de pessoas, títulos de obras e descritores de assunto que servirão como pontos de acesso e que são quase sempre os cabeçalhos do registro. As decisões expressas nesse arquivo garantem que o autor de uma obra seja sempre apresentado da mesma forma no cabeçalho, ainda que no exemplar de uma edição da obra o nome do autor esteja escrito de forma diferente.

O controle de autoridade lida principalmente com a padronização diante das variações de um nome, sendo responsável por informar ao usuário que busca, por exemplo, *Dostoievski*, *Fiodor* no catálogo, que ele deve buscar *Dostoyevsky*, *Fyodor*, a forma autorizada. Atualmente, na prevalência dos registros bibliográficos legíveis por computador, os arquivos de autoridade estão embutidos no catálogo, embora eles não sejam diretamente acessíveis para os usuários na maioria dos casos. Enquanto nos catálogos em fichas eram necessárias referências cruzadas para mostrar ao usuário a forma autorizada de um nome, nos catálogos automatizados de hoje as variações de um nome são ligadas umas às outras; de modo que se o usuário buscar uma forma não autorizada (*Dostoievski*, *Fiodor*), mas que está contida no registro de autoridade do autor, o sistema irá automaticamente recuperar a forma autorizada (*Dostoyevsky*, *Fyodor*). (SVENONIUS, 2000, p. 70).

### 5.1.1 Catálogo de biblioteca = Catálogo on-line

Neste trabalho, entende-se por catálogo de biblioteca o **catálogo on-line** (inclusive, e principalmente, a sua forma mais conhecida: o Online Public Access Catalog, Catálogo On-line de Acesso Público – OPAC). Atualmente há uma imensa variedade de OPACs; eles estão quase sempre atrelados a algum sistema de automação ou sistema integrado de gestão de bibliotecas. Independentemente das características que fazem uns OPACs serem mais eficazes do que outros, todos eles são bases de dados, acessíveis dentro da própria biblioteca e/ou pela Web, que abrigam registros bibliográficos correspondentes aos itens das coleções. Em seu dicionário, Reitz (2007, tradução minha) traz um verbete para WebPac, “um OPAC que usa uma interface gráfica do usuário (GUI) acessível pela World Wide Web, em oposição à interface baseada em texto acessível por Telnet.”

O desenvolvimento dos catálogos on-line começou de fato na década de 1970, impulsionado pelo recém-criado formato Machine-Readable Cataloging (MARC), da Library of Congress (LC), que beneficiou inicialmente algumas redes americanas de catalogação compartilhada. O Online Computer Library Center (OCLC), na época Ohio College Library Center, foi pioneiro quando em 1971 começou a oferecer seus serviços on-line para quarenta bibliotecas-membro no estado de Ohio. Em menos de dez anos, o OCLC já funcionava como uma rede nacional apoiada em uma base de dados com quase cinco milhões de registros bibliográficos. (MALINCONICO; FASANA, 1979, p. 31). Na década de 1990, o catálogo on-line substituiu o tão conhecido catálogo em fichas como instrumento padrão de acesso em muitas bibliotecas. Tudo indica que seu uso foi consolidado com a difusão da Internet e o desenvolvimento da World Wide Web na metade da década, o que permitiu ao usuário comum acessar o catálogo on-line de “qualquer” lugar, sem precisar se dirigir aos computadores da biblioteca.

O catálogo on-line oferece uma quantidade superior de possibilidades de acesso em tempo reduzido quando comparado aos seus predecessores. Um usuário que quisesse recuperar todos os documentos sobre a Guerra do Vietnã publicados na década de 1980 presentes em uma biblioteca que utilizasse um catálogo em fichas, normalmente recorreria primeiro a uma lista de cabeçalhos de assuntos, onde identificaria um descritor do conceito (*Guerra do Vietnã*,

1961-1975<sup>7</sup>, por exemplo). Depois deveria localizar esse cabeçalho no catálogo, ou seja, as fichas que receberam esse cabeçalho, e, só então, verificaria o ano de publicação de cada documento nas fichas. Cabia ao usuário seguir uma estratégia com várias etapas que deveriam ser repetidas em caso de falha na busca. E se não houvesse um cabeçalho de assunto para Guerra do Vietnã no catálogo? Seria correto presumir que não havia documentos sobre esse assunto na biblioteca? Em um catálogo on-line, a informação “década de 1980” (como data de publicação) poderia ser utilizada no início da busca e combinada com a informação “Guerra do Vietnã”, que poderia estar no título ou no descritor de assunto do documento. O ano de publicação, que era uma entre muitas informações presentes no corpo da ficha catalográfica, se transforma em um ponto de acesso no catálogo on-line. Segundo Duke (1989), o acesso passa de linear a transparente:

Em vez de o cabeçalho [*Guerra do Vietnã, 1961-1975*] ser uma janela para o registro [como acontecia no catálogo em fichas], o registro inteiro é transparente, podendo ser visto de muitas perspectivas diferentes. Teoricamente, o acesso à descrição bibliográfica pode ser tentado em qualquer parte do registro, ainda que, obviamente, algumas limitações devam prevalecer. (DUKE, 1989, p. 120, tradução minha).<sup>8</sup>

Gorman (1979, 1985) já havia afirmado que os registros dos catálogos on-line têm múltiplas camadas e dimensões, sendo “[...] possível chegar à informação a partir de qualquer nível, e por meio de qualquer ponto de acesso [...]” (p. 244). Malinconico e Fasana (1979) apontaram a natureza interativa do catálogo on-line – o usuário pode “negociar” com o computador e tentar de imediato novas abordagens sempre que sua estratégia de busca resultar em insucesso.

O número maior de pontos de acesso não é, entretanto, a única característica marcante desses catálogos. O catálogo on-line tem potencial para tornar os vários tipos de relacionamentos bibliográficos mais claros e apresentáveis. Muitas vezes é possível ver em uma só tela todas

---

<sup>7</sup> Adaptação de *Vietnam War, 1961-1975*, dos Cabeçalhos de Assunto da Library of Congress (<http://authorities.loc.gov>).

<sup>8</sup> No original: “Instead of the heading being a window to the record, the entire record is transparent, able to be viewed from many different perspectives. Theoretically, access to the bibliographic description may be sought through any part of the record, although obviously some limitations should prevail.”

as subdivisões de um assunto, todas as obras de um autor, todas as edições de uma obra, etc. Os grupos formados pelos registros que compartilham um mesmo relacionamento (ver TILLET, 1989, p. 150) podem ser claramente visíveis no catálogo on-line, diferentemente do que acontece com o catálogo em fichas: “O arranjo de um catálogo em fichas deve ser o mais simples possível, porque o leitor, tendo apenas uma ficha por vez à vista, não pode ver com facilidade qual é o arranjo [do grupo].” (CUTTER, 1904 apud CARLYLE, 1997, p. 14). No exemplo dado mais acima, os documentos buscados pelo usuário se relacionam entre si por compartilharem o mesmo assunto (“Guerra do Vietnã”) e a mesma década em que foram publicados, consistindo em um grupo específico de registros que um catálogo on-line contemporâneo deveria ser capaz de formar sem dificuldades.

O problema de muitos catálogos está nas páginas de resultados que aparecem para um usuário depois de uma busca por palavras-chave. Dependendo da quantidade de informações (palavras) dadas ao sistema, costumam aparecer muitos resultados que não correspondem àquilo que o usuário busca. Quase sempre é necessário que ele utilize filtros ou refine a busca, porque a recuperação desses sistemas carece de precisão. As vantagens do catálogo on-line estariam muito mais naquilo que o computador permite, como as hiperligações ou links [*hyperlinks*].

Está dentro da capacidade das tecnologias computacionais atuais criar apresentações [*displays*] que identificam claramente várias classes de materiais. Tais apresentações poderiam ser projetadas utilizando-se várias abordagens, por exemplo, utilizando-se estruturas gráficas e hierárquicas em forma de árvore para ilustrar os tipos de materiais recuperados em uma busca. O computador poderia também criar links permanentes entre registros de modo que cada registro fosse sempre ligado a todo o conjunto de registros relacionado a ele.<sup>9</sup> (CARLYLE, 1997, p. 25).

---

<sup>9</sup> “It is well within the capacity of current computer technology to create displays that identify clearly various classes of materials. Such displays could be designed using various approaches, for example, using graphical, hierarchical tree-structures to illustrate the types of materials retrieved in a search. The computer could also create permanent links among records so that every record would always be linked to the entire set of records related to it.”

Carlyle (1997, p. 27) menciona um catálogo ideal onde os usuários poderão personalizar a apresentação dos registros com base nos relacionamentos. Até hoje uma organização mais sofisticada dos registros, em conformidade com a proposta da autora, não foi alcançada nem sequer em parte. Mas alguns catálogos on-line permitem a navegação facetada [*faceted browsing*] a partir de vários elementos do registro (ano de publicação, formato, língua, etc.) para que os usuários façam delimitações dos resultados. (OCLC, 2009, p. 24). Segundo Taylor e Joudrey (2009, p. 49), a idéia de que o catálogo on-line ainda oferece dificuldades “[...] é intensificada por comparações com mecanismos de busca como o Google, que são relativamente fáceis de usar.”

## 5.2 Catalogação

Neste trabalho, entende-se por catalogação a catalogação descritiva originada da tradição anglo-americana, determinante para a criação de padrões internacionais nos últimos cinquenta anos. Adota-se aqui a definição de Lubetzky (1946, 1985), para quem as funções gerais da catalogação descritiva são:

1. Descrever os traços significativos do livro que servirão (a) para diferenciá-lo de outros livros e de outras edições desse livro, e (b) para caracterizar seus conteúdos, escopo e relações bibliográficas;
2. Apresentar os dados em uma entrada que (a) se ajustará bem às entradas de outros livros e outras edições do livro no catálogo, e (b) que corresponderá da melhor forma aos interesses da maioria dos leitores.<sup>10</sup> (LUBETZKY, 1946, 1985, p. 106, tradução minha).

Se, por um lado, as palavras de Seymour Lubetzky parecem ultrapassadas, principalmente porque as bibliotecas possuem em suas coleções outros materiais além do livro tradicional, por outro, a essência da atividade permaneceu ao longo de todos esses anos. Nas bibliotecas ainda se descrevem os materiais do acervo com o objetivo de informar o usuário sobre os

---

<sup>10</sup> No original: “1. To describe the significant features of the book which will serve (a) to distinguish it from other books and other editions of this book, (b) to characterize its contents, scope, and bibliographical relations; 2. To present the data in an entry which will (a) fit well with the entries of other books and other editions of the book in the catalog, and (b) respond best to the interests of the majority of readers.”

materiais aos quais ele pode ter acesso e permitir que ele tome suas decisões. Lubetzky (1946, 1985) deixa claro que a catalogação de um item deve ser feita com os outros registros do catálogo em mente. Para Malinconico (1975, 1985, p. 212), “representar o relacionamento de um item com os outros da coleção é talvez mais importante do que fornecer acesso a um único item. Este é, afinal de contas, o papel primordial do catalogador. Ele tenta integrar cada item novo ao catálogo segundo o contexto do que já existe na coleção.”<sup>11</sup>

Ainda faz parte do trabalho do catalogador estabelecer a partir de quais pontos de acesso os registros serão agrupados e recuperados. Isso está incluído na segunda função geral da catalogação mencionada por Lubetzky (1946,1985), uma vez que cada registro (entrada) precisa ser colocado em um grupo, ajustado a outros registros com base em pelo menos um atributo. Lubetzky (1946, 1985), que falava na época dos catálogos em fichas, se refere às “entradas” como registros bibliográficos inteiros presentes no catálogo. Aqui, é importante fazer uma atualização terminológica e diferenciar ponto de acesso, entrada e cabeçalho. Ponto de acesso, como já ficou claro neste trabalho, é um elemento do registro que será utilizado para recuperá-lo. O catalogador precisa estabelecer um ponto de acesso principal, que é o elemento do registro considerado mais importante para recuperá-lo, e que era fundamental para organizar os registros no catálogo em fichas. Em alternativa ao ponto de acesso principal, há os pontos de acesso secundários. A forma padronizada para representar alguns pontos de acesso era localizada no topo da ficha catalográfica e no topo dos verbetes do catálogo impresso, sendo por causa disso chamada de cabeçalho. Os códigos de catalogação da tradição anglo-americana têm trazido regras para o estabelecimento de cabeçalhos de autor e título somente, deixando de lado os de assunto. Na época de Seymour Lubetzky, entrada principal era aquela em que a publicação era descrita de forma completa e que continha a sequência dos pontos de acesso secundários. A palavra “entrada” chegou a ser usada também como um sinônimo de ponto de acesso e, por consequência, de cabeçalho. (CARPENTER, 1989). Neste trabalho, considera-se que a entrada principal com o sentido de registro completo de um item caiu em desuso. Na maioria dos catálogos on-line, cada publicação recebe um registro completo e cada registro contém pontos de acesso secundários quando eles são necessários, não fazendo sentido falar de um registro principal. Cada registro

---

<sup>11</sup> “Representing the relationship of one item to others is perhaps more important than providing access to a single item. This, after all, is the primary role of the cataloger. He attempts to integrate each new item into the catalog in the context of what already exists in the collection.”

bibliográfico MARC, por exemplo, possui campos para entradas (pontos de acesso) secundárias [*added entries*] de autor e título.

Os pontos de acesso principais, com formas padronizadas de autor e título, mudaram de importância com os catálogos on-line. Se antes eles eram fundamentais para o usuário que ia ao catálogo em busca de um item específico, atualmente sua função principal é garantir que o usuário consiga chegar a grupos de itens (o conjunto das obras de um autor, por exemplo). No catálogo on-line, os cabeçalhos continuam a permitir uma organização lógica dos registros a partir dos relacionamentos que eles compartilham, e existe a necessidade de um rigor ainda maior no controle de autoridade. Duke (1989, p. 122) afirma que, “[...] por causa do seu ‘literalismo’, o computador requer que os cabeçalhos que pretendem representar a mesma pessoa ou corporação estejam sempre da mesma forma, a menos que um grande conjunto de exceções reparadoras seja programado.” As exceções são as variações do nome, que, uma vez ligadas à forma autorizada em um mesmo registro, consistem numa solução típica do ambiente digital já mencionada aqui. Mesmo diante dessa solução, é necessário estabelecer uma forma padronizada para evitar apresentações caóticas, capazes de confundir o usuário. Ainda segundo o autor, era possível arquivar no catálogo em fichas registros que tinham em seu cabeçalho o nome abreviado do autor e registros que tinham a forma completa do nome de tal modo que eles ficassem juntos ou no mesmo grupo, algo que não é possível fazer no catálogo on-line. (DUKE, 1989, p. 122).

Seja para descrever de forma adequada os atributos de um documento ou para definir a partir de quais atributos os registros poderão ser relacionados e recuperados – as duas partes tradicionais da catalogação –, essa é uma atividade que sempre se definiu pelos seus instrumentos. Os instrumentos da catalogação são os códigos, coleções de regras que têm por objetivo garantir a uniformidade das práticas e fazer com que o usuário caminhe por uma estrada bem sinalizada. De início, as regras surgiram para serem aplicadas dentro de uma instituição, e gradativamente passaram para os âmbitos nacional e internacional. Isso aconteceu com a chamada catalogação anglo-americana, que surgiu do esforço isolado de alguns bibliotecários na Inglaterra e nos Estados Unidos, sofreu uma convergência, alcançando outros países de língua inglesa, e, talvez por causa de seu caráter universal, foi adotada em países tão diferentes entre si quanto o Vietnã, o Egito, a França e o Brasil. Muitos foram os fatores que tornaram a padronização regional uma necessidade, sendo o mais

evidente a possibilidade de as instituições cooperarem umas com as outras na composição de registros bibliográficos e, assim, reduzir custos.

### 5.2.1 Catalogação anglo-americana

A catalogação anglo-americana carrega consigo uma tradição de aproximadamente 170 anos, se identificamos como ponto de partida os esforços de Sir Anthony Panizzi (1797-1879) na Inglaterra. Nesse país, alguns homens já haviam dado contribuições importantes para a manutenção de catálogos de bibliotecas; a história aponta “os quatro Thomas” ligados à Bodleian Library da Universidade de Oxford: Sir Thomas Bodley (1545-1613), com o auxílio de Thomas James (c. 1573-1629); Thomas Hyde (1636-1703), e Thomas Hearne (1678-1735). (FREEDMAN, 1983, 1986, p. 23-33).

Em seu histórico artigo *The development of authorship entry and the formulation of authorship rules as found in the Anglo-American Code*, Julia Pettee (1936, 1985) atribui a Sir Thomas Hyde a formulação daquele que seria o primeiro princípio da catalogação moderna, segundo o qual “o catalogador deveria reconhecer e reunir unidades literárias sob uma só legenda” (p. 80, tradução minha). Para a autora,

Ele deixa claro que um autor conhecido por vários nomes deve entrar sob uma só forma selecionada, que traduções devem entrar sob o autor da obra original, e que quando um pseudônimo é usado, não se devem medir esforços para identificar o autor da obra original e pelo menos fazer uma referência cruzada a partir dele.<sup>12</sup> (PETTEE, 1936, 1985, p. 80).

Hyde tentava colocar tudo isso em prática no distante ano de 1674!

Sir Anthony Panizzi é tido como pioneiro porque sua atuação repercutiu na elaboração de vários códigos de catalogação décadas depois. Bibliotecário do Museu Britânico, ele propôs

---

<sup>12</sup> No original: “He makes clear that an author known under several names is to be entered under a single selected form, that translations should be entered under the author of the original work, and that where a pseudonym is used, no pains should be spared to identify the author and at least to a make cross-reference from him.”

soluções para o então deficiente catálogo da biblioteca. Como resultado, foram publicadas em 1841 as *Rules for the Compilation of the Catalogue*, as conhecidas “91 regras”. A história da luta de Panizzi é demasiadamente longa, envolvendo questões políticas e um debate intenso. Ele foi bem sucedido porque “[...] era um homem com o hábito incômodo de não só estar certo, como também de ser capaz de prová-lo.” (BRAULT, 1972 apud DENTON, 2007, p. 38).

Panizzi desenvolveu, por exemplo, soluções para lidar com a descrição de obras cuja autoria não era pessoal, mas coletiva. Ele estabeleceu uma categoria denominada “Anonymous works” e afirmou que essas obras deveriam entrar no catálogo sob o nome do país ou lugar ao qual suas instituições autoras se subordinavam. (PETTEE, 1936, 1985, p. 81). Panizzi também fez o possível para permitir a distinção das várias edições de uma obra, prescrevendo a transcrição do título com a ortografia original, bem como a indicação do número da edição e do lugar onde o documento fora impresso. (BRITISH MUSEUM, 1841, 1985, p. 5-6). Segundo Freedman (1983, 1986, p. 67), entre as “91 regras”, está aquela que teria elaborado o primeiro título uniforme: “Bible”, para todas as edições, traduções e partes do Velho e do Novo Testamento.

Nos Estados Unidos, o primeiro a aplicar regras derivadas de Panizzi foi Charles Jewett (1816-1888), que era vinculado à Smithsonian Institution. Para Freedman (1983, 1986), Jewett era muito mais um empreendedor do que um teórico. Seu objetivo era criar um serviço bibliográfico nacional na Smithsonian com um catálogo que registraria todos os livros presentes nas bibliotecas americanas. Jewett defendia que esses registros bibliográficos fossem estereotipados, com o intuito de diminuir os custos de impressão e reimpressão dos catálogos em forma de livro de cada biblioteca, de modo que bastaria recorrer à coleção de estereótipos da Smithsonian quando houvesse a necessidade de imprimir um catálogo. Há quem note uma semelhança entre a idéia de Jewett e os sistemas de catalogação compartilhada modernos, bastando apenas raciocinar com o registro MARC como sendo uma chapa de estereotipia. (KILGOUR, 1976 apud MALINCONICO; FASANA, 1979). É nesse contexto que surgem as regras de Jewett: “não poderia haver um serviço bibliográfico nacional [...] sem um conjunto de regras e uma autoridade inequívoca para garantir uniformidade e consistência.” (FREEDMAN, 1983, 1986, p. 119).

Um dos legados de Jewett é a regra de número XXIX, presente em *On the construction of catalogues of libraries...*, segundo a qual todas as obras de autoria desconhecida devem entrar no catálogo sob seu título. “Obras anônimas devem entrar sob a primeira palavra do título, não um artigo ou preposição. [...] Mas se o autor tiver publicado qualquer edição, continuação ou suplemento sob seu nome, a obra não deve ser considerada anônima.”<sup>13</sup> (JEWETT, 1853, p. 55).

O mais notável teórico da catalogação anglo-americana no século 19 foi Charles Ammi Cutter (1837-1903). Em sua obra *Rules for a Dictionary Catalogue*, de 1876, Cutter forneceu objetivos formais para um catálogo e identificou quais seriam os meios descritivos que levariam ao alcance de tais objetivos. Esses objetivos serão abordados no próximo tópico deste trabalho. Cutter foi o responsável por compilar o catálogo dicionário do Boston Athenaeum; durante esse período ele se deparou com os problemas que o fizeram estabelecer suas regras de catalogação. De acordo com Quigg (1968), a primeira edição do código de Cutter contava com 205 regras, já a quarta, publicada em 1904, tinha 369 regras. No prefácio da primeira edição, Cutter afirma que nem Panizzi nem Jewett haviam tentado apresentar as regras de forma sistemática ou investigar os supostos primeiros princípios da catalogação. (CUTTER, 1904, p. 3). Pettee (1936, 1985) acreditava que Cutter havia estabelecido definitivamente os dois princípios fundamentais do catálogo de autor moderno: (1) sua função é reunir sob um cabeçalho apropriado todas as publicações da mesma unidade literária, e isso se faz (2) pela atribuição da autoria, com um cabeçalho que represente o nome da pessoa ou da corporação responsável pela obra. No caso de o autor não ser conhecido, é necessário usar um cabeçalho que represente bem a própria obra (título uniforme). Cutter era defensor da atribuição de autoria a entidades coletivas, para ele isso era um princípio:

---

<sup>13</sup> “Anonymous works are to be entered under the first word of the title, not an article or preposition. [...] But if the author have published any edition, continuation, or supplement under his name, the work is not to be considered anonymous.”

Antes de as *Rules...* terem sido feitas, os catálogos me pareciam ser coleções caóticas de entradas empíricas. Eu tentei encontrar alguns princípios simples em torno dos quais todas as práticas desejáveis pudessem ser agrupadas. Um desses princípios é o da autoria e edição corporativas. Eu ainda não vi nada que me convencesse de que ele não é bom, já que ele corresponde aos fatos, uma vez que as sociedades são autoras de suas atas e as compiladoras de suas séries [...] <sup>14</sup> (CUTTER, 1904, p. 40).

Segundo Svenonius (2000), Cutter levou outro princípio, o da conveniência do usuário, “a um imperativo categórico”. Para Cutter (1904, p. 6), “a conveniência do público é para ser sempre colocada acima da facilidade do catalogador.” Ele deu preferência a um catálogo que fosse, primeiramente, acessível por ordem alfabética, em oposição aos catálogos classificados europeus. Havia uma preocupação com o usuário comum, que não pertencia à academia ou ao governo, carente de um catálogo que usasse uma linguagem compatível com a sua. (SVENONIUS, p. 69). No prefácio da quarta edição de suas regras, Cutter (1904, p. 6) chega a dizer que as crianças são os melhores usuários que uma biblioteca pode ter, por isso os catálogos devem ser construídos com elas em mente. Svenonius (2000) também atribui a Cutter a consolidação do princípio do uso comum, aplicado principalmente na composição de cabeçalhos de assunto para o catálogo.

Em 1901, a Library of Congress (LC) tomou uma decisão que hoje é vista como um marco da história da catalogação. Na LC, já fazia alguns anos que eram confeccionadas fichas com registros bibliográficos suplementares para os catálogos impressos. Nesse ano, a biblioteca resolveu implementar um serviço para distribuir essas fichas. Outras bibliotecas poderiam adquirir quantas fichas fossem necessárias e criar seus próprios catálogos com elas. Segundo Maliconico e Fasana (1979), uma das primeiras atitudes da LC, antes de dar início a esse serviço, foi chegar a um consenso quanto ao tamanho da área de impressão da ficha. “Isso ajudou a garantir que seus cartões pudessem ser usados por todas as bibliotecas que aderiam ao padrão.” (MALINCONICO; FASANA, p. 11). De acordo com os autores, o diferencial do

---

<sup>14</sup> “Before the ‘Rules...’ were made catalogs seemed to me to be chaotic collections of empirical entries. I tried to find a few simple principles around which all desirable practices could be grouped. One of those principles is corporate authorship and editorship. I have as yet seen nothing to convince me that it is not a good one, since it corresponds to fact, inasmuch as societies are the authors of their proceedings and the collectors of their series [...]”.

serviço da LC estava no fato de que havia um acordo quanto aos padrões, uma confiança na estabilidade e na continuidade do programa, a possibilidade de as bibliotecas encomendarem fichas correspondentes apenas aos documentos adquiridos, e o baixo custo. (MALINCONICO; FASANA, 1979).

O serviço da LC cresceu, ganhando até reconhecimento internacional, e o próprio Cutter afirmou que seria uma tolice se uma biblioteca nova não usufruísse de suas vantagens. (CUTTER, 1904, p. 5). Para que houvesse uma coerência entre os registros produzidos nas bibliotecas e aqueles adquiridos da LC, surgiu a necessidade de se criar regras comuns. Cinco anos depois da morte de Cutter, em 1908, a American Library Association (ALA), associação da qual ele era membro, juntamente com a Library Association (LA) da Inglaterra, publicou um código de catalogação – com uma versão americana (*Catalog Rules: Author and Title Entries*) e uma versão britânica (*Cataloguing Rules: Author and Title Entries*). Foram quatro anos de trabalho para a criação daquele que seria o primeiro código de fato anglo-americano. De acordo com Quigg (1968, p. 25), não houve um acordo apenas quanto a oito de regras das 174 presentes no código. A divergência estava principalmente na preferência que a prática britânica dava às formas mais antigas de nomes e títulos, enquanto que os americanos preferiam as formas mais recentes ou mais conhecidas.

A versão americana desse código ganhou uma segunda edição preliminar em 1941; foi com essa edição que surgiu a tendência de dividir o conjunto de regras em duas partes: uma relacionada exclusivamente aos pontos de acesso e outra relacionada à descrição dos atributos do documento. O número de regras mais do que dobrou e o código foi considerado muito complexo e detalhista (QUIGG, 1968, p. 27). Depois de uma revisão, as *ALA Cataloging Rules for Author and Title Entries* foram publicadas em 1949, mas o código só contava com regras para cabeçalhos e pontos de acesso. No mesmo ano, surgiram as *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress Adopted by the American Library Association* para suprir a carência de regras puramente descritivas. Esse código foi bem recebido pela comunidade bibliotecária americana, porque, ao contrário das *ALA...*, refletia mais simplicidade.

Em 1951, o bibliotecário Seymour Lubetzky foi convidado para elaborar um estudo que apontaria as deficiências do código da ALA e que serviria de base para sua revisão. Dois anos depois, o estudo foi publicado com o título *Cataloging Rules and Principles*. Para Lubetzky,

“[...] dificilmente alguém poderia ver com equanimidade a contínua proliferação das regras, sua crescente complexidade, e o obscurecimento dos objetivos e da construção do código como um todo. [...] Todas essas regras são necessárias?” (LUBETZKY, 1953 apud FREEDMAN, 1983, 1986, p. 231). As questões levantadas por Lubetzky e a penetração das regras da ALA em outros países motivaram o debate internacional.

No ano de 1961, ocorreu em Paris a primeira Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação. Dali sairia a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, os “Princípios de Paris”. Na conferência de Paris, debateu-se muito sobre a autoria coletiva e ficou estabelecido que “a entrada principal para uma obra deve ser feita sob o nome de uma entidade coletiva [...] quando a obra é, por sua natureza, necessariamente a expressão do pensamento coletivo ou da atividade da entidade coletiva [...]” (THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, p. 3).

Em *Cataloging Rules and Principles*, Lubetzky (1953 apud FREEDMAN, 1983,1986) havia usado seu próprio estudo como exemplo para falar da autoria coletiva: mesmo que a LC tenha sido a responsável pela publicação de *Cataloging Rules...*, esse estudo não representava uma política oficial da instituição; portanto, Lubetzky deveria ser considerado o autor e receber um ponto de acesso principal no catálogo.

As discussões de 1961 foram decisivas para a publicação de um novo código de catalogação. A LC, que já desenvolvia o projeto Machine Readable Cataloging (MARC), a ALA, a LA, e a Canadian Library Association se reuniram e publicaram, em 1967, o código *Anglo-American Cataloguing Rules*<sup>15</sup> (AACR). Assim como aconteceu em 1908, o código teve uma versão britânica e uma versão norte-americana. O AACR foi dividido em três partes: a primeira se dedicava ao estabelecimento de pontos de acesso e cabeçalhos, a segunda parte tratava da descrição propriamente dita, e a terceira parte trazia regras para materiais que não estavam na classe dos livros (filmes, mapas, manuscritos, etc.). Na introdução do código, seu editor, C. Sumner Spalding, afirma:

---

<sup>15</sup> Apesar de serem as “Regras Anglo-Americanas de Catalogação”, elas são sempre mencionadas, em inglês, no singular. O mesmo ocorre em português. No Brasil, o título foi traduzido como *Código de Catalogação Anglo-Americano*. Portanto, a referência ao padrão parece estar convencionada como “o AACR” (o código), e não “as AACR” (as regras).

A diferença no caráter destas regras reside primeiro no fato de que elas são baseadas em um conjunto de princípios que têm sido seguidos da forma a mais consistente possível, levando-se em conta a necessidade de chegar a um acordo comum e, em certos casos, de estar em conformidade com os imperativos econômicos.<sup>16</sup> (ALA et al., 1967, p. 5).

No ano de 1969, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) promoveu a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação; ali foi criado um grupo de trabalho, baseado em um estudo de Michael Gorman, para tentar estabelecer definitivamente a padronização da descrição bibliográfica em âmbito mundial. O resultado foi a publicação de um documento que apresentava a *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*. Gorman (1979, 1985) reconhece a criação da ISBD como uma consequência do uso da tecnologia computacional na catalogação. A explicação de Gorman (1979, 1985) sobre a ISBD é tão clara que merece ser citada integralmente:

Um aspecto fundamental da ISBD é que a descrição é formalizada de duas formas. Primeiro, com a ordem padrão na qual os elementos da descrição são apresentados. Segundo, com a pontuação formalizada que é usada para separar um elemento da descrição do outro. Essa formalização tencionava ter dois propósitos. O primeiro era permitir a tradução automática dos dados legíveis por humanos para os dados legíveis por computador. Programas razoavelmente simples podem ser usados para reconhecer os vários elementos da descrição. O segundo propósito, para mim, muito mais importante, era auxiliar a compreensão humana dos dados descritivos.<sup>17</sup> (GORMAN, 1979, 1985, p. 249).

O uso da ISBD foi amplamente difundido e deu origem a estruturas específicas para a descrição de vários tipos de materiais: a primeira delas – ISBD(M), de 1971 – era aplicável

---

<sup>16</sup> “The difference in the character of the present rules lies first in the fact that they are based on a set of principles that have been followed as consistently as possible, allowing for the necessity of reaching a common agreement and, in certain cases, of coming to terms with economic imperatives.”

<sup>17</sup> “A fundamental aspect of ISBD is that the description is formalized in two ways. First, in the standard order in which the elements of the description are presented. Second, in the formalized punctuation that is used to separate one element of the description from another. This formalization was intended to have two purposes. The first was to enable the automatic translation of human-readable data into machine-readable data. Fairly simple programs can be used to recognize the various elements of the description. The second, and to my mind, much more important, purpose was to aid the human comprehension of descriptive data.”

aos documentos mais tradicionais das bibliotecas, os monográficos. Viriam logo em seguida a ISBD(S), para publicações seriadas, e a ISBD(G), uma estrutura geral para todos os tipos de materiais.

Em 1974, foi criado um comitê conjunto para revisão do AACR, o Joint Steering Committee for Revision of AACR (JSC), a intenção principal era fazer das versões norte-americana e britânica do AACR um código só. Sendo assim, foram nomeados dois editores: Michael Gorman (British Library) e Paul W. Winkler (LC). (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008b, p. 1). Em 1976, o capítulo 6 do AACR passou por uma reformulação para acomodar a estrutura de apresentação de dados proposta pelas ISBDs. Nessa época, o MARC já havia se tornado o formato líder de processamento de registros catalográficos legíveis por computador, e assegurou a manutenção de uma cultura de compartilhamento de dados empreendida pela LC desde a época da comercialização de fichas catalográficas. O AACR foi revisado e ganhou sua segunda edição em 1978, o AACR2. O código passou a ser formado por duas partes; a primeira tratava da catalogação descritiva e a segunda orientava sobre a elaboração de pontos de acesso e cabeçalhos. O AACR2 se tornou o código de catalogação mais utilizado internacionalmente. Outras revisões foram publicadas em 1988, 1998 e 2002. A última edição atualizada da revisão de 2002 foi publicada nos Estados Unidos em 2004 – *Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition, 2002 Revision: 2004 Update*.

## 6 Os objetivos do catálogo de biblioteca

Como qualquer outro instrumento, o catálogo de biblioteca deve ser definido a partir das funções que desempenha. As funções atribuídas ao catálogo guiam sua construção e manutenção e permitem avaliar se, com o passar do tempo, ele ainda está de acordo com as necessidades daqueles que o utilizam. As funções ou objetivos do catálogo são indispensáveis para o desenvolvimento dos códigos de catalogação, inclusive no sentido de evitar que a catalogação se torne um fim em si mesma e adote uma postura puramente “legalista”, como alertou Osborn (1941, 1985).

A maior dificuldade em se estabelecer um conjunto de objetivos para o catálogo de biblioteca reside na variedade de instituições e grupos de usuários que utilizam esse instrumento. Os objetivos precisam ser suficientemente gerais para a aplicação em catálogos de diversos tipos de bibliotecas, que sejam úteis para diferentes usuários. Em *Rules for a Dictionary Catalog*, Charles Ammi Cutter reconheceu essa dificuldade do ponto de vista das regras, ao dizer que “nenhum código de catalogação poderia ser adotado em todos os seus pontos para todos os casos, porque as bibliotecas de estudo e as bibliotecas de leitura possuem objetivos diferentes [...]” (CUTTER, 1904, p. 11, tradução minha). Cutter (1904) defendia então a aplicação de alguns princípios que considerassem essa variedade. Esses princípios se manifestam primeiramente na declaração dos objetivos do catálogo.

## 6.1 Os objetivos do catálogo segundo Cutter (1876)

Tentamos fazer aqui uma tradução que seja o mais fiel possível à declaração de “Objetivos e Meios” contida na quarta edição de *Rules for a Dictionary Catalog*.

Segundo Cutter (1904, p. 12), um catálogo deve:

- 1 Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou
  - (a) o autor;
  - ou (b) o título;
  - ou (c) o assunto;
 } seja conhecido
- 2 Mostrar o que a biblioteca possui
  - (d) de determinado autor;
  - (e) sobre determinado assunto;
  - (f) em determinado tipo de literatura;
- 3 Auxiliar na escolha de um livro
  - (g) por sua edição (bibliograficamente);
  - (h) por seu caráter (literário ou tópico).

Na literatura especializada, os objetivos do catálogo ainda são mencionados como “primeiro”, “segundo” e “terceiro” objetivos – uma referência direta a esses três objetivos declarados por Cutter originalmente em 1876. Svenonius (2000, p. 12-13) chama o primeiro objetivo de *finding objective* (ligado à descoberta); o segundo objetivo, de *collocating objective* (ligado à organização de grupos de itens), e o terceiro, de *choice objective* (ligado à escolha). De acordo com Denton (2007, p. 41), os objetivos de Cutter foram “[...] o primeiro conjunto de axiomas feitos na catalogação.”

Os objetivos de Cutter se aplicavam aos catálogos dicionários, aqueles catálogos que combinavam, “[...] numa única ordem alfabética, as entradas [cabeçalhos] relativas a autores, títulos, assuntos, séries, remissivas e referências cruzadas.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 73). Pode-se dizer que os catálogos em fichas que proliferaram no século 20 e os catálogos contemporâneos são herdeiros do catálogo dicionário, no sentido de que tanto nomes de pessoas e instituições quanto títulos de obras e cabeçalhos de assunto são utilizados como

pontos de acesso principais. A permanência dos objetivos de Cutter ao longo de quase um século e meio pode confirmar essa herança.

Os três objetivos ganharam projeção relativamente cedo. O próprio Cutter, em uma nota presente a partir da segunda edição das *Rules...*, afirma: “Essa declaração de Objetivos e Meios tem sido criticada; mas como ela também tem sido frequentemente citada, [...] em prefácios de catálogos e em outros lugares, eu suponho que ela tenha sido aprovada de um modo geral.” (CUTTER, 1904, p. 12).

Logo após apresentar os objetivos do catálogo, chamados por ele de “Objects”, Cutter (1904) enuncia os meios que levarão ao seu cumprimento. O quadro seguinte relaciona objetivos e meios:

OBJETIVOS	MEIOS
<b>1(a)</b> <i>Encontrar um livro do qual o <u>autor</u> seja conhecido</i>	Entrada de <u>autor</u> com as referências necessárias
<b>2(d)</b> <i>Mostrar o que a biblioteca possui de determinado <u>autor</u></i>	
<b>1(b)</b> <i>Encontrar um livro do qual o <u>título</u> seja conhecido</i>	Entrada de <u>título</u> ou referência de <u>título</u>
<b>1(c)</b> <i>Encontrar um livro do qual o <u>assunto</u> seja conhecido</i>	Entrada de <u>assunto</u> , referências cruzadas e tabela de assuntos classificada.
<b>2(e)</b> <i>Mostrar o que a biblioteca possui sobre determinado <u>assunto</u></i>	
<b>2(f)</b> <i>Mostrar o que a biblioteca possui em determinado tipo de literatura</i>	Entrada de <u>forma</u> e entrada de <u>língua</u> .
<b>3(g)</b> <i>Auxiliar na escolha de um livro quanto a sua <u>edição</u> (bibliograficamente)</i>	Informação de <u>edição</u> e <u>imprenta</u> , com notas quando for necessário
<b>3(h)</b> <i>Auxiliar na escolha de um livro quanto ao seu <u>caráter</u> (literário ou tópico)</i>	Notas

Quadro 1 – Correlação entre os objetivos do catálogo e os meios para o seu alcance, conforme estabelecido por Cutter (1904, p. 12)

Cutter conta, portanto, com os cabeçalhos para a localização direta de autores, obras e assuntos e para a reunião dos registros dos documentos que se relacionam de alguma forma. Para Freedman (1983,1986), os meios descritivos de Cutter não diferem muito daqueles com os quais Panizzi e Jewett trabalharam. Cutter deu um passo à frente apenas ao tornar explícito aquilo que havia ficado implícito nos métodos de seus antecessores.

Uma busca no catálogo dicionário organizado por Cutter, o catálogo dicionário do Boston Athenaeum<sup>18</sup>, esclarece consideravelmente os métodos de organização propostos por ele e evidencia o cumprimento de alguns dos três objetivos. Para fins de ilustração, propusemos uma busca por uma edição da tradução da *Odisséia* de Homero feita por William Cowper. Partimos do nome do autor (Homero) e, seguindo a ordem alfabética, chegamos à segunda parte do catálogo<sup>19</sup>, onde se encontram os cabeçalhos que começam com “H”. (CATALOGUE..., 1876). Na página 1438, encontra-se o seguinte cabeçalho:

**Homerus.**

É sob esse cabeçalho que estão todas as obras atribuídas a Homero disponíveis na biblioteca do Boston Athenaeum. Surgem primeiramente edições de suas obras completas (sob o subcabeçalho *Works*) e depois edições conjuntas da “Ilíada” e da *Odisséia* (sob o subcabeçalho *Iliad and Odyssey*). A tradução da *Odisséia* feita por William Cowper está em uma dessas edições conjuntas, descrita da seguinte forma:

**— Iliad and Odyssey ; tr. into Eng. blank verse  
by W. C o w p e r. Boston, 1814. 4 v. 8°.**

No entanto, a proposta era encontrar uma edição apenas da “Odisséia”, por isso é preciso chegar ao subcabeçalho *Odyssey*, localizado na página 1439 – ali estão todas as edições da *Odisséia* presentes na biblioteca. As traduções em inglês são enumeradas; entre elas está a de Cowper:

<sup>18</sup> Uma versão digitalizada do *Catalogue of the library of the Boston Athenaeum: 1807-1871* encontra-se no Internet Archive (<<http://www.archive.org>>).

<sup>19</sup> O segundo volume do catálogo está disponível em:  
<<http://www.archive.org/details/cataloguelibrar03cuttgoo>>.

— - *Odyssey; tr. into blank verse by W. Cowper. New ed., pub. by J. Johnson. London, 1802. 2 v. 8º.*

O catálogo do Boston Athenaeum permitiu que fosse encontrado um livro do qual o autor era conhecido – objetivo 1(a) –, para isso o cabeçalho de autor, **Homerus**, foi fundamental. Sob esse cabeçalho, são mostradas todas as obras do respectivo autor disponíveis na biblioteca – o que cumpre de forma apropriada o objetivo 2(d). É importante lembrar que o subcabeçalho que representa o título da obra, *Odyssey*, facilitou a descoberta da tradução procurada. No exemplo dado, o autor e o título da obra eram conhecidos do usuário. Um usuário que resolvesse começar a busca pelo título (*Odisséia / Odyssey*) chegaria ao quarto volume do catálogo, no qual estão os verbetes iniciados com “O”, e encontraria na página 2173 a expressão **Odyssey. See Homerus**. (CATALOGUE..., 1880). A “entrada de título” – meio para o objetivo 1(b) – vem acompanhada de uma referência que direciona o usuário para outro ponto do catálogo, onde os registros estão organizados sob o cabeçalho de autor. As informações de edição, correspondentes ao objetivo 3(g), permitiram, por exemplo, ter o conhecimento de que a edição disponível está dividida em dois volumes (“[...] 2 v. [...]”). (CATALOGUE..., 1876, p. 1439).

Para o cumprimento dos objetivos propostos por Cutter, também deve ser observado o tópico “Reasons for Choice” [“Razões para a escolha”], que é apresentado logo após os meios descritivos em *Rules for a Dictionary Catalog*. Cutter (1904, p. 12) aponta três “[...] métodos possíveis [...]”, baseados em princípios, para a escolha de uma entrada ou cabeçalho. O primeiro método leva em consideração os princípios da conveniência do usuário e do uso comum, mencionados no tópico anterior deste trabalho. Cutter (1904) recomenda que, havendo várias possibilidades, se escolha a entrada pela qual um usuário comum da biblioteca procuraria primeiro. No exemplo dado aqui, era fácil prever sob quais cabeçalhos deveríamos procurar a tradução da *Odisséia* feita por William Cowper. A catalogação de assuntos, por exemplo, torna a aplicação desses dois princípios um desafio ainda maior. Ao procurar o assunto “Pássaros” / “Birds” no primeiro volume do catálogo do Boston Athenaeum, o usuário se depara com o cabeçalho **Birds. See Ornithology** (CATALOGUE..., 1874, p. 306). Prevendo que seria mais provável que um usuário procurasse primeiramente por “Pássaros”, Cutter reserva um lugar para esse cabeçalho no catálogo, ainda que as obras sobre esse

assunto estejam sob o cabeçalho **Ornitologia** / **Ornithology**, para o qual é feita uma referência cruzada.

O segundo método recomenda que se escolha uma entrada “[...] consistente com relação às outras entradas [...]” (CUTTER, 1904, p. 12), de modo que um princípio valha, sempre que possível, para todos os casos. Entende-se que essa consistência só pode ser garantida pela padronização que, por sua vez, é determinada pelas regras. A preocupação de Cutter com a consistência fica evidente nas explicações que servem de introdução ao catálogo do Boston Athenaeum. Nas explicações sobre os cabeçalhos de assunto, afirma-se que: “As obras são dispostas sob o assunto mais específico; um livro sobre o cachorro, por exemplo, será encontrado sob **Cachorro** [*Dog*], não sob **Zoologia** [*Zoology*]; um sobre ferro, sob **Ferro** [*Iron*], não sob **Metais** [*Metals*].” (CATALOGUE..., 1874, p. III). Portanto, se as obras sobre cachorros estão sob **Cachorro** e não sob **Zoologia**, o princípio da especificidade deve ser observado sempre que for preciso escolher um cabeçalho de assunto, para que ele seja consistente com relação aos outros.

De acordo com o terceiro e último método, é preciso escolher uma entrada (no sentido de cabeçalho) “[...] que reúna as entradas [registros] o menos possível em lugares onde é difícil arranjá-las, para que elas sejam prontamente encontradas; por exemplo, sob nomes de países e cidades.”<sup>20</sup> (CUTTER, 1904, p. 12). Esse método se aplica a muitas situações; uma delas pode ser ilustrada mais uma vez com o catálogo do Boston Athenaeum: “Aquele que quiser ver *tudo* o que a biblioteca possui sobre Aragão deve, é claro, consultar as obras enumeradas sob **Espanha** [*Spain*] assim como aquelas sob **Aragão** [*Aragon*].” (CATALOGUE..., 1874, p. III). O catálogo recomenda ao usuário que está em busca de uma obra sobre um assunto mais específico que consulte também obras de caráter geral; no entanto, é dada no catálogo a devida prioridade ao assunto específico, talvez por uma questão de economia de tempo. O usuário que fosse buscar uma obra sobre Aragão registrada sob o cabeçalho **Espanha** [*Spain*] teria que percorrer nove páginas no quarto volume do catálogo. (CATALOGUE..., 1880). O fato de cada uma dessas páginas conter aproximadamente sessenta registros, certamente, tornaria a pesquisa cansativa. Portanto, é provável que um usuário escolhesse primeiro o

---

<sup>20</sup> No original: “[...] will mass entries least in places where it is difficult to so arrange them that they can be readily found, as under names of nations and cities.”

caminho mais fácil, indo diretamente ao cabeçalho **Aragão** [*Aragon*], sob o qual estão apenas os registros dos sete documentos que têm Aragón como assunto e que estão disponíveis na biblioteca.

Os objetivos estabelecidos por Cutter são parte importante de seu legado como teórico da catalogação. Para S. R. Ranganathan (apud KENT; LANCOUR; DAILY, 1974, p. 361), as idéias presentes em *Rules for a Dictionary Catalog* fazem do código “[...] um clássico. Ele é imortal. Sua influência tem sido esmagadora. Ele inibe livres reconsiderações até mesmo hoje em dia.” Os objetivos do catálogo seriam, no entanto, reescritos em 1961, na primeira Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação.

## 6.2 Os objetivos do catálogo segundo a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (1961)

As circunstâncias que levaram à realização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em Paris, em outubro de 1961, foram mencionadas de maneira superficial no tópico anterior deste trabalho. Como foi visto, o produto dessa reunião, da qual participaram “[...] delegações de 53 países e doze organizações internacionais [...]” (IFLA, 1963, p. 1, tradução minha), foi a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, mais conhecida como “Princípios de Paris”.

Os objetivos do catálogo estão no segundo tópico da Declaração, sob o título “Funções do Catálogo”. Na versão preliminar da Declaração, os objetivos foram apresentados da seguinte forma:

O catálogo deve ser um instrumento eficiente para verificar

2.1 se uma biblioteca possui determinado livro especificado por

- (a) seu autor e título, como impresso no livro, *ou*
- (b) se nenhum autor é nomeado no livro, apenas seu título, *ou*
- (c) se autor e título são inadequados para identificação,  
outras características significativas;

2.2 quais obras de determinado autor e quais edições de determinada obra existem na biblioteca. (IFLA, 1963, p. 25, tradução minha).

O segundo objetivo (2.2) foi motivo de controvérsia durante a conferência. Alguns especialistas concordavam que ele era bem menos importante do que o primeiro objetivo e que, portanto, não precisaria ser cumprido por um catálogo alfabético comum. A maioria dos especialistas, no entanto, reconheceu sua importância, ficando as divergências restritas apenas à maneira mais clara de escrever o texto dos objetivos. (IFLA, 1963, p. 26). Por fim, a especialista Eva Verona sugeriu que o segundo objetivo fosse claramente subdividido em dois. A versão final do texto foi aprovada depois de ter sido submetida a uma votação. De acordo com o tópico “Funções do Catálogo”,

O catálogo deve ser um instrumento eficiente para verificar

2.1 se a biblioteca possui determinado livro especificado por

- (a) seu autor e título, *ou*
- (b) se o autor não é nomeado no livro, apenas seu título, *ou*
- (c) se autor e título são inadequados ou insuficientes para identificação, um substituto apropriado para o título;

2.2 (a) quais obras de determinado autor e

- (b) quais edições de determinada obra existem na biblioteca.

(THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, p. 1).

Uma das discussões que parece ter motivado a alteração dos objetivos do catálogo em 1961 girava em torno da distinção entre “livro” e “obra”. É pelo relato dessa discussão que comentaremos sobre o alcance dos objetivos do catálogo estabelecidos na Declaração de Princípios. Seymour Lubetzky, em um trabalho preparado para a Conferência de Paris, afirma que

Uma pessoa que faz uma busca em um catálogo por um nome e um título, certamente, não está interessada simplesmente na publicação lançada com aquele nome e aquele título, mas na obra representada por ela – que pode ser encontrada na biblioteca em outra edição, carregando um nome ou um título diferente [...].<sup>21</sup> (LUBETZKY, 1963, p. 141).

---

<sup>21</sup> No original: “Certainly a person looking in a catalog under a name and title is interested not merely in the particular publication issued under that name and title but rather in the work represented by it – which may be found in the library in another edition, bearing a different name or title [...]”.

É nesse sentido que Lubetzky (1969, 1985) critica o segundo objetivo de Cutter. Quando Cutter afirma que o catálogo deve “[...] mostrar **o que** a biblioteca possui de um determinado autor [...]” (CUTTER, 1904, p. 12, grifo nosso), ele não deixa claro se esse “o que” se refere a livros, a obras ou aos dois. Tal distinção é feita nos objetivos presentes na Declaração de Princípios, uma vez que se estabelece a necessidade de verificar “[...] quais obras de determinado autor [...]” e “[...] quais edições de determinada obra existem na biblioteca.” (THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, p. 1).

Ainda que Cutter não tenha feito essa distinção no segundo objetivo do catálogo, sabe-se que ela estava presente em seus métodos. Nos exemplos dados a partir do catálogo do Boston Athenaeum, estava claro o relacionamento existente entre a edição da tradução da *Odisséia* feita por William Cowper e outras edições e traduções da mesma obra – os registros estavam todos sob um só subcabeçalho (*Odyssey*) –, e entre essa obra e as outras obras de Homero – todas elas estavam sob o cabeçalho de autor **Homerus**, ou seja, ficava evidente que elas se relacionavam por terem sido escritas pela mesma pessoa. No entanto, essa distinção realmente deveria estar explícita nos objetivos, uma vez que eles são responsáveis por guiar o estabelecimento de regras e, portanto, a construção dos catálogos.

De acordo com Yee (1994), Lubetzky foi o primeiro teórico a tornar explícita em um texto dos objetivos a reunião de todas as edições de uma obra. Lubetzky declarou formalmente os objetivos do catálogo nas versões preliminares do código de catalogação preparado por ele, *Code of Cataloguing Rules: Author and Title Entry*, cuja última versão foi publicada um ano antes da Conferência de Paris. Para Lubetzky (1960 apud YEE, 1994, p. 6, grifo nosso),

Os objetivos que o catálogo deve alcançar são dois:

*Primeiro*, facilitar a localização de uma publicação específica, ou seja, de uma edição específica de uma obra, que está na biblioteca.

*Segundo*, relacionar e apresentar juntas as edições que um biblioteca possui de determinada obra e as obras que ela possui de determinado autor.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> “The objectives which the catalog is to serve are two: First, to facilitate the location of a particular publication, i.e., of a particular edition of a work, which is in the library. Second, to relate and display together the editions which a library has of a given work and the works which it has of a given author.”

Segundo Lubetzky (1969, 1985), a distinção entre livro e obra era central para a definição dos objetivos do catálogo e esses dois conceitos não poderiam mais ser confundidos. O catálogo teria por objetivo apenas mostrar a um usuário se a biblioteca possui o livro que ele procura? Lubetzky acreditava que apenas se referir a livros, ou seja, a publicações, não era suficiente. O catálogo deveria mostrar um livro com relação a outros livros que representassem a mesma obra e com relação a outras obras do mesmo autor. Em seu estudo *Cataloging Rules and Principles*, Seymour Lubetzky havia atribuído ao catálogo dois objetivos, um deles já evidenciava a importância dada às obras:

O primeiro objetivo é permitir ao usuário do catálogo determinar prontamente se a biblioteca possui ou não o livro que ele deseja [...] O segundo objetivo é revelar ao usuário do catálogo, sob uma forma do nome do autor, quais obras a biblioteca possui de determinado autor e quais edições ou traduções de determinada obra [existem na biblioteca].<sup>23</sup> (LUBETZKY, 1953 apud TAYLOR; JOUDREY, 2009, p. 45).

Os argumentos de Lubetzky (1969, 1985, p. 190) são fortes porque, ao defender a distinção entre livro e obra, ele prevê o comportamento de usuários que se deparam com problemas em uma busca no catálogo: “[...] isso é do interesse de um número ainda maior de usuários que não têm certeza, ou que podem ter uma citação errada, do título do livro ou da obra desejada, mas que podem reconhecê-lo em uma lista das obras do autor.” Nesse caso, o usuário do catálogo se apóia no nome do autor para encontrar determinada obra e, então, uma edição dessa obra.

Em um artigo bastante citado, Eva Verona (1959, 1985, p. 155) reconheceu, antes mesmo da Conferência de Paris, três objetivos para o catálogo de autor e título:

---

<sup>23</sup> “The first objective is to enable the user of the catalog to determine readily whether or not the library has the book he wants [...] The second objective is to reveal to the user of the catalog, under one form of the author’s name, what works the library has by a given author and what editions or translations of a given work.”

- “(1) a rápida localização de determinado livro;  
 (2) o fornecimento de informações sobre todas as edições, traduções, etc. de determinada obra, desde que existam na biblioteca;  
 (3) o fornecimento de informações sobre todas as obras de determinado autor, desde que existam na biblioteca.”

O primeiro objetivo reconhecido pela autora equivale ao primeiro objetivo presente na Declaração de Princípios, enquanto que o segundo equivale à segunda parte do segundo objetivo da Declaração. Para Verona (1959, 1985), era praticamente impossível cumprir de forma adequada os dois primeiros objetivos em um mesmo catálogo, porque eles seriam conflitantes: **Como permitir que se localize rapidamente um livro em um catálogo no qual esse livro não esteja, de início, sob seu próprio título, mas sob o título da obra correspondente?** Um catálogo que priorize o primeiro objetivo se preocupa com o que Verona (1959, 1985) chama de unidades bibliográficas, ou seja, com “livros” ou publicações. Já um catálogo que priorize o segundo objetivo se preocupa com unidades literárias, as obras. O catálogo do Boston Athenaeum é um exemplo deste último tipo, porque seus cabeçalhos refletem títulos uniformes de obras e formas padronizadas do nome de um autor. Do contrário, os cabeçalhos seriam extraídos diretamente da publicação.

Assim como acontecia na época de Cutter, os catálogos aos quais Lubetzky e Verona se referiam dependiam fortemente da escolha de cabeçalhos e “entradas” principais para terem seus objetivos alcançados. Segundo Verona (1963, p. 145), “[...] a facilidade com que um usuário descobrirá o lugar exato onde são fornecidas, no catálogo alfabético, todas as informações das quais ele necessita depende da escolha do cabeçalho principal [...]”. Para a autora, a “entrada principal” determina “[...] se os leitores encontrarão imediatamente o que eles desejam, ou se eles serão forçados a ‘dar dois passos quando poderiam ter encontrado o que desejavam com apenas um.’” (VERONA, 1963, p. 145).

Nos catálogos que dessem prioridade às unidades literárias, as entradas principais seriam feitas de acordo com os títulos das obras. Todas as edições de uma obra seriam, portanto, reunidas em um mesmo lugar. Já os catálogos que dessem prioridade à rápida localização de unidades bibliográficas contariam com entradas principais estabelecidas de acordo com os títulos das publicações. (VERONA, 1963). Imagina-se, portanto, que, em um catálogo alfabético deste último tipo, os registros das traduções de uma obra cujo autor é desconhecido

ficariam distantes uns dos outros, uma vez que cada uma delas possui um título diferente. Esse problema seria minimizado nos casos em que o autor fosse conhecido, estando todos os registros das edições sob o cabeçalho de autor. Verona (1959, 1985) era defensora desse segundo tipo de catálogo e argumentava, baseada em algumas estatísticas, que a maioria dos usuários iam à biblioteca em busca de livros publicados há não muito tempo, e que esses livros eram procurados por seus títulos. “Edições de obras publicadas recentemente serão procuradas, em regra, sob seus próprios títulos, enquanto que obras mais antigas, que poderão já ser conhecidas como unidades literárias, serão procuradas como tais.” (VERONA, 1959, 1985, p. 167). De fato, isso vale para o exemplo dado com a *Odisséia* de Homero.

Assim como Lubetzky, a autora reconhecia as necessidades dos usuários como determinantes para a definição dos objetivos do catálogo. Entretanto, Lubetzky parecia acreditar que a maioria dos usuários iam à biblioteca em busca de obras, quer elas contassem com edições recentes quer não. Verona acreditava que o catálogo defendido por Lubetzky tornava difícil a localização de determinado livro, uma vez que o usuário se veria forçado a saber o título da obra, que nem sempre se assemelha ao título da publicação. Por fim, a sugestão de Verona (1963, p. 146) para a reunião de unidades literárias ou obras era o uso de “entradas secundárias”, ficando as “entradas principais” restritas às publicações.

Verona (1959, 1985) defendia a organização do catálogo por unidades bibliográficas também por uma questão de consistência. Segundo a autora, muitas bibliotecas que seguiam a tradição anglo-americana – que dava prioridade às unidades literárias – introduziam inconsistência na catalogação quando lidavam com traduções. Essas bibliotecas ordenavam as traduções a partir de seus próprios títulos, não sob o título da obra correspondente. Só haveria consistência quando os títulos de todas as publicações fossem sempre considerados no estabelecimento de entradas principais.

A tese de Verona (1963) pode ser, portanto, resumida da seguinte forma: uma vez que a maioria dos usuários busca livros publicados recentemente – e faz a busca por seus títulos –, o catálogo é mais eficiente quando permite a um usuário localizar diretamente determinada publicação por seu próprio título. O registro da publicação estaria sob o cabeçalho de seu autor junto a outras publicações do mesmo autor – objetivo 2.2(a). O título da obra correspondente (o título da unidade literária) poderia ser apresentado no catálogo como “entrada secundária”. Ainda que apontasse o conflito existente entre os dois primeiros

objetivos do catálogo, Verona (1963, p. 147) não defendia que se negligenciasse um ou outro: “[...] todos os três objetivos do catálogo alfabético são importantes para que ele seja funcional e eficaz, [...] por consequência, em um catálogo moderno, nenhum deles deve ser inteiramente negligenciado.”

Toda essa discussão refletia preocupações com meios essenciais para o funcionamento adequado dos catálogos da época, fossem catálogos impressos ou catálogos em fichas. Tal discussão não faz muito sentido quando são levados em conta os catálogos on-line. As tecnologias que viabilizam o funcionamento dos catálogos contemporâneos podem permitir que um usuário comece sua busca tanto pelo título da obra, quando pelo título da publicação, se ambos fizerem parte do registro bibliográfico. Da mesma maneira, as várias formas do nome de um autor podem funcionar como pontos de acesso e serem usadas por um usuário em sua busca, ainda que um ponto de acesso principal deva ser determinado pelo catalogador.

Para o cumprimento dos dois primeiros objetivos do catálogo, a Declaração de Princípios coloca, de certa forma, as propostas de Seymour Lubetzky e Eva Verona como alternativas no tópico “Funções dos diferentes tipos de entrada”:

[Segundo Eva Verona:]

A entrada principal para obras que entram pelo título pode ser feita tanto sob o título na forma como aparece no livro, com uma entrada secundária sob um título uniforme,

[Segundo Seymour Lubetzky:]

como sob um título uniforme, com entradas secundárias ou referências sob os outros títulos. Esta última prática é recomendada para a catalogação de obras bem conhecidas, especialmente aquelas conhecidas por títulos convencionais.<sup>24</sup> (THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, p. 2).

---

<sup>24</sup> “The main entry for works entered under title may be *either* under the title as printed in the book, with an added entry under a uniform title, *or* under a uniform title, with added entries or references under the other titles. The latter practice is recommended for the cataloguing of well-known works, especially those known by conventional titles.”

No entanto, pode-se dizer que o reconhecimento de unidades literárias não era uma prática preconizada pela Declaração de Princípios, uma vez que as “entradas principais” eram feitas para livros, não para obras.

O alcance da primeira parte do segundo objetivo – permitir que se verifiquem todas as obras de determinado autor existentes na biblioteca –, que corresponde ao terceiro objetivo identificado por Verona (1959, 1985), teria como meio o cabeçalho de autor, sob o qual seriam organizados os registros das “obras” de sua autoria. Segundo a Declaração de Princípios, deveria ser escolhido um cabeçalho uniforme para representar o nome de um autor. No caso de autores pessoais, seria escolhido “[...] o nome pelo qual o autor é mais frequentemente identificado nas edições de suas obras [...]”. (THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, p. 3). Quando o uso comum tivesse consagrado determinada forma do nome de um autor, era necessário dar preferência a essa forma, mesmo que ela não estivesse presente na publicação descrita. A Declaração também recomendava que fossem adicionados ao cabeçalho dados que servissem para diferenciar determinado autor de autores que possuísem o mesmo nome. Tal prática está bem estabelecida atualmente. Na época em que a Conferência ocorreu, no entanto, alguns códigos de catalogação recomendavam a adoção do nome de um autor, para o cabeçalho, na forma como ele aparecia na publicação. Se em cada uma das três edições de uma obra o nome do autor aparecesse sob uma forma diferente, era preciso estabelecer três cabeçalhos de autor. Cada publicação apareceria, portanto, sob um cabeçalho de autor diferente. “Sendo assim, a fim de ter o conhecimento de todas as publicações de um autor, o usuário [seria] obrigado a procurar por entradas espalhadas por todo o catálogo.” (VERONA, 1963, p. 155). Segundo Verona (1963, p. 153), esse procedimento era recomendado por S. R. Ranganathan em seu *Heading and Canons*, de 1955. Verona (1963) acreditava que a maioria dos casos teria como solução a reunião de todas as “entradas principais” sob apenas uma forma do nome do autor, como recomendado na Declaração de Princípios. Para lidar com as variações de um nome, deveriam ser utilizadas referências cruzadas.

No contexto anglo-americano, o conceito de obra nunca foi levado em conta por completo. A influência de Seymour Lubetzky não foi suficiente para fazer com que a obra fosse considerada no catálogo um elemento tão importante para o usuário quanto a publicação e o objeto responsáveis por comunicá-la. Segundo Yee (1994, p. 10): “o ‘AACR1’, altamente influenciado pelo trabalho de Lubetzky em outras situações, não adotou sua abordagem

quanto à reunião de todas as edições de uma obra.” Em uma série de quatro artigos, Yee (1994, 1995) explorou o conceito de obra e fez inclusive uma análise de praticamente todos os códigos de catalogação da tradição anglo-americana com o intuito de descobrir de que forma eles se referiam à descrição de obras. Yee (1995, p. 28) chegou à conclusão de que “[...] a reunião das edições de uma obra requerida pelo segundo objetivo” perdeu força com o passar do tempo, apesar do advento da Declaração de Princípios. A autora aponta que o uso de títulos uniformes para reunir edições de obras que entram pelo título é apenas uma opção no AACR2, e uma opção “[...] pouco escolhida.” (YEE, 1995, p. 28).

Nos últimos trinta anos, muito se tem discutido sobre esse conceito tão importante para os objetivos do catálogo. Entretanto, de acordo com Svenonius (2000, p. 35), o conceito de obra ainda careceria de uma definição operacional adequada, que permitiria determinar até que ponto dois ou mais documentos representam a mesma obra. Nesse sentido, não basta dizer que uma obra é “[...] uma criação intelectual ou artística [...]”.

Com base na idéia de que, nas bibliotecas, o acesso virtual estava prestes a se equiparar ao acesso “físico”, e que as obras, portanto, poderiam estar sob várias formas e serem utilizadas pelos usuários em diferentes estágios de desenvolvimento, Wilson (1989b) defendia a prevalência do segundo objetivo do catálogo sobre o primeiro. Para Wilson (1989b, p. 15), “de forma realista, não podemos ter a esperança de algum dia alcançar um registro completo das obras de um universo bibliográfico, mas esse ideal ainda pode servir como nossa meta. A aceitação do segundo objetivo é a aceitação dessa meta.” Wilson (1989b) aponta uma crise no conceito tradicional de disponibilidade – para ele, atualmente, o real e o virtual compõem o que é considerado disponível. “Se um catálogo é um guia para o conteúdo de uma coleção disponível em determinado lugar, então o catálogo deve incluir [no sentido de ‘fazer referência a’] as cópias virtuais assim como as cópias reais disponíveis nesse lugar.” (WILSON, 1989b, p. 7). Wilson (1989b) também observa a obsolescência do texto dos objetivos do catálogo, principalmente do primeiro objetivo, não só por causa do uso da palavra “livro”, como também pela necessidade de reconsiderar a noção de posse “física” ali implícita.

Para O’Neill e Vizine-Goetz (1989), a “globalização dos catálogos”, ou seja, o crescimento de catálogos on-line coletivos e bases de dados bibliográficas internacionais, assim como o crescimento da indústria editorial, acaba por reforçar a necessidade de se fazer referência a

obras no catálogo. “Uma consequência dessas mudanças, e especialmente do advento da globalização, é que, cada vez mais, um número maior de itens passa a ser associado a determinada obra.” (O’NEILL; VIZINE-GOETZ, 1989, p. 170). Os autores definem obra como um conjunto de textos relacionados que compartilham a mesma origem e conteúdo.

Carlyle (1997, p. 23), que propôs um modelo de apresentação para o cumprimento do segundo objetivo em catálogos on-line, afirma que,

Em princípio, todos os registros de autores específicos e obras deveriam ser agrupados de acordo com o segundo objetivo. No entanto, [...] regras de catalogação e práticas não têm requerido a criação de links explícitos em cada registro para itens que incorporam a obra de um autor ou uma edição de uma obra.<sup>25</sup>

Carlyle (1997, p. 27) também afirma que “enquanto as regras para construção de registros têm sido suficientes para garantir o cumprimento do segundo objetivo no ambiente das fichas catalográficas, elas não são suficientes para garanti-lo em um ambiente on-line.” A autora se queixa do fato de o AACR2 não se preocupar com a apresentação dos registros no catálogo, no que diz respeito principalmente ao relacionamentos entre os itens representados, importantes para o cumprimento do segundo objetivo. O formato MARC também é criticado por Carlyle (1997), pelo fato de não permitir a apresentação de relacionamentos com suficiência.

Ainda que tenham sido um produto de debates importantes e que tenham suscitado discussões fundamentais, os objetivos do catálogo estabelecidos na Conferência de Paris não foram seguidos de maneira consistente dentro da catalogação anglo-americana. As mudanças tecnológicas que fizeram do catálogo contemporâneo um instrumento bastante diferente dos catálogos existentes no início da década 1960 não eliminaram a necessidade de se trabalhar com objetivos derivados daqueles identificados na Conferência de Paris e, até mesmo, daqueles objetivos estabelecidos por Cutter. Apesar dessas mudanças, o catálogo tem

---

<sup>25</sup> “In principle, all records for particular authors and works should be grouped according to the second objective. However, for various reasons, cataloging rules and practice have not required the creation of explicit links in every record for items that incorporate the work of an author or an edition of a work.”

permanecido, em essência, o mesmo instrumento, e talvez tenha chegado a época em que seus objetivos poderão ser finalmente alcançados de forma completa.

## 7 Os novos objetivos do catálogo de biblioteca

Em julho de 2003, sob a coordenação da IFLA, 54 especialistas em catalogação de vários países, a maioria europeus, reuniram-se em Frankfurt com o objetivo de comparar 18 códigos e verificar em que medida eles seguiam os Princípios de Paris. Esperava-se que essa comparação servisse de base para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação. Outro objetivo importante dessa reunião era dar início à reformulação da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Esse foi o primeiro de cinco encontros nomeados IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code (IME-ICC). (IFLA, 2004).

No relatório do IME-ICC de 2003 está presente um rascunho final da Declaração de Princípios reformulada; nessa nova Declaração, constata-se que foram incorporados os conceitos e a terminologia do modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* e do modelo que hoje é chamado de *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*. Nos encontros seguintes (em 2004, 2005, 2006 e 2007), a Declaração foi revisada. Em 2008, foi feita uma revisão final; e em 2009 a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação foi publicada, com traduções do inglês para dezenove línguas.

A incorporação dos modelos conceituais FRBR e FRAD foi definitiva. Até mesmo o item “Funções do Catálogo” foi modificado em função desses modelos. Por causa disso, é preciso que se faça aqui uma introdução, ainda que breve, ao FRBR e ao FRAD.

## 7.1 Modelos conceituais

### 7.1.1 Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)

Em 1998, a IFLA publicou um documento intitulado *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report*<sup>26</sup>; era o produto de um estudo que começara em 1992 e que tinha como finalidade “[...] produzir uma fundamentação que fornecesse uma compreensão clara, precisamente estabelecida e compartilhada do objeto sobre o qual o registro bibliográfico deve informar, e o que nós esperamos que o registro alcance em termos de resposta às necessidades do usuário.”<sup>27</sup> (IFLA, 1998, p. 2, tradução minha). O estudo havia sido recomendado em um seminário sobre registros bibliográficos realizado em Estocolmo, no ano de 1990, sob a coordenação da Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA e do Programa IFLA Universal Bibliographic Control and International MARC (UBCIM). O FRBR foi desenvolvido a partir do modelo entidade-relacionamento, que, segundo Riva (2007, p. 8), vem “[...] da ciência da computação, [onde é] usado para analisar a estrutura dos dados antes da programação, particularmente para o design de bases de dados.”

No modelo conceitual FRBR são definidas as dez entidades do “universo bibliográfico”, e identificados os possíveis relacionamentos entre elas. Há três grupos de entidades: o das entidades primárias (grupo 1: *obra, expressão, manifestação e item*); o dos responsáveis por criar, publicar, e ter as entidades do grupo 1 sob custódia (grupo 2: *pessoa e entidade coletiva*), e o grupo das possíveis categorias de assunto de uma obra (grupo 3: *conceito, objeto, evento e lugar*). (LE BOEUF, 2007; RIVA, 2007).

Para as entidades primárias, as definições presentes no documento oficial do FRBR (IFLA, 2009) são as seguintes:

---

<sup>26</sup> Ainda não há uma tradução oficial desse documento para o português. Na literatura especializada, o modelo tem sido chamado de Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), ver, por exemplo, MORENO (2006).

<sup>27</sup> No original: “[...] to produce a framework that would provide a clear, precisely stated, and commonly shared understanding of what it is that the bibliographic record aims to provide information about, and what it is that we expect the record to achieve in terms of answering user needs.”

- Obra [*work*]: “uma criação intelectual ou artística distinta. Uma obra é uma entidade abstrata; não há um só objeto material ao qual alguém possa se referir como sendo a obra.” (IFLA, 2009, p. 17).
- Expressão [*expression*]: “a realização intelectual ou artística de uma obra em forma de notações alfanuméricas, musicais ou coreográficas, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação dessas formas.” (IFLA, 2009, p. 19).
- Manifestação [*manifestation*]: “a incorporação física de uma expressão de uma obra. A entidade definida como manifestação abrange uma ampla variedade de materiais, incluindo manuscritos, livros, periódicos, mapas, pôsteres, gravações sonoras, filmes, gravações de vídeo, CD-ROMs, kits multimídia, etc. Como uma entidade, manifestação representa todos os objetos físicos que carregam as mesmas características, tanto no que diz respeito ao conteúdo intelectual quanto à forma física.” (IFLA, 2009, p. 21).
- Item [*item*]: “um único exemplar de uma manifestação. A entidade definida como item é uma entidade concreta. Ela é, em muitos casos, um único objeto físico [...]” (IFLA, 2009, p. 24).

Cada entidade, inclusive as entidades dos grupos 2 e 3, recebeu uma série de atributos; são esses atributos que permitirão ao usuário de um catálogo, por exemplo, buscá-la ou diferenciá-la de outras entidades. Estão entre os atributos da entidade *obra*: seu título; a data em que foi criada; sua forma, ou seja, se é um ensaio, um poema, um mapa, etc. Já a entidade *pessoa* possui os seguintes atributos: nome, datas, títulos e outras designações associadas a ela. (IFLA, 2009).

Uma parte essencial do modelo FRBR são os relacionamentos entre as entidades – “[...] os relacionamentos servem como um veículo para retratar a ligação [*link*] entre uma entidade e outra, e, portanto, como um meio para ajudar o usuário a navegar pelo universo representado em uma bibliografia, catálogo ou base de dados bibliográfica.” (IFLA, 2009, p. 55). Alguns relacionamentos do FRBR são definidos no “nível mais alto de generalização” e apresentados em diagramas. São eles: os relacionamentos primários (entre as entidades do grupo 1 em sentido hierárquico), os relacionamentos de “responsabilidade” (entre as entidades do grupo 1

e as entidades do grupo 2), e os relacionamentos de assunto (entre a entidade obra e as entidades dos grupos 1, 2 e 3). Há outros tipos de relacionamentos: por exemplo, entre duas manifestações, quando uma manifestação é uma reprodução de outra, e entre duas expressões, quando há a tradução de uma tradução de uma obra.

Maxwell (2008) usou a taxonomia de relacionamentos bibliográficos de Barbara B. Tillett para apresentar os relacionamentos do FRBR. Para Tillett (1989 apud MAXWELL, 2008, p. 72), há sete tipos de relacionamentos: de equivalência (por exemplo, entre as várias manifestações da expressão de uma obra); derivativos (entre a tradução – uma expressão – e a obra original); descritivos (entre a obra X e a obra que tem a obra X como assunto); todo-parte (entre uma coleção e as obras contidas nela); de acompanhamento (entre uma obra e as imagens que a ilustram); sequenciais (entre o número de uma revista e o número seguinte); de características compartilhadas (obras que se relacionam por terem sido criadas pela mesma pessoa). Obviamente, esses relacionamentos são tradicionais na catalogação e estão implícitos na maioria dos catálogos de biblioteca mundo afora. O problema está justamente nesse subentendimento. Ao que parece, o FRBR reconhece que, em um catálogo on-line, o usuário precisa ver claramente como as entidades representadas nos registros bibliográficos se relacionam. O modelo coloca o usuário no centro pela definição das chamadas tarefas do usuário [*user tasks*], que foram decisivas para a “atualização” dos objetivos do catálogo iniciada em 2003, no primeiro IME-ICC. As tarefas do usuário são *encontrar*, *identificar*, *selecionar* e *obter*; elas serão exploradas com mais profundidade no próximo tópico deste trabalho.

Nos últimos anos muito se tem debatido sobre a definição de cada entidade do FRBR, sobretudo das entidades primárias. De acordo com Riva e Cato (2008, p. 16), a entidade expressão tem sido alvo de muita controvérsia, por causa da dificuldade em determinar até que ponto várias manifestações incorporam a mesma expressão. Segundo os autores, recentemente ficou definido que mudanças ortográficas em um texto fazem com que ele seja apenas uma variação de uma expressão, contrariando o documento original de 1998, para o qual qualquer mudança, por menor que fosse, resultaria em uma nova expressão. (RIVA; CATO, 2008).

### 7.1.2 Functional Requirements for Authority Data (FRAD)

Em abril de 1999, foi estabelecido pela IFLA o Working Group on Functional Requirements for Numbering and Authority Data (FRANAR) para o desenvolvimento de outro modelo, dedicado aos dados de autoridade. O título do modelo resultante é *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*, publicado oficialmente em 2009.

O FRAD conta com as dez entidades do FRBR mais *família*, *nome*, *identificador*, *ponto de acesso controlado*, *regras* e *agência*. Assim como ocorre no FRBR, cada entidade possui um conjunto de atributos. No entanto, as dez entidades do FRBR possuem atributos adicionais no FRAD. Por exemplo, a entidade *pessoa* possui o atributo “nome” no FRBR, que ela não possui no FRAD, onde possui os atributos “gênero”, “país”, “lugar de residência”, etc. No FRAD, a entidade *pessoa* é nomeada pelo seu relacionamento com a entidade *nome* (!), que, por sua vez, possui os atributos “tipo de nome”, “datas de uso”, “língua do nome”, entre outros. Em uma das versões preliminares do documento que apresenta o modelo, há uma nota para os atributos da entidade *obra* que esclarece: “os atributos de uma obra listados acima incluem apenas aqueles que são normalmente refletidos em pontos de acesso controlados ou em outros elementos de dados registrados em registros de autoridade.” (IFLA, 2007, p. 21, tradução minha). Esse documento deixa claro, desde o começo, que a preocupação do FRAD não são os dados bibliográficos, já cobertos pelo FRBR, mas os dados de autoridade, ainda que os registros bibliográficos e os de autoridade sejam interdependentes nos catálogos de biblioteca e em outras bases de dados.

Segundo Riva (2007, p. 10), a entidade *família* foi incluída no FRAD por influência da comunidade dos profissionais de arquivos; ela é definida da seguinte forma: “duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, ou outro estado legal semelhante, ou que de outro modo se apresentam como uma família.” (IFLA, 2007, p. 8).

Quanto aos relacionamentos que fundamentam o FRAD, o modelo pode ser descrito da seguinte forma – as entidades bibliográficas são conhecidas por nomes e/ou identificadores que, por sua vez, servem de base para a construção de pontos de acesso controlados. (IFLA, 2007, p. 3). No FRAD, alguns relacionamentos também são definidos no “nível mais alto de generalização”, e podem ser resumidos em uma sentença: as onze *entidades bibliográficas* são conhecidas por *nomes* e recebem *identificadores*, que servem de base para *pontos de acesso*

*controlados*, cuja construção é regida por regras aplicadas por uma *agência*. (IFLA, 2007, p. 7). O número maior de entidades em comparação com o FRBR e a própria rigidez com que deve ser feito o trabalho de autoridade fazem do FRAD um modelo conceitual ainda mais complexo.

De acordo com o FRAD (IFLA, 2007, p. 61), o *ponto de acesso controlado* é registrado em um *arquivo de autoridade* como uma *forma (cabeçalho) autorizada*, como uma *forma variante no registro de autoridade* ou *registro de referência*, ou como um *cabeçalho explicativo* em um *registro explicativo geral*. Maxwell (2008, p. 66) considera todos esses termos entidades e lembra que essas entidades não foram formalmente definidas no FRAD, mas reconhece que elas podem não ter importância em um ambiente entidade-relacionamento. Para Maxwell (2008, p. 68), não está claro se os registros de autoridade serão necessários em uma base de dados que implemente de forma conjunta os conceitos do FRBR e do FRAD, porque, “no lugar de registros de autoridade que autorizem formas incorporadas em registros bibliográficos, o modelo entidade-relacionamento exigiria um registro para a entidade ligada por um relacionamento a outra entidade.” Maxwell (2008) dá um exemplo em que uma forma do **nome de um autor** não seria incorporada ao registro de uma *obra*, mas estaria ligada ao registro de *pessoa* (do autor) como entidade ou contido nesse registro como atributo, uma vez que, no FRBR, “nome” é um atributo de *pessoa*. Se todas as formas do **nome de um autor** estivessem em seu registro de *pessoa*, qual a necessidade de se escolher uma forma autorizada?

Por fim, o FRAD define quatro tarefas para os usuários dos dados de autoridade, sejam eles catalogadores ou usuários finais de catálogos. As tarefas são *encontrar*, *identificar*, *contextualizar* e *justificar*.

## 7.2 As tarefas do usuário e os objetivos do catálogo

O relatório de 1998 que apresenta o modelo FRBR afirma que o estudo tem dois objetivos primários. O primeiro objetivo seria estabelecer uma estrutura capaz de ajustar os dados presentes nos registros bibliográficos às necessidades dos usuários desses registros. Mais adiante é declarado que quem esse estudo reconhece como usuários são “leitores, estudantes, pesquisadores, equipes de bibliotecas, editores, agentes de distribuição, varejistas, agentes de informação [*information brokers*], gestores de direitos de propriedade intelectual, etc.” (IFLA, 1998, p. 8). Logo em seguida, afirma-se que os propósitos do estudo são definidos com relação a tarefas que esses usuários desempenham ao lidarem com catálogos de bibliotecas e bibliografias nacionais. As tarefas são então enunciadas, considerando sempre os dados bibliográficos como meios para o seu desempenho.

As tarefas do usuário são tratadas em detalhes no tópico 6 do documento. (IFLA, 1998). Nesse tópico, elas são enunciadas mais uma vez. As quatro tarefas são:

- ENCONTRAR entidades que correspondam ao critério de busca estabelecido pelo usuário (i. e., localizar uma única entidade ou um conjunto de entidades em um arquivo ou base de dados como resultado de uma busca feita a partir de um atributo ou relacionamento da entidade);
- IDENTIFICAR uma entidade (i. e., confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade buscada, ou diferenciar duas ou mais entidades com características semelhantes);
- SELECIONAR uma entidade que seja adequada às necessidades do usuário (i. e., escolher uma entidade que atenda aos requisitos de uso com respeito a conteúdo, formato físico, etc., ou rejeitar uma entidade como não sendo adequada às necessidades do usuário);

- adquirir ou OBTER acesso à entidade descrita (i. e., adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo, etc., ou acessar uma entidade eletronicamente por meio de uma conexão on-line a um computador remoto). (IFLA, 1998, p. 82, tradução minha).

Depois de sua apresentação, cada tarefa é decomposta em quatro, a partir de sua relação com cada entidade primária (*obra, expressão, manifestação e item*), e definida em termos da importância que cada atributo de entidade tem para o seu desempenho. Para *encontrar* uma obra, o atributo “data da obra” é considerado pouco importante; já para *identificar* uma manifestação, o atributo “data de publicação” é altamente importante. É interessante notar que a data de publicação de uma manifestação é importante não só para diferenciá-la de outras manifestações, como também para que se identifique a expressão e a obra que ela incorpora. Cada tarefa também é definida em termos da importância que certos relacionamentos têm para o seu desempenho. Por exemplo, para *encontrar* uma expressão, é altamente importante mostrar o relacionamento entre essa expressão e a entidade do grupo 2 responsável pelo seu conteúdo. (IFLA, 1998, p. 83-96).

O FRBR reconhece a importância dos relacionamentos para o desempenho das tarefas do usuário e chega a sugerir uma quinta tarefa: “relacionar” uma entidade a outra ou “navegar” por uma base de dados. (IFLA, 1998, p. 83).

Em *The Intellectual Foundation of Information Organization*, Elaine Svenonius (2000) coloca as quatro tarefas do usuário como a etapa mais recente do desenvolvimento de “objetivos bibliográficos”. Esse conjunto de tarefas seria precedido, na história da catalogação, pelas “Funções do Catálogo” presentes na Declaração de Princípios de 1961 e pelos objetivos do catálogo formulados por Cutter. A autora analisa as tarefas do usuário, chamadas por ela de “IFLA objectives”, com relação aos seus predecessores e aponta primeiramente o retorno do terceiro objetivo de Cutter (*auxiliar na escolha...*) com a tarefa *selecionar* – um objetivo semelhante não constava na Declaração de 1961. Svenonius (2000, p. 17), também observa uma mudança de vocabulário significativa – “livros” são substituídos por “entidades” – e a exclusão da limitação dos critérios de busca a autor, título e assunto. Para Svenonius (2000), o segundo objetivo de Cutter (*mostrar o que a biblioteca tem...*), que considera a formação de grupos de itens relacionados no catálogo, teve sua importância diminuída quando da sua inclusão na tarefa *encontrar* (“[...] localizar [...] um conjunto de entidades [...]” – IFLA, 1998, p. 82). A autora propõe então uma distinção clara entre o primeiro e o segundo objetivos

dentro de uma mesma tarefa. A tarefa *encontrar* perde seu lugar para a tarefa *localizar*, que inclui o primeiro objetivo de Cutter – “encontrar uma única entidade” – e o segundo objetivo – “localizar conjuntos de entidades”. Preocupada com a ausência de uma especificação para esses grupos, Svenonius (2000) define que devem ser localizados

- [...] conjuntos de entidades que representam
  - todos os documentos que pertencem à mesma obra;
  - todos os documentos que pertencem à mesma edição;
  - todos os documentos de um determinado autor;
  - todos os documentos sobre determinado assunto
  - todos os documentos definidos por outros critérios de busca.

(SVENONIUS, 2000, p. 18).

Assim como o próprio documento que apresenta o FRBR, Svenonius (2000) sugere a inclusão de uma tarefa ou objetivo navegacional.<sup>28</sup> Segundo a autora, esse objetivo é necessário por dois motivos. Em primeiro lugar, ele levará em conta os usuários que não sabem como dar início à busca por itens no catálogo, uma vez que os relacionamentos semânticos exigidos pela navegação podem ser excelentes instrumentos de orientação. Em segundo lugar, esse objetivo já serve de base para as regras de catalogação que “[...] mapeiam o universo bibliográfico [...]” (SVENONIUS, 2000, p. 19), ou seja, que prescrevem a especificação de relacionamentos entre entidades. A autora menciona alguns desses relacionamentos, a maioria deles aparece na área de notas dos registros bibliográficos que seguem a ISBD. Um exemplo no AACR2 (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004) é a regra geral 1.7A4, que trata de notas que citam edições ou obras relacionadas ao documento catalogado. É essa regra que determina as notas “Tradução de:” e “Adaptação de:”, que, uma vez presentes no catálogo, deveriam permitir a um usuário navegar entre obras originais, suas expressões e obras adaptadas.

O objetivo navegacional aparece na obra de Svenonius (2000, p. 20) da seguinte forma: “[...] navegar por uma base de dados bibliográfica (ou seja, encontrar obras relacionadas a uma

---

<sup>28</sup> A palavra “navegacional” não está dicionarizada. Sua formação se dá pela junção do radical *navegacion-* e do sufixo *-al*, que, em um adjetivo, significa “relativo, pertencente, concernente a ou próprio de” (DICIONÁRIO HOUAISS..., 2009), como em “informacional”.

determinada obra por generalização, associação, e agregação; encontrar atributos relacionados por equivalência, associação, e hierarquia).”

Em 2003, os especialistas reunidos em Frankfurt concordaram em adotar as tarefas do usuário do FRBR – modificadas por Elaine Svenonius (2000) – como funções (objetivos) do catálogo, e incluíram-nas no tópico correspondente da nova Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2003, 2009a). No modelo FRBR, as tarefas do usuário continuaram, entretanto, intactas.

Entre 2004 e 2008, os objetivos do catálogo foram modificadas em alguns pontos. Eles passaram do tópico 3 para o tópico 4 da Declaração, e passaram por simplificações. A distinção entre *localizar* e *encontrar*, sugerida por Svenonius (2000) para separar o primeiro e o segundo objetivos de Cutter, foi eliminada, ainda que a essência do segundo objetivo (chegar a grupos de itens) tenha sido mantida. O primeiro objetivo do catálogo, um dos objetivos que mais sofreram alterações durante esse processo de reformulação, está sob a seguinte forma na tradução em português da nova Declaração:

- **Encontrar** recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:
  - Para [*sic*] **encontrar** um determinado recurso.
  - Para [*sic*] **encontrar** conjuntos de recursos representando
    - todos os recursos que pertencem à mesma obra;
    - todos os recursos que representam a mesma expressão;
    - todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação;
    - todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou colectividade (entidade [coletiva]);
    - todos os recursos sobre um determinado assunto;
    - todos os recursos definidos por outros critérios  
(língua, lugar de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa.  
(IFLA, 2009a, p. 3).

Nota-se que, no objetivo *identificar*, também foi considerada a identificação de um agente. O glossário da Declaração define agente como uma “[...] pessoa [...] ou um grupo [...] ou um recurso automático [...] que tem uma função no ciclo de vida de um recurso.” e cita como fonte um grupo de trabalho ligado ao formato de metadados Dublin Core, o Dublin Core Metadata Initiative Agents Working Group (IFLA, 2009a, p. 9). No objetivo *obter*, está previsto, além do acesso ao item, o acesso a dados bibliográficos e dados de autoridade. Aqui, é importante lembrar que a nova Declaração também incorpora os conceitos do modelo FRAD.

O objetivo *navegar* foi modificado consideravelmente desde a proposta de Svenonius (2000). A autora estabeleceu quais relacionamentos permitiriam a navegação e quais elementos deveriam ser encontrados pelo usuário com a navegação: exemplos da entidade *obra*, relacionados a outras obras, e atributos das obras relacionados entre si. Já a Declaração de Princípios em sua versão final parece considerar importantes para a navegação todos os relacionamentos possíveis entre as onze entidades que reconhece (IFLA, 2009a). A Declaração vai ainda mais longe ao prever que um usuário navegue não só dentro do catálogo, como também em outros ambientes, tendo o catálogo como ponto de partida:

Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades [coletivas] (colectividades), conceitos, objetos, eventos e lugares). (IFLA, 2009a, p. 4, grifo nosso).

### 7.2.1 Atualidade dos objetivos do catálogo

O fato de os objetivos terem sofrido a influência de dois modelos conceituais que têm trazido mais consciência e perspectiva para a catalogação, fornecendo uma nova estrutura e uma nova terminologia, não faz de todos eles necessariamente objetivos inéditos. Com base na interpretação de Svenonius (2000), mas discordando dela em alguns pontos, apresentamos aqui uma correlação entre os objetivos do catálogo em suas três fases<sup>29</sup>:

---

<sup>29</sup> Para os objetivos de Cutter e aqueles presentes na Declaração de 1961, adotou-se uma tradução própria. Os objetivos segundo a Declaração de 2009 foram adaptados da tradução oficial em português (IFLA, 2009a).

Objetivos do Catálogo	FASE		
	1876 – Charles A. Cutter	1961 – “Princípios de Paris”	2009 – IFLA [FRBR + Svenonius (2000)]
<u>Descoberta de um item</u>	<p>1 permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou</p> <p>(a) o autor ou - (b) o título ou - (c) o assunto</p> <p>} seja conhecido</p>	<p>O catálogo deve ser um instrumento eficiente para verificar</p> <p>1 Se uma biblioteca possui determinado livro especificado por</p> <p>(a) seu autor ou título, ou (b) se o autor não é nomeado no livro, apenas seu título, ou (c) se autor e título são inadequados ou insuficientes para identificação, um substituto apropriado para o título; e</p>	<p>1 Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:</p> <p>1.1 encontrar um determinado recurso.</p>
<u>Descoberta de um grupo de itens</u>	<p>2 mostrar o que a biblioteca possui</p> <p>(d) de determinado autor; (e) sobre determinado assunto; (f) em de determinado tipo de literatura;</p>	<p>2 (a) quais obras de determinado autor e (b) quais edições de determinada obra existem na biblioteca.</p>	<p>1.2 encontrar conjuntos de recursos representando</p> <p>todos os recursos que pertencem à mesma obra; todos os recursos que representam a mesma expressão; [...] todos os recursos sobre um determinado assunto; [etc.]</p>

Quadro 2 – Comparação entre os objetivos do catálogo ao longo da história

Continua na próxima página!

Objetivos do Catálogo (CONTINUAÇÃO)	FASE		
	1876 – Charles A. Cutter	1961 – “Princípios de Paris”	2009 – IFLA [FRBR + Svenonius (2000)]
<u>Identificação</u> de um item	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;">           3 auxiliar na escolha de um livro            (g) por sua edição (bibliograficamente);            (h) por seu caráter (literário ou tópico).         </div>	<b>OBJETIVO IMPLÍCITO NOS OBJETIVOS ANTERIORES:</b>  As informações de edição, previstas pelo objetivo 2b, são úteis para fins de confirmação e distinção, e servem, portanto, para identificar itens.	2 Identificar um recurso bibliográfico ou agente (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
<u>Escolha</u> de um item		<b>OBJETIVO IMPLÍCITO NOS OBJETIVOS ANTERIORES:</b>  As informações de edição, previstas pelo objetivo 2b, são úteis para que um usuário decida sobre a escolha de um item, depois de feita a sua identificação.	3 Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário (ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades usuário, no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do usuário);
<u>Obtenção</u> de um item	_____	_____	4 Adquirir ou obter acesso a um item descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc., ou acessar eletronicamente um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota; ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade).
<u>Navegação</u> pelo catálogo	<b>OBJETIVO IMPLÍCITO, EM PARTE, NOS OBJETIVOS ANTERIORES:</b>  Os objetivos 1c e 2e devem ser cumpridos, segundo Cutter, também com o uso de referências cruzadas, que são instrumentos de navegação. Para o alcance dos objetivos 1a, 1b e 2d, também se menciona o uso de referências.	_____	5 Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares).

Quadro 2 (continuação) – Comparação entre os objetivos do catálogo ao longo da história

Nesse quadro comparativo, um objetivo é considerado implícito quando se menciona pelo menos um meio descritivo para o seu alcance, mas ele próprio não é enunciado.

Quanto aos dois primeiros objetivos do catálogo, ligados diretamente à recuperação de documentos, percebe-se que eles têm se mantido ao longo de todos esses anos, ainda que a busca por assunto não tenha sido considerada na Declaração de 1961, como apontou Svenonius (2000, p. 16).

O terceiro objetivo de Cutter prevê que os dados de edição e impressão e as notas ajudem o usuário a escolher um documento (CUTTER, 1904, p. 12). Um usuário que esteja à procura de uma edição específica de uma obra, quase sempre, iniciará sua busca pela obra (por seu título ou seu autor) e só então chegará à manifestação desejada. Nos catálogos de hoje e, mais ainda, nos catálogos de ontem, dificilmente um usuário utilizaria o atributo “data de publicação” ou “designação de edição” no início da busca – esses atributos têm servido muito mais para diferenciar documentos do que para recuperá-los. Por causa disso, indicar a edição ou características especiais presentes em um documento é fundamental para que o usuário o identifique, diferenciando-o de outros documentos semelhantes, e escolha-o, depois de feita a distinção. Svenonius (2000) coloca o terceiro objetivo de Cutter e a terceira tarefa do usuário (*selecionar*) como equivalentes. Neste trabalho, considera-se que tanto a terceira quanto a segunda tarefa (*identificar*) possuem o terceiro objetivo de Cutter como ancestral.

Por mencionar a distinção bibliográfica no segundo objetivo – “[...] quais edições de determinada obra existem na biblioteca.” –, a Declaração de 1961 deixa implícitos os objetivos de identificação e escolha de um item, mesmo que esses objetivos requeiram não só a indicação de edição, mas vários outros atributos, inclusive aqueles que fazem parte da descrição física.

O objetivo ligado à obtenção de um item pode ser considerado novo, uma vez que as fases anteriores não levaram em conta o fornecimento de informações sobre o acesso direto ao item descrito. De acordo com o modelo FRBR, um exemplo desse tipo de informação é o atributo “restrições de acesso”, ou seja, “[...] limitações estabelecidas para o acesso físico ao item (ex., restrito ao uso local supervisionado, etc.)” (IFLA, 2009b, p. 49).

O objetivo *obter* está em consonância com o contexto atual de acesso à informação quando prevê o acesso eletrônico ao item descrito (IFLA, 2009a, p. 4). Em muitos casos, o catálogo não mostrará o número de chamada do documento simplesmente porque aquele documento não faz parte da coleção “física” da biblioteca, mas está disponível na Web. Bastará então fornecer o URL [*Uniform Resource Locator*] desse documento no catálogo, e o usuário terá acesso direto a ele por meio do link. Outro ponto importante do objetivo *obter* é o acesso a dados bibliográficos e de autoridade. Com isso a Declaração de Princípios reconhece a catalogação compartilhada, de tal modo que o catálogo continuará a servir como um instrumento de exposição do trabalho de catalogadores para os catalogadores de outras bibliotecas. Esses dados presentes no catálogo, principalmente os de autoridade, seriam úteis não só para catálogos de outros centros de informação, como também para os profissionais envolvidos com o desenvolvimento da Web Semântica, segundo Coyle (2008a).

O objetivo navegacional está implícito nas regras de Cutter pelo menos quanto à busca por assunto. Para o alcance dos objetivos 1c e 2e<sup>30</sup>, Cutter aponta como “meios” as referências cruzadas, que podem ser consideradas instrumentos de navegação (de um assunto para outro) (CUTTER, 1904, p. 12). Cutter (1904) chama de “sindético” [*syndetic*] o catálogo onde as referências cruzadas estão presentes, e afirma que essas referências “[...] também são feitas para assuntos ilustrativos e coordenados, e, se for o caso, de assuntos específicos para gerais.” (p. 23). “Estrutura sindética” é um conceito da área de catalogação considerado essencial para a navegação. Reitz (2007) define esse termo como “a rede de recíprocas e interconectadas referências cruzadas *ver* e *ver também* que indicam relacionamentos semânticos entre cabeçalhos usados em um catálogo”.

É um erro pensar que os catálogos de biblioteca só se tornaram navegáveis com a aplicação das tecnologias de hipertexto, nos últimos vinte anos. Na verdade, foi por utilizar indicadores de relacionamento como as referências cruzadas que o catálogo de biblioteca pôde, desde a época em que existia sob a forma de livro, ser considerado algo mais do que uma simples lista, como já foi dito aqui. As possibilidades de navegação eram mínimas, mas os usuários podiam contar com um guia seguro, capaz de sugerir novas formas de abordar o catálogo, esclarecer sobre sua organização e fazer correções na estratégia de busca.

---

<sup>30</sup> Ver o quadro comparativo.

Se permitir a navegação dentro do catálogo já era importante na época de Cutter, atualmente é inconcebível um catálogo de biblioteca que não cumpra esse objetivo de alguma forma. Os catálogos on-line têm toda a tecnologia a seu favor. Além disso, supõe-se que seus usuários também sejam usuários assíduos da World Wide Web, um ambiente que tem a navegação como base – o que aumenta mais ainda a demanda por um catálogo altamente navegável, ou seja, que faça da navegação um dos principais instrumentos de descoberta de recursos.

Para a nova Declaração de Princípios (IFLA, 2009a, p. 4), não é suficiente que um catálogo permita a navegação apenas por seus registros bibliográficos, como tem acontecido desde sempre. Talvez por causa do que está previsto no objetivo anterior, segundo o qual o usuário terá informações sobre o acesso eletrônico ao item, o catálogo deve ser, ele próprio, um ponto de acesso para o ambiente onde está inserido (a Web).

### 7.3 Uma interpretação do objetivo navegacional

“Navegar (1) num catálogo ou (2) para além dele [...]” (IFLA, 2009a, p. 4) será considerado aqui:

1. ir do registro de uma entidade ao registro de outra entidade, quando essas entidades se relacionam de alguma forma, – ir de uma obra a uma obra relacionada, de uma pessoa a uma pessoa relacionada, de uma pessoa a uma obra da qual essa pessoa seja autora, de um lugar (assunto geral) a um lugar contido nele (assunto mais específico), etc.

ou

2. ir de um registro bibliográfico ou de autoridade a um documento disponível na Web, por meio de um link e com o uso de um browser (programa navegador), com a possibilidade de retornar ao registro.

Os meios para o alcance da primeira parte do objetivo navegacional já podem ser vislumbrados e foram inclusive mencionados no item correspondente da Declaração de Princípios, onde aparece o enunciado “[...] organização lógica dos dados [...]” (IFLA, 2009a, p. 4). Apesar de contar com a existência de um registro por entidade, assim como Maxwell

(2008), a intenção desta interpretação é ser suficientemente geral para acomodar várias formas de implementação em bases de dados. O modelo entidade-relacionamento, no entanto, parece ser o mais eficiente, uma vez que o FRBR e o FRAD foram concebidos com base nele.

Essa forma de navegação pode ser considerada herdeira da navegação simplificada, mencionada anteriormente neste trabalho, que usava referências cruzadas e notas para indicar relacionamentos e direcionar o usuário para outros pontos do catálogo. No entanto, a existência de entidades ligadas umas às outras em uma base de dados aumenta as possibilidades de navegação, que não fica circunscrita aos relacionamentos que o catalogador julgou serem importantes. Por exemplo, no caso de uma obra que tenha sido traduzida por determinada pessoa: essa *pessoa*, como entidade, estaria ligada à *expressão* (tradução) da *obra* pelo relacionamento “é tradutor de”. Se essa *pessoa* também fosse autora de obras presentes no acervo da biblioteca, ela estaria ligada a todas as suas *obras* pelo relacionamento “é autor de”. Um usuário veria essa *pessoa* tanto como tradutora de obras quanto como autora de obras, podendo navegar por todas as entidades relacionadas – da *pessoa* para as *obras* que ela traduziu e dessas *obras* para os seus autores (*pessoas*), dessa mesma *pessoa* para as suas próprias *obras*, da *expressão* (tradução) para o tradutor (*pessoa*), etc. Isso parece óbvio e simples, mas muitos catálogos contemporâneos não permitem tal procedimento. Quando o usuário identifica um tradutor e quer descobrir se há obras dessa pessoa no acervo, ele deve recomençar a busca, voltando ao formulário de pesquisa, onde irá inserir o nome da pessoa. Atualmente, a navegação ainda é limitada, a despeito da existência de tecnologias capazes de resolver esse problema.

Só a organização da base de dados já tornará a navegação mais eficiente, mas quando os relacionamentos não forem tão evidentes, deve-se continuar a usar notas e referências, dessa vez com links para os registros bibliográficos e de autoridade relacionados. A Declaração de Princípios (IFLA, 2009a, p. 4) menciona a “[...] apresentação de relações [...]”, ou seja, os relacionamentos devem ser mostrados com clareza para o usuário. Se uma obra faz uma crítica de outra obra, entende-se que o relacionamento entre essas entidades deve ser indicado por algum texto ou outro recurso gráfico (“é uma crítica de”, “é uma análise de”, “é analisada em”, “Crítica Literária:”), ou a obra analisada pode aparecer como assunto da obra que a analisa. A estrutura que permitirá relacionar entidades deve ser combinada com uma apresentação eficaz dos elementos no registro. Segundo Dickey (2008, p. 27), “a ‘FRBRização’ do catálogo ocorrerá em dois segmentos: aperfeiçoar o catálogo já existente

pela inclusão de relacionamentos bibliográficos que venham à tona na fase de recuperação, e projetar ou adaptar uma nova interface e apresentação para refletir os relacionamentos.”

A navegação pelo catálogo não pode ser confundida com o *browsing*. A atividade de *browsing* é feita “[...] sem intenções claramente definidas.” (REITZ, 2007). O usuário quer encontrar algum material, mas não tem um autor ou obra ou até mesmo um assunto definido. Ele apenas espera ser guiado pela ordem segundo a qual os documentos ou seus registros foram dispostos, por exemplo, de acordo com um sistema de classificação bibliográfica. Quase sempre ocorre navegação no *browsing*, porque o leitor está livre para receber sugestões do sistema de organização, partindo de classes para subclasses e percorrendo grupos de documentos que compartilham características. Mas pode-se presumir que na maioria das vezes o usuário vai ao catálogo com uma pergunta definida, e a navegação o ajudará a encontrar uma resposta. É possível que a navegação tenha direcionado o usuário para um lugar ao qual ele não esperava chegar, e que, mesmo não sendo uma resposta exata para a sua pergunta, tenha sido útil de alguma forma. Ainda que o elemento acaso possa ser identificado, não houve *browsing* nesta última situação. São raros os catálogos on-line que permitem o *browsing*, um deles é o catálogo das bibliotecas da North Carolina State University (NCSU)<sup>31</sup>, que usa uma plataforma da empresa Endeca, responsável por desenvolver a loja virtual do Walmart. Esse catálogo permite percorrer “[...] a coleção inteira sem inserir um termo de busca.” (ANTELMAN; LYNEMA; PACE, 2006, p. 130). O usuário pode partir de grandes áreas do conhecimento, como faz diante das estantes da biblioteca, para sub-áreas e decidir pela escolha de um tipo de material (livros, bases de dados, periódicos, materiais de referência) até chegar a obras individuais. A navegação é, portanto, importante tanto para os usuários que fazem *browsing* quanto para os usuários que vão ao catálogo à procura de algo específico.

Se o alcance da primeira parte do objetivo navegacional está relativamente claro, o mesmo não pode ser dito sobre a segunda parte. A interpretação apresentada neste trabalho leva em conta a cultura de acesso on-line à informação, reconhecida também pelo quarto objetivo do catálogo, como foi observado anteriormente. Portanto, “navegar [...] para além [...]” (IFLA, 2009a, p. 4) é essencial para a obtenção de um documento disponível on-line, cujo registro havia sido recuperado como resultado de uma busca no catálogo. Ainda que o acesso on-line

---

<sup>31</sup> Esse catálogo pode ser acessado em: <<http://www.lib.ncsu.edu/>>.

não se restrinja à World Wide Web – a Web é apenas uma parte da Internet –, trataremos aqui principalmente da relação entre registros do catálogo e documentos presentes na Web.

Ao explicar os protocolos que fazem a Web funcionar, seu criador, Tim Berners-Lee (2000), afirma que

O princípio fundamental por trás da Web era que, uma vez que alguém, em algum lugar, tenha tornado disponível um documento [...], isso deveria ser acessível (mediante autorização, é claro) para qualquer pessoa, com qualquer tipo de computador, em qualquer país. **E deveria ser possível fazer uma referência – um link – para esse objeto, de modo que outros pudessem encontrá-lo.**<sup>32</sup> (BERNERS-LEE, 2000, p. 37, grifo nosso).

Os links para documentos da Web são possíveis graças a dois elementos básicos: o Uniform Resource Identifier (URI), o endereço do documento (o URL é uma aplicação do URI); e o Hypertext Transfer Protocol (HTTP), um protocolo que permite a transferência de informação entre um cliente e um servidor web pela Internet de modo a tornar essa informação acessível. (BERNERS-LEE, 2000).

Os documentos da Web são, portanto, identificados pelos URLs, que devem ser indicados sempre que alguém quiser acessar os documentos diretamente pelo browser (programa navegador) ou fazer um link para eles. Quando o usuário seguir um link, no registro bibliográfico, para uma página existente fora do catálogo, o browser deve apresentar a página, depois de feita a negociação com o servidor web por meio do HTTP. As páginas web são construídas e apresentadas com o uso da Hypertext Markup Language (HTML).

A necessidade de se fazer menções a documentos da Web no catálogo tem crescido cada vez mais. Muitas obras que estão em domínio público são colocadas integralmente na Web, seja em edições feitas especialmente para esse fim ou como resultado dos projetos de digitalização em massa. Editoras também têm tornado disponíveis trechos de suas publicações. Todo esse

---

<sup>32</sup> No original: “The fundamental principle behind the Web was that once someone somewhere made available a document [...], it should be accessible (subject to authorization, of course) by anyone, with any type of computer, in any country. And it should be possible to make a reference – a link – to that thing, so that others could find it.”

material pode ser útil para os usuários de bibliotecas, que vão a essas instituições em busca de obras reconhecidas, que muitos acreditam só existirem em formato impresso.

Podem-se imaginar situações em que o registro descreve uma manifestação exemplificada por itens nas estantes da biblioteca e por um item disponível na Web. Um exemplar dessa manifestação foi escaneado e colocado na Web sob a forma de um arquivo digital, já que ela representa um conteúdo em domínio público. Por considerar que o item digital consiste em mais uma opção para o usuário, o catalogador incluiu um link para ele no registro. O usuário vai do registro bibliográfico ao item digital, e do item digital a outros documentos da Web relacionados a ele. Outra situação seria o acesso, a partir do registro de um autor (registro da entidade *pessoa*, por exemplo), à biografia desse autor disponível em uma enciclopédia da Web. Desse artigo o usuário iria a outros artigos da mesma enciclopédia e/ou a outras páginas web.

Essas situações já são possíveis do ponto de vista tecnológico e algumas bibliotecas já lidam com elas, seja pela simples inclusão de um link, no registro bibliográfico, para itens equivalentes, como alternativa aos materiais impressos, ou pela descrição de documentos da Web considerados úteis para a comunidade atendida. Segundo Taylor e Joudrey (2009, p. 11), “Muitas bibliotecas estão catalogando recursos da Internet que parecem importantes para os usuários do catálogo, e um URL em um registro do catálogo pode ser ligado [*hyperlinked*] à Web para que haja acesso imediato ao recurso.” Sowers (2009) relata a catalogação de aproximadamente mil artigos da Wikipedia e a inclusão dos respectivos registros no catálogo da State Library of Kansas. Cada registro contém uma mensagem que alerta para a natureza dinâmica e colaborativa da Wikipedia – qualquer pessoa pode fazer alterações nos artigos quando achar necessário. Segundo o autor, a decisão de catalogar esse tipo de recurso deve estar em harmonia com os interesses do grupo de usuários. (SOWERS, 2009). Além disso, o catalogador deve dar preferência a artigos que fazem referência a fontes externas válidas.

Diante disso, pode-se dizer que o catálogo aponta facilmente para documentos da Web. Mas fazer links de documentos da Web para registros do catálogo é muitas vezes impossível; em parte, porque os catálogos integram a chamada “Web profunda”. A maioria dos catálogos está na Web apenas como base de dados, e seus registros podem não ter URLs visíveis, ou podem ter URLs dinâmicas. Dessa forma, nem os usuários conseguem fazer links facilmente para

eles a partir de uma página web, nem os mecanismos de busca conseguem indexá-los. (BOSTON, 2005). As URLs dinâmicas

[...] são geradas a partir de buscas específicas na base de dados de um site [no nosso caso, o catálogo]. A página é meramente um modelo [*template*] para apresentar os resultados da busca. A maioria do conteúdo vem da base de dados associada ao site. Em vez de alterar a informação no código HTML, os dados são alterados na base de dados.<sup>33</sup> (WEBOPEDIA, 2009).

Os registros bibliográficos e de autoridade estão presos em bases de dados e, de certa forma, isolados do resto da Web, uma vez que não há outra forma de acessá-los senão fazendo uma busca a partir da interface do catálogo. Embora essa dependência seja um requisito para que o catálogo funcione da forma esperada, ela consiste em um obstáculo para a navegação.

Navegar pressupõe liberdade de movimento. Se um usuário é direcionado de um registro do catálogo para uma página web, ele deve ser livre para voltar ao registro e ao catálogo como um todo com facilidade e, de preferência, dentro da mesma janela do browser. Entende-se que a navegação pelo catálogo só estará completa quando houver essa liberdade.

Na navegação marítima, quem conduz a embarcação não pode impedir uma tempestade ou fazer com que o mar se acalme. Na navegação pelo catálogo, é possível não só permitir que o usuário chegue ao lugar previsto, como também tornar o trajeto seguro, sem obstáculos. No momento em que o catálogo se relaciona com recursos externos, é ainda mais importante tentar evitar que o usuário passe pelo que Markey (2007, p. 4) chama de “montanha-russa emocional”.

De acordo com Madison (2006, p. 10), muitos websites de bibliotecas universitárias fornecem links para vários serviços eletrônicos, como bases de dados de periódicos científicos, e os usuários, “[...] com simples cliques, acham-se em sites de conteúdo remoto, tais como Project Muse ou Science Direct, sem nenhuma forma clara de retornar.” A autora também aponta a disparidade existente entre a linguagem dos catálogos, cheia de jargões e altamente

---

<sup>33</sup> “[...] are generated from specific queries to a site's database. The page is merely a template to display the results of the query. Most of the content comes from the database that is associated with the site. Instead of changing information in the HTML code, the data is changed in the database.”

padronizada, e a organização muitas vezes caótica dos conteúdos acessados pela Internet. Para Madison (2006, p. 10), são esses jargões biblioteconômicos que podem confundir o usuário, ainda que, para se referir ao catálogo, a autora use a expressão “[...] zonas de conforto do controle de autoridade [...]”.

Só haverá navegação, de fato, quando um usuário transitar entre registros do catálogo e páginas web sem perceber que eles possuem naturezas diferentes, ou seja, quando ficar claro que eles fazem parte de uma coisa só: a Web. Nesse caso, ignorar por um momento a distinção entre documento secundário e documento primário é importante, porque existe a expectativa de que o próprio catálogo sirva como fonte primária de informação. Além de ser um instrumento que informa sobre a existência de documentos em determinada coleção e permite a sua localização, o catálogo será, ele próprio, uma fonte – indivíduos e instituições poderão vir até ele com o único objetivo de obter dados bibliográficos e de autoridade, segundo informa o quarto objetivo (IFLA, 2009a, p. 4). Com isso, o catálogo torna-se útil não só para os usuários da biblioteca a qual ele está vinculado, mas também para qualquer usuário da Web que necessite dos dados contidos nos registros.

Os problemas levantados pelo cumprimento do objetivo navegacional são críticos para a própria manutenção ou, muitos dirão, retomada da liderança que a biblioteca sempre ocupou no universo de acesso à informação confiável. Para Calhoun (2006, p. 15),

As bibliotecas de pesquisa investem grandes quantias na infraestrutura de produção de seus catálogos locais, mas os mecanismos de busca são o lugar favorito dos acadêmicos e dos estudantes para começar uma busca. Cada vez mais usuários trocam catálogos por mecanismos de busca, mas o investimento das bibliotecas nos catálogos – e nas coleções que eles descrevem – não reflete a mudança na demanda dos usuários.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> “Research libraries invest huge sums in the infrastructure that produces their local catalogs, but search engines are students and scholars’ favorite place to begin a search. More users bypass catalogs for search engines, but research libraries’ investment in catalogs – and in the collections they describe – does not reflect the shift in user demand.”

Ao tomar como base a estratégia de revitalização de produtos do economista Theodore Levitt, Calhoun (2006, p. 10) acredita que, pelos menos a longo prazo, as bibliotecas deveriam raciocinar com a procura de “novos usos e novos usuários” para o catálogo.

O relatório intitulado *On the Record*, publicado em janeiro de 2008 por um Grupo de Trabalho da Library of Congress, reconhece “a Web como infraestrutura” (THE LIBRARY OF CONGRESS WORKING GROUP ON THE FUTURE OF BIBLIOGRAPHIC CONTROL, p. 24). O relatório considera um problema o fato de os dados presentes nos catálogos não aparecerem em buscas feitas a partir dos mecanismos de busca da Web – “tais dados são, portanto, invisíveis para quem busca informação usando esses aplicativos da Web, mesmo que o catálogo de uma biblioteca possa estar, ele próprio, abertamente disponível para uso na Web.” (p. 24).

Se alguns estudos já trazem evidências de que os usuários vão primeiro ao Google quando precisam encontrar uma informação – ver Marcum (2006, p. 6) –, por que não abrir os registros bibliográficos para esses mecanismos de busca, de modo que os usuários também descubram por eles a existência de conteúdos úteis nas bibliotecas? Isso poderá influir até mesmo na valorização das bibliotecas, uma vez que os dados do catálogo e as coleções nele descritas terão utilidade para mais pessoas. As bibliotecas que possuem coleções de livros e manuscritos raros, por exemplo, verão um aumento da procura por esses itens únicos, uma vez que os pesquisadores certamente têm recorrido aos mecanismos de busca em suas investigações.

Com essa abertura, a navegação ocorrerá em dois sentidos, do catálogo para páginas e outros documentos da Web – um requisito para o cumprimento do quinto objetivo (IFLA, 2009a, p. 4) segundo esta interpretação – e das páginas web para o catálogo, seja como resultado de uma busca a partir dos mecanismos de busca, ou por um link em uma página qualquer.

Uma iniciativa pioneira na integração de registros bibliográficos à World Wide Web foi tomada pela Biblioteca Nacional da Austrália, que em 2002 passou a utilizar um método criado especialmente para permitir que seus registros fossem indexados por mecanismos de busca. Segundo Boston (2005), o número de visitas ao website da Biblioteca, que dá acesso aos catálogos, cresceu 130% entre julho de 2002 e maio de 2004; e o número de visitas às páginas do catálogo de imagens digitais cresceu 370% entre julho de 2002 e dezembro de

2004. Atualmente, muitos registros presentes no catálogo principal<sup>35</sup> dessa biblioteca oferecem um link para a página do Google Books correspondente ao documento descrito. Cada registro também pode ser enviado por e-mail, e adicionado como página diretamente a um perfil do serviço de bookmarking Delicious, típico da chamada Web 2.0.

No caso das bibliotecas universitárias ou acadêmicas, também seria oportuna a integração dos catálogos com coleções de periódicos eletrônicos e imagens digitais, ainda que o acesso a esses conteúdos muitas vezes seja pago e, portanto, suspenso quando o contrato não é renovado. De acordo com Madison (2006, p. 12), é crescente “[...] o interesse em criar links úteis entre imagens do trabalho criativo de um determinado artista e as obras impressas convencionais (encontradas em coleções de livros e periódicos) sobre esse artista.” A autora sugere uma integração que deve ser vista com ainda mais atenção: entre catálogos e repositórios institucionais.

De fato, deveria ser permitido a um usuário navegar diretamente dos resultados de uma busca feita no catálogo ao conteúdo de um repositório ligado de alguma forma à instituição. Em vez de lidar separadamente com o repositório e com o catálogo, o usuário optaria por pesquisar nos dois a partir de uma mesma interface de busca. O repositório continuaria como uma base de dados separada, com suas características próprias, podendo ser acessado diretamente. E ficaria a critério da biblioteca criar registros especialmente para esse material, integrando-os aos registros bibliográficos e de autoridade convencionais já presentes no catálogo, ou aproveitar os metadados típicos desses recursos. A ideia aqui não é transformar o repositório e o catálogo em um só instrumento, até porque suas funções são diferentes, mas permitir que os conteúdos do repositório também possam ser acessados a partir do catálogo.

A abertura do catálogo para a Web, ou seja, a adoção completa da Web como infraestrutura permitirá que ele se beneficie diretamente com o desenvolvimento da própria rede, em vez de depender apenas do aperfeiçoamento das tecnologias de bases de dados para se tornar mais eficiente. Muitos autores têm ressaltado os benefícios das tecnologias da chamada Web Semântica para a catalogação. Conhecida também como “Web dos dados”, já que defende ligações entre dados (não apenas entre documentos como acontece normalmente hoje em dia), a Web Semântica conta com o processamento inteligente da informação por máquinas.

---

<sup>35</sup> O catálogo principal da Biblioteca Nacional da Austrália pode ser acessado em: <<http://catalogue.nla.gov.au/>>.

Segundo Coyle (2009), “os três elementos chave” para que os computadores compreendam aquilo que eles leem são: identidades, relacionamentos e regras. É preciso definir e identificar cada relacionamento e cada conceito. Para isso serão utilizadas ontologias ou vocabulários e URIs. A implementação da Web Semântica envolve o uso de uma série de padrões. Um desses padrões é o Resource Description Framework (RDF). De forma simplificada, Berners-Lee (2000) afirma que o RDF é para os dados o que a HTML é para os documentos da Web, um meio para a representação e o compartilhamento.

A Web Semântica é definida por uma infraestrutura composta de camadas. Cada camada abriga um padrão ou um conjunto de padrões ou regras. Na área de catalogação, as pesquisas têm se concentrado sobretudo naquelas camadas que Ramalho, Vidotti e Fujita (2007) chamam de “Camada Sintática” e “Camada Semântica”, relacionadas à descrição dos recursos e dos relacionamentos existentes entre eles. Uma atenção maior a essas duas camadas tem sido dada pela maioria dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de aplicativos, como informa Gradmann (2005, p. 67), que associa essas camadas, respectivamente à “[...] modelagem sintática baseada em RDF/rdfschema [...]” e à “[...] construção de vocabulários [...]”. Na literatura de catalogação, são cada vez mais recorrentes os termos Resource Description Framework (RDF), Simple Knowledge Organization System (SKOS), Web Ontology Language (OWL) e identificadores [*identifiers*], todos ligados ao desenvolvimento da Web Semântica.

Gradmann (2005) sugere que as entidades e os relacionamentos do FRBR sejam expressos em RDF Schema (RDFS). Segundo Yee (2009, p. 56), “RDFS é uma linguagem extensível de representação do conhecimento que fornece elementos básicos para a descrição de ontologias, também conhecidas como vocabulários de RDF.” O RDFS expressa recursos em termos de Classe, Relacionamento e Propriedade, sendo a primeira equivalente, no FRBR, a Entidade, a segunda equivalente a Relacionamento, e a última equivalente a Atributo. (YEE, 2009, p. 64). Gradmann (2005) enumera uma série de benefícios que a implementação de um modelo “rdfs:frbr” traria, tirando os catálogos da “Web profunda” e culminando na criação de um modelo global integrado para a representação de dados bibliográficos, que livraria as bibliotecas da submissão às tecnologias dos sistemas de automação.

Para Coyle (2009, p. 1), as ligações entre dados defendidas pela Web Semântica permitirão que sejam feitas “[...] conexões entre citações e itens das bibliotecas [...]” e entre os dados

presentes no catálogo e “[...] informações adicionais, como páginas web de autores, com o uso de algoritmos e buscas em vez da codificação manual dos dados.” Isso quer dizer que a navegação para além do catálogo será reforçada e que os links para recursos externos se formarão automaticamente, sem a intervenção do catalogador.

O cumprimento do objetivo navegacional chama a atenção, portanto, para alguns problemas estruturais do catálogo, que devem ser analisados em conjunto com profissionais das áreas de ciência da computação e tecnologia da informação. Cabe aos próprios bibliotecários buscarem conhecimentos dessas áreas que sejam relevantes para a proposição de soluções. Uma vez que a reestruturação do catálogo de biblioteca seja possível, apoiada em tecnologias adequadas e baseada em objetivos, devem ser estabelecidos os meios descritivos que mantenham ou aperfeiçoem a leitura e o uso dos registros bibliográficos e de autoridade pelos usuários. Não será de grande utilidade um catálogo que se comunique com recursos externos e onde as entidades estejam altamente relacionadas, mas cujos dados sejam difíceis de interpretar e, portanto, não facilitem a obtenção de determinado item.

Os principais instrumentos da catalogação descritiva, os códigos, devem se adaptar a essas novas formas de acesso à informação. Não é suficiente apenas permitir a descrição de novos recursos e suportes, como tem acontecido com o AACR2, que ao longo de sua história tem sido atualizado sobretudo com base nessas demandas. Os modelos conceituais oferecem possibilidades de apresentar os dados de forma mais clara e de informar ao usuário que cada entidade tem sua própria riqueza no catálogo, servindo de veículo para a descoberta de outras entidades. O FRBR alerta para a importância da descrição de relacionamentos bibliográficos, e os códigos que incorporarem os conceitos desse modelo deverão se preocupar com o fornecimento de informações que denotem os relacionamentos. Um desses códigos é aquele que pretende ser o substituto do AACR2, intitulado *Resource Description and Access (RDA)*. Falaremos sobre o RDA e seu papel quanto ao cumprimento dos “novos” objetivos do catálogo no próximo tópico deste trabalho.

Além de problemas estruturais e descritivos, o objetivo navegacional em sua segunda parte levanta um problema conceitual. O catálogo de biblioteca se define por suas funções. Portanto, quando as funções são alteradas ou quando surgem novas funções, o catálogo precisa passar por uma redefinição. O conceito de catálogo tem estado sempre atrelado à ideia de posse e controle (WILSON, 1983, 1985), talvez porque o catálogo também funcione como

inventário das coleções. Os próprios objetivos do catálogo refletem essa noção ao usar verbos como “ter” e “conter”. Ao se depararem com a necessidade de descrever documentos da Web, por exemplo, muitos catalogadores argumentarão que esses recursos não podem ser incluídos no catálogo, porque não fazem parte das coleções da biblioteca ou das bibliotecas (no caso dos catálogos coletivos). Um catálogo que descreve tanto os itens de suas coleções quanto páginas web poderia ser chamado de catálogo?

No artigo *The Catalog as Access Mechanism: Background and Concepts*, Wilson (1983, 1985, p. 258) propõe um catálogo “[...] dividido em zonas de acessibilidade [...]”, no qual um usuário iria gradativamente do que é considerado local para o que é considerado remoto. Nos exemplos dados pelo autor, remoto é aquilo que será obtido por empréstimo interbibliotecário. Atualmente, na classe do acesso “remoto” caberiam perfeitamente os documentos da Web. Wilson (1983, 1985, p. 258, grifo nosso) chega a fazer a seguinte pergunta: “Por que não estendê-lo [o catálogo] para cobrir coisas disponíveis **por meio** da biblioteca, quer elas sejam, quer não, propriedades da biblioteca?”.

Fazemos aqui uma pergunta parecida: por que não estender o catálogo para cobrir todas as “coisas” que a instituição considera úteis para o usuário, quer elas sejam acessadas dentro e por meio da biblioteca, quer estejam disponíveis livremente na Web?

#### 7.4 RDA e o cumprimento dos novos objetivos

O código de catalogação *Resource Description and Access (RDA)* é visto aqui como um dos instrumentos que poderão permitir o cumprimento dos novos objetivos do catálogo de biblioteca. A adoção de novas regras descritivas é apenas uma parte do longo processo de reestruturação pelo qual o catálogo deve passar. Entende-se, portanto, que apenas adotar um novo código de catalogação não é suficiente para o surgimento de um catálogo de biblioteca que esteja em conformidade com os objetivos definidos pela IFLA e que atenda às demandas dos usuários.

Os códigos de catalogação informam que recursos serão descritos e, principalmente, de que forma serão descritos. Quais informações sobre um recurso precisam ser fornecidas para que um usuário possa chegar a ele e diferenciá-lo de outros recursos? Como apresentar essas

informações e em que ordem? Essas são algumas perguntas que os códigos de catalogação têm respondido tradicionalmente. Com o RDA não é diferente, desde o início ficou claro que ele é um padrão restrito ao conteúdo dos registros [*content standard*], de modo que as “[...] descrições poderão [continuar a] ser armazenadas e transmitidas com o uso do formato MARC, ou [...] utilizadas em esquemas de metadados como o Dublin Core e o Metadata Object Description Standard (MODS).” (KNIGHT, 2009, p. 5, tradução minha).

Antes de tratar da relação do RDA com os novos objetivos, é preciso narrar como o padrão foi concebido, quais fatos foram determinantes para o seu desenvolvimento e de que forma ele repercutiu na literatura especializada inicialmente.

#### 7.4.1 RDA – origem, desenvolvimento e repercussões

É possível afirmar que a história do padrão RDA começa a ser traçada com as propostas de mudança discutidas nas reuniões do Joint Steering Committee for Revision of AACR (JSC) a partir de 2001, quando se percebe que o FRBR pode trazer benefícios para o código AACR2. Se o estudo da aplicação do modelo FRBR é determinante para a existência do novo padrão, é analisando a sua presença nos programas dessas reuniões que identificamos a “concepção” do RDA.

O encontro do JSC que aconteceu em outubro de 2001 em Ottawa, no Canadá, já trazia a “FRBR Terminology” como tópico de seu programa de trabalho. O encontro seguinte – de maio de 2002, em New Haven, Connecticut, Estados Unidos – apresenta a incorporação da terminologia do FRBR ao AACR como recomendação; resultado da revisão, pelo JSC, do primeiro relatório preparado por Pat Riva (McGill University) sobre o tópico. (JSC FOR REVISION OF AACR, 2002, p. 1). O relatório anual de 2002 expressa a crença de que o FRBR como modelo “[...] contribuirá para o esclarecimento e a padronização da terminologia por todo o código AACR. Também ajudará a tornar o AACR mais facilmente compreensível por outras comunidades de descrição de recursos e irá encorajar a interoperabilidade com outros padrões.” (JSC FOR REVISION OF AACR, 2003, p. 3, tradução minha).

Percebe-se uma evolução dos estudos sobre o FRBR nos próximos quatro encontros. Em abril de 2004, o JSC discute o planejamento de uma nova edição das regras – o AACR2 dará lugar

ao AACR3. Uma das razões para a edição de um código renovado vem da verificação de inconsistências a serem eliminadas na volumosa Parte I do AACR2, que trata especificamente das informações que norteiam o catalogador quando ele vai descrever um item. Um ano depois, os trabalhos no AACR3 já haviam direcionado as regras para um caminho tão distinto e demonstrado uma necessidade de mudança tão grande, que mudar o título do padrão foi uma consequência natural. *Resource Description and Access* (RDA), que era uma extensão do título provisório do AACR3, é a expressão escolhida. A abordagem que o padrão assume está voltada para o ambiente digital. Chegou-se à conclusão de que o AACR2 é de uma época em que os dados eram tratados de forma muito diferente da de hoje, não sendo o código flexível e suficiente para participar dos desafios que o “mundo digital” impõe. Fica estabelecido que o RDA terá uma versão on-line, o que demonstraria a vontade de inovar do JSC. O título é autoexplicativo: trata-se de um conjunto de procedimentos que visam a descrição (Description) e o estabelecimento de pontos de acesso (Access) para um determinado recurso de informação (Resource).

O comitê responsável pelo desenvolvimento do padrão, Joint Steering Committee for Development of RDA (que continua JSC), é formado por um presidente, um secretário, um editor, e um gestor de projetos, além de um representante de cada uma das seis associações e instituições bibliotecárias de língua inglesa envolvidas: a American Library Association (ALA), o Australian Committee on Cataloguing (ACOC), a British Library (BL), o Canadian Committee on Cataloguing (CCC), o Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP – sediado na Inglaterra), e a Library of Congress (LC), portanto as mesmas entidades que participavam da revisão do AACR2. (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009b, p. 1). A escolha dos ocupantes dos quatro cargos não-representativos é feita pelo Committee of Principals for the AACR and RDA (CoP). Os encontros continuam a acontecer duas vezes por ano.

Gómez (2007, p. 225), abordando o caráter internacional do padrão, afirma que nenhuma biblioteca nacional latino-americana fora então consultada pelo JSC, apesar de grande parte de seus países utilizarem o AACR2. A dificuldade de fazer outros países participarem do desenvolvimento do RDA reside justamente na quantidade de países, que são muitos; “[...] há traduções [do AACR2] em 24 línguas”! (OLIVER, 2007, p. 250-251). A solução que o JSC encontrou foi a criação de uma lista de discussão na Web, a **RDA-L**. Além disso, especialistas de qualquer parte do mundo puderam enviar sugestões e propostas via e-mail.

O FRBR é, agora, o modelo conceitual que vai definir a própria estrutura das regras do RDA. Inicialmente, ou seja, ainda em 2005, a estrutura geral do código é bastante parecida com aquela do AACR2. É em 2006 que a organização do RDA começa a ficar mais clara. No encontro de abril, decide-se pela estruturação das regras em duas partes, A e B. A parte A, cujos capítulos serão dispostos de acordo com as tarefas do usuário, engloba as partes I e II da versão anterior. De acordo com o JSC:

A decisão sobre uma nova estrutura foi tomada principalmente para mostrar [...] que a distinção entre elementos “descritivos” e elementos de “acesso” era desnecessária, e que havia inconsistências no trato com vários elementos que refletiam os relacionamentos. A integração das partes I e II em uma só parte alinha o RDA com padrões utilizados em outras comunidades de descrição de recurso, onde a “descrição” geralmente abrange tanto os elementos usados na descoberta do recurso quanto aqueles usados na identificação do recurso.<sup>36</sup> (JSC FOR REVISION OF AACR, 2006, p. 1).

Enquanto a parte A oferece instruções sobre a identificação dos recursos, sua descrição (sempre levando em conta os atributos das entidades definidas pelo FRBR) e a descrição dos relacionamentos entre as entidades; a parte B guia o catalogador pelas particularidades do registro de autoridades. É importante lembrar que o *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)* também é base conceitual para o RDA.

Insistentemente, os elaboradores do RDA chamam atenção para a necessidade de estabelecer a cooperação com “outras comunidades”. Essas comunidades são basicamente os arquivos e os museus. Um dos objetivos do padrão, estabelecido na declaração formal *Objectives and Principles*, é a “adaptabilidade”. As instruções devem permitir a “[...] adaptação por várias comunidades para atender suas necessidades específicas.” (DANSKIN, 2009b, p. 2). A idéia de que o RDA não deve ser exclusivo do ambiente bibliotecário tem um peso grande em sua construção, e é, de fato, valiosa, uma vez que as bibliotecas são apenas uma parcela do

---

<sup>36</sup> No original: “The decision on the new structure was made primarily to address [...] that the distinction between ‘descriptive’ elements and ‘access’ elements was unnecessary, and that there were inconsistencies in the handling of various elements reflecting relationships. The integration of parts I and II into a single part will align RDA with the standards used in other resource description communities, where ‘description’ is generally seen to encompass elements used in resource discovery as well as those used in resource identification”.

universo de acesso à informação. Entretanto, antes de propor alinhamentos entre as regras de descrição das três comunidades é preciso questionar se as diferenças de função dos serviços prestados nessas instituições e das necessidades de informação de seus usuários não interferem na própria forma como os recursos devem ser descritos para a posterior recuperação, como já alertou Coyle (2008b). Propor a interoperabilidade entre padrões de comunidades de natureza tão próxima, mas com demandas técnicas muitas vezes díspares, é propor uma tarefa que requer esforços gigantescos. Beacom (2007) já apresentou exemplos dessas disparidades em um estudo comparativo entre o RDA e o mais recente padrão para descrição de artes visuais e arquitetura, Cataloging Cultural Objects (CCO). De acordo com ele, para que a interoperabilidade seja bem sucedida é preciso

[...] construir mecanismos administrativos efetivos, conduzir estudos de usuários e aplicar as visões aí obtidas nas regras e no restante do aparato catalográfico, desenvolver modelos conceituais e instrumentos práticos para dar continuidade ao avanço na teoria e prática da catalogação, e aproveitar as oportunidades trazidas por novas tecnologias e novos comportamentos de busca informacional.<sup>37</sup> (BEACOM, 2007, p. 84).

Em outubro de 2007, acontece mais um encontro decisivo do JSC; e, novamente, a estrutura do RDA é modificada. Uma das razões vem do alinhamento insuficiente com o FRBR e o FRAD, tal fato é apontado pela ALA. (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2007, p. 1). A organização em duas partes é abandonada em favor de um conjunto de dez seções, com uma média aproximada de quatro capítulos por seção, totalizando 37 capítulos. As seções estão divididas em dois grupos: “[...] de 1 a 4 cobrem elementos que correspondem aos **atributos de entidade** definidos no FRBR e no FRAD; [e] as seções de 5 a 10 cobrem elementos que correspondem aos **relacionamentos** definidos em ambos os modelos.” (KIORGAARD, 2007, p. 7, grifo nosso). Dessa forma, o catalogador é primeiramente convidado a descrever os atributos das entidades dos grupos 1, 2 e 3 do FRBR, todos identificados no recurso a ser catalogado, e, em seguida, a descrever os relacionamentos entre as entidades. Se surgirem

---

<sup>37</sup> “[...] to build effective administrative mechanisms, conduct use studies and apply the insights gained to the rules and the rest of the cataloging apparatus, develop the conceptual models and practical tools to continue the advance of cataloging practice and theory, and seize opportunities presented by new technologies and new information seeking behaviors.”

dúvidas, as partes adicionais do código poderão ser consultadas. Haverá um glossário, e apêndices que tratarão, por exemplo, das abreviações e da apresentação dos dados; embora este padrão não requeira uma forma rígida de apresentação como fazia o AACR2, que utilizava a ISBD. Ainda que a ruptura não seja total, tal fato desaponta um dos idealizadores da ISBD, Michael Gorman, para quem a presença de exemplos sem a pontuação da ISBD torná-los-á “[...] literalmente incompreensíveis para estudantes de catalogação e, em alguns casos, para qualquer leitor do RDA.” (GORMAN, 2007, p. 65).

O documento que expõe as prioridades do JSC no desenvolvimento do novo padrão é a já citada declaração de objetivos e princípios, *Objectives and Principles*. Segundo sua última versão, são objetivos: abrangência; consistência; clareza; racionalidade; atualidade; compatibilidade; adaptabilidade; facilidade e eficiência de uso, e flexibilidade de formato.<sup>38</sup> (DANSKIN, 2009b, p. 1-2). Esse documento segue as recomendações da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009a).

Tão logo as primeiras versões preliminares do RDA (inicialmente AACR3) eram divulgadas para apreciação, surgiam profissionais dispostos a aperfeiçoá-las. Se de 2005 para cá a estrutura e o conteúdo do padrão passaram por mudanças significativas, é por causa das muitas críticas e sugestões que ele foi recebido. A participação da comunidade técnica, dos que utilizam os códigos de catalogação como instrumento diário de trabalho em diversas instituições que não aquelas representadas no JSC, tem contribuído para que o RDA seja, pelo menos, viável.

A partir de 2006, cresceu o interesse pela construção do padrão; o resultado foi o aparecimento do assunto “Resource Description and Access” em artigos de diversas publicações técnicas e acadêmicas. Nos artigos, os autores compartilhavam, quase sempre, a mesma expectativa – o RDA, além de novo, deveria ser inovador.

A grande maioria dos críticos do RDA concordava que o padrão diferia muito pouco do seu antecessor, e que a própria sobrevivência das bibliotecas dependeria de uma mudança mais radical em suas práticas catalográficas, mudança que o RDA não apresentaria. Um dos pontos

---

<sup>38</sup> Respectivamente: comprehensiveness, consistency, clarity, rationality, currency, compatibility, adaptability, ease and efficiency of use, format.

que mais suscitaram desacordo foi o objetivo da continuidade, expresso no tópico 2 do documento *Objectives and Principles*. “Os dados [criados de acordo com o RDA] devem permitir a integração às bases de dados já existentes (particularmente aquelas desenvolvidas com o uso do AACR e padrões relacionados).” (DANSKIN, 2009b, p. 4). Uma versão anterior desse mesmo documento acrescentava: “[...] com um mínimo de ajustes retrospectivos [...]” (KIORGAARD, 2007a, p. 4). Para Coyle e Hillmann (2007), essa era uma grave limitação do padrão; o JSC negligenciava a inovação quando se preocupava em tornar o RDA compatível com os registros já existentes. As autoras alegaram que a catalogação feita com o novo padrão não seria capaz de se relacionar com as tecnologias de arquitetura de dados utilizadas atualmente, e, por isso, poderia excluir de antemão a possibilidade de tornar os catálogos de biblioteca mais atraentes para os usuários.

Se existe a intenção de abrir os catálogos para a Web, não só as questões ligadas à descrição, como também o próprio formato MARC, são barreiras, como chegou a reconhecer o Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Controle Bibliográfico (da Library of Congress) (THE LIBRARY OF CONGRESS WORKING GROUP ON THE FUTURE OF BIBLIOGRAPHIC CONTROL, 2008, p. 26). Por tudo isso, as instruções detalhadas do RDA foram consideradas ultrapassadas. Tennant (2007, p. 25) sugeriu como solução a criação, pelos profissionais insatisfeitos, de outro padrão: “[...] talvez não haja outra escolha se o processo atual não produz o que nós tão seriamente precisamos – um fundamento de descrição bibliográfica que nos leve, embora confusos e atrasados, para a era da Internet.”

De fato, a intenção do JSC, ao criar um novo padrão, não era descartar o padrão substituído. O RDA é “construído sobre as bases estabelecidas pelo AACR [...]” (DANSKIN, 2009a, p. 2), declara o presidente do comitê; e aproveita as formas de organização da informação propostas pelos modelos conceituais para tentar facilitar a descoberta de recursos pelos usuários. A possibilidade de continuar utilizando a pontuação da ISBD, o esforço para tornar o RDA compatível com o MARC 21, e a manutenção do controle dos pontos de acesso são alguns tópicos representativos do legado do AACR2.

Os elaboradores do RDA têm feito parcerias para ampliar o espaço de utilização do padrão e para promover a interoperabilidade. Em 2006, o JSC e representantes da comunidade editorial se reuniram para a definição de atributos comuns relacionados à categorização de recursos. Foi um esforço para que o RDA e o padrão usado pelas editoras, o Online Information

Exchange (ONIX), compartilhassem a mesma fundamentação. O resultado foi o documento *RDA/ONIX Framework for Resource Categorization*.

A estrutura RDA/ONIX atinge de forma bem sucedida seu objetivo de apoiar as necessidades das bibliotecas e da indústria editorial ao categorizar os recursos por seu conteúdo e suporte, e ao facilitar a interoperabilidade entre os metadados produzidos por essas comunidades.<sup>39</sup> (DUNSIRE, 2007, p. 1).

A parceria mais louvada até agora tem sido aquela estabelecida em abril de 2007 entre o JSC e a Dublin Core Metadata Initiative (DCMI) para o desenvolvimento de um vocabulário de elementos de metadados. A grande vantagem do projeto é que os elementos do RDA serão identificados e descritos de forma “rigorosa” – ver Coyle (2008b) –, o que evitará inconsistências, e serão expressos em linguagens compatíveis com a Web.

O *RDA Vocabularies Project* propõe trazer à tona esses elementos bibliográficos básicos em forma de vocabulários da Web Semântica; fazendo, assim, com que sejam reutilizáveis em aplicativos da Web Semântica e citáveis em Uniform Resource Identifiers (URIs). Isso será estruturado em RDF (Resource Description Framework), uma linguagem genérica de expressão de dados para uso não apenas por seres humanos, mas também em processos automatizados de integração de dados e raciocínio “inteligente”.<sup>40</sup> (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008g, p. 1).

A depender do sucesso do projeto, o RDA poderá ser utilizado fora dos catálogos das bibliotecas, e os esquemas de metadados próprios da Web poderão trazer benefícios para as práticas tradicionais de descrição bibliográfica, em um esforço para criar registros mais

---

<sup>39</sup> “The RDA/ONIX framework successfully attains its aims of supporting the needs of libraries and the publishing industry for categorising resources by their content and carrier, and of facilitating interoperability between the metadata produced by those communities.”

<sup>40</sup> “The RDA Vocabularies Project proposes to surface these underlying bibliographic elements in the form of Semantic Web vocabularies, thereby making them reusable in Semantic Web applications and citable with Uniform Resource Identifiers (URIs). This will be based on RDF (Resource Description Framework), a generic grammar for expressing data for use not just by humans, but also in automated processes of data integration and ‘intelligent’ reasoning.”

funcionais. Esse foi sem dúvida um passo importante para a integração dos catálogos à Web, sobre a qual falamos tanto neste trabalho.

Apesar dos avanços apresentados, certa desconfiança ainda paira sobre o RDA. A publicação do código foi marcada para novembro de 2009, depois de ter sido adiada algumas vezes. Um comitê ligado à Seção de Catalogação e Classificação da Association for Library Collections & Technical Services (ALCTS), uma divisão da American Library Association (ALA), expressou suas preocupações com o fato de o JSC ter dado atenção à versão on-line, que ainda não foi disponibilizada para testes, em detrimento de uma versão impressa. A inexistência de uma versão impressa bem estruturada prejudicaria não só as bibliotecas com dificuldades financeiras ou tecnológicas como também o próprio ensino da catalogação nos cursos de Biblioteconomia, que depende do uso desse tipo de material nas salas-de-aula. (MYERS, 2009).

Ainda em 2008, as três bibliotecas nacionais americanas – Library of Congress (LC), National Library of Medicine (NLM), National Agricultural Library (NAL) – fizeram uma declaração conjunta que demonstrava seu apoio ao desenvolvimento do RDA, principalmente no sentido de conduzir testes de implementação. (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2008). Uma página intitulada *Testing Resource Description and Access (RDA)* foi criada no website da LC para reunir documentos e apresentar as instituições parceiras, que participarão dos testes juntamente com as três bibliotecas nacionais.

O período de testes deve durar aproximadamente seis meses. [...] Os primeiros três meses [...] serão dedicados ao treinamento e à prática no uso da ferramenta on-line e à familiarização com o novo texto. Os outros três meses serão dedicados à criação de registros de teste. [...] Ao final do período de testes, o Comitê Conjunto levará aproximadamente três meses para analisar os resultados dos testes, assim como o feedback dos participantes dentro da comunidade americana.<sup>41</sup> (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2009).

---

<sup>41</sup> “The testing period is expected to last approximately six months. [...] The first three months of the testing period will be devoted to training and practice in using the online tool and becoming familiar with the new text. The second three months will be devoted to the creation of test records. [...] At the end of the testing period the Steering Committee will take approximately three months to analyze the results of the testing, as well as feedback from others in the U.S. community.”

Como é possível ver, a adaptação ao RDA é um processo longo, que certamente envolverá alterações no próprio código, em função dos erros verificados na prática, e que deverá ser feita em colaboração com todos os elementos envolvidos, inclusive com as empresas responsáveis pelo desenvolvimento de softwares de automação de bibliotecas.

#### 7.4.2 RDA e os novos objetivos do catálogo

Como já foi dito, o documento que estabelece os objetivos e princípios do RDA – *Objectives and Principles* (DANSKIN, 2009b) – menciona a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009a) como base, no sentido de que ela “[...] informa os princípios de catalogação usados por todo o RDA.” (DANSKIN, 2009b, p. 3, tradução minha).

Os objetivos do catálogo em sua última versão aparecem no tópico “Functionality of Records Produced Using RDA” [“Funcionalidade dos registros produzidos com o uso do RDA”] como objetivos que respondem diretamente às necessidades dos usuários. (DANSKIN, 2009b, p. 3-4). Esses objetivos deverão estar presentes na introdução do código, e não estão escritos exatamente como foram apresentados na Declaração de Princípios, até porque eles não são considerados objetivos do catálogo como um todo, mas objetivos dos dados criados a partir das “orientações e instruções” dadas no RDA. Cabe aqui mostrar essas distinções. Espera-se que o quadro seguinte<sup>42</sup> permita um melhor entendimento:

---

<sup>42</sup> Os objetivos do catálogo foram adaptados da tradução oficial em português da Declaração de Princípios (IFLA, 2009a). Os objetivos como aparecem no RDA (DANSKIN, 2009b, p. 3-4) ganharam uma tradução própria neste trabalho.

OBJETIVOS	Declaração de Princípios (IFLA, 2009a)	RDA – <i>Objectives and Principles</i>
		<i>O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário:</i>
<b>Encontrar</b>	Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos	Encontrar recursos que correspondem aos critérios de busca estabelecidos pelo usuário;
	Encontrar um determinado recurso	Encontrar obras, expressões manifestações e itens que se relacionam com aqueles recuperados em resposta à busca do usuário;
	Encontrar conjuntos de recursos representando - todos os recursos que pertencem à mesma obra; - todos os recursos que representam a mesma expressão; - todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação;	Encontrar todos os recursos que incorporam determinada obra ou determinada expressão de uma obra;
	Encontrar todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou colectividade (entidade [coletiva]);	Encontrar todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou entidade coletiva;
	Encontrar todos os recursos sobre um determinado assunto;	Encontrar todos os recursos sobre um determinado assunto;
	_____	Encontrar pessoas, famílias e entidades coletivas que correspondem aos critérios de busca estabelecidos pelo usuário.
	_____	Encontrar pessoas, famílias e entidades coletivas que se relacionam à pessoa, família ou entidade coletiva representada pelos dados recuperados em resposta à busca do usuário.

Quadro 3 – Correlação entre os novos objetivos do catálogo e os objetivos estabelecidos no RDA

<b>OBJETIVOS</b> (continuação)	<b>Declaração de Princípios</b> <b>(IFLA, 2009a)</b>	<b>RDA – Objectives and Principles</b>
		<i>O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário:</i>
<b>Identificar</b>	Identificar um recurso bibliográfico ou agente (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);	Identificar o recurso descrito (ou seja, confirmar que o recurso descrito corresponde ao recurso procurado ou distinguir entre dois ou mais recursos com as mesmas características ou com características similares);
		Identificar a pessoa, família ou entidade coletiva representada pelos dados (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com o mesmo nome ou com nomes similares);
<b>Selecionar</b>	Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário (ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades usuário, no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do usuário);	Selecionar um recurso que seja apropriado às necessidades do usuário no que diz respeito às características físicas do suporte e ao formato e codificação da informação contida no suporte;
		Selecionar um recurso que seja apropriado às necessidades do usuário no que diz respeito à forma, público a que se destina, língua, etc.;

Quadro 3 (continuação) – Correlação entre os novos objetivos do catálogo e os objetivos estabelecidos no RDA

OBJETIVOS (continuação)	Declaração de Princípios (IFLA, 2009a)	RDA – <i>Objectives and Principles</i>
		<i>O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário:</i>
<b>Obter</b>	Adquirir ou obter acesso a um item descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc., ou acessar eletronicamente um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota; ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade).	Obter um recurso (ou seja, adquirir um recurso por meio de compra, empréstimo, etc., ou acessar um recurso eletronicamente por meio de uma conexão em linha a um computador remoto).
<b>Compreender</b>	_____	Compreender o relacionamento entre duas ou mais entidades;
		Compreender o relacionamento entre a entidade descrita e um nome pelo qual essa entidade é conhecida (ex.: uma forma do nome em uma língua diferente);
		Compreender por que determinado nome ou título foi escolhido como nome ou título preferido para a entidade.
<b>Navegar</b>	Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares).	_____

Quadro 3 (continuação) – Correlação entre os novos objetivos do catálogo e os objetivos estabelecidos no RDA

Em vez de mostrar equivalências – o que seria inadequado, uma vez que os objetivos da IFLA não se referem apenas aos meios descritivos, como faz o RDA –, a intenção desse quadro é verificar até que ponto os registros bibliográficos que seguirem RDA poderão cumprir os “novos” objetivos do catálogo.

Antes de abordar os objetivos, é necessário deixar claro o que é considerado “recurso” no RDA. Segundo o glossário da última versão preliminar do código, “o termo recurso é usado por todo o RDA para se referir a uma obra, expressão, manifestação ou item [...]” e “[...] inclui não apenas uma entidade individual, mas também agregados e componentes dessas entidades [...]”. (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008f, p. 36).

Sendo assim, a descrição bibliográfica deve ser suficiente para que um usuário encontre, identifique, selecione e obtenha os recursos de que necessita, assim como prevê a Declaração de Princípios (IFLA, 2009a). A diferença está no valor que o RDA confere à descoberta das entidades *pessoa, família e entidade coletiva*. O usuário poderá chegar a essas entidades tanto a partir de uma busca feita por um de seus atributos como a partir de entidades relacionadas. Ainda quanto ao objetivo *encontrar*, o RDA vai mais além e afirma que devem ser encontradas “[...] obras, expressões, manifestações e itens que se relacionam com aqueles recuperados em resposta à busca do usuário [...]” (DANSKIN, 2009, p. 3), reforçando a importância dos relacionamentos. Pode-se concluir que foi dada, pelo menos a princípio, a devida atenção ao objetivo *encontrar* no RDA.

O objetivo *identificar* se desdobra em dois no RDA: identificar recursos e identificar *pessoas, famílias e entidades coletivas*. Surge então uma referência clara ao controle de autoridade, já que é prevista a distinção entre duas ou mais entidades com o mesmo nome ou com nomes similares. No RDA, os meios descritivos para o cumprimento do objetivo *identificar* se concentram sobretudo nas seções 1 (“Registro dos Atributos de Manifestação e Item”), 2 (“Registro dos Atributos de Obra e Expressão”) e 3 (“Registro dos Atributos de Pessoa, Família e Entidade Coletiva”)<sup>43</sup> (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009a). A identificação de manifestações continuará a ser feita basicamente por títulos. Para obras, o RDA determina o uso de “títulos preferidos” [*preferred titles*] e identificadores. “Um

---

<sup>43</sup> Intituladas originalmente: “Recording Attributes of Manifestation and Item”, “Recording Attributes of Work and Expression” e “Recording Attributes of Person, Family, and Corporate Body”.

identificador de obra é uma sequência alfanumérica associada unicamente a uma obra que serve para diferenciar essa obra de outras obras.” (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008d, p. 44). As expressões serão identificadas por data, língua, identificadores, etc. Pessoas, famílias e entidades coletivas deverão receber identificadores e pontos de acesso. Mais uma vez o RDA parece cobrir com suficiência um objetivo do catálogo.

O objetivo *selecionar* também se desdobra em dois no RDA. Na primeira parte, leva-se em conta o fornecimento de informações sobre o suporte (da manifestação) e a codificação das informações do recurso (correspondente à expressão, ao que tudo indica). (DANSKIN, 2009b). Na segunda parte, determina-se o fornecimento de alguns atributos de obra (forma e “público a que se destina” [*intended audience*]) e de expressão (língua). Dessa forma, o objetivo *selecionar* se apóia nas seções do RDA que orientam sobre a descrição de obras e expressões e de manifestações e itens, respectivamente, seção 2 (“Registro dos Atributos de Obra e Expressão”) e seção 1 (“Registro dos Atributos de Manifestação e Item”).

Entende-se que os meios descritivos específicos do objetivo *obter* estão no capítulo 4 da primeira seção do RDA, intitulado “Fornecimento de Informações de Aquisição e Acesso” [“Providing Acquisition and Access Information”]. Nesse capítulo, o catalogador é orientado a registrar “informações de contato”, ou seja, “[...] informação relacionada a uma organização [...], da qual um recurso pode ser obtido” (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008c, p. 3), e informações sobre restrições de acesso e uso, por exemplo. Há ainda um tópico dedicado ao registro de URLs. O caráter intermitente da Web é reconhecido da seguinte forma:

Se um Uniform Resource Locator é adicionado ou modificado, adicione ou revise o Uniform Resource Locator como for apropriado. Se um Uniform Resource Locator não mais fornecer acesso ao recurso, adicione (*incorreto*) ou (*inválido*) a ele, como for apropriado, e registre um Uniform Resource Locator que forneça acesso ao recurso, se prontamente verificável.<sup>44</sup> (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008c, p. 7).

---

<sup>44</sup> No original: “If a Uniform Resource Locator is added or changed, add or revise the Uniform Resource Locator as appropriate. If a Uniform Resource Locator no longer provides access to the online resource, add (*incorrect*) or (*invalid*) to it, as appropriate, and record a Uniform Resource Locator that does provide access to the resource, if readily ascertainable.”

O RDA também assume como objetivo permitir que o usuário compreenda facilmente as decisões tomadas pelo catalogador, e, por consequência, a organização dos registros no catálogo. Segundo o documento *Objectives and Principles*, primeiramente deve ser possível *compreender* por que duas ou mais entidades aparecem relacionadas entre si no catálogo. (DANSKIN, 2009b, p. 4). Como já foi dito, o RDA conta com cinco seções dedicadas à descrição de relacionamentos. A depender do tipo de relacionamento, são prescritas diversas formas de expressá-los. Um meio muito utilizado no RDA para permitir a compreensão de determinados relacionamentos é o “designador de relacionamento” [*relationship designator*]. Quando ocorrem relacionamentos entre as entidades agentes, por exemplo, o designador “[...] indica a natureza do relacionamento entre pessoas, famílias ou entidades coletivas representadas por pontos de acesso e/ou identificadores.” (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008e, p. 3). Um desses designadores é “identidade alternativa”, que indica o relacionamento entre um ponto de acesso de um autor e um ponto de acesso de um pseudônimo usado por ele. São alguns designadores de relacionamentos entre obras: “parodiada como”; “comentário sobre”; “contida em”; “guia para”; “precedida por”. (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008a, p. 1-7).

O usuário também deve “[...] compreender o relacionamento entre a entidade descrita e um nome pelo qual essa entidade é conhecida (ex.: uma forma do nome em uma língua diferente) [...]” (DANSKIN, 2009b, p. 4), ou seja, o usuário deve ter acesso a todos os pontos de acesso ligados a uma pessoa, por exemplo, para se certificar de que essa entidade é realmente a pessoa buscada. Essa parte do objetivo *compreender* é completada pela parte seguinte, segundo a qual deve-se “[...] compreender por que determinado nome ou título foi escolhido como nome ou título preferido para a entidade.” (DANSKIN, 2009b, p. 4). No RDA, título preferido é aquele que “[...] serve de base para o ponto de acesso preferido que representa uma obra.” (JSC FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2008f, p. 32); o nome preferido, por sua vez, desempenha essa mesma função no que diz respeito às entidades pessoa, família, entidade coletiva e lugar. Os problemas ligados à construção de pontos de acesso para obras são cobertos pelo capítulo 6 do RDA, “Identificação de Obras e Expressões” [“Identifying Works and Expressions”], e a construção de pontos de acesso para pessoas, famílias, entidades coletivas e lugares é abordada nos capítulos 9, 10, 11 e 16, respectivamente.

Permitir a navegação não é um objetivo declarado do RDA. Ao que parece, o novo código de catalogação lega os meios de navegação muito mais à arquitetura do catálogo. De fato, a

navegação depende, em grande parte, da resolução de problemas estruturais. Por ter os modelos FRBR e FRAD como fundamentos, o RDA motivará mudanças nas bases de dados existentes por trás dos catálogos de modo a refletir o modelo entidade-relacionamento, ainda que o RDA seja apenas um “padrão descritivo”. De acordo com Ascher (2008, p. 59), “à medida que o FRBR for implementado, mais mudanças de impacto na estrutura das bases de dados podem ser necessárias para garantir eficiência, uma vez que os registros ‘FRBRizados’ são muitos mais interconectados.”

Embora não mencione a navegação, o RDA poderá facilitar o cumprimento do objetivo navegacional principalmente pela descrição dos relacionamentos. Nesse sentido, o uso de identificadores e designadores tornará a navegação mais clara. Ao ser direcionado de um registro a outro do catálogo, ou até mesmo a um ponto localizado fora do catálogo, o usuário saberá por que motivo essa ligação foi feita.

## 8 Considerações finais

Planejar e manter catálogos de biblioteca bem estruturados ainda é um desafio. Desde Charles Ammi Cutter, os catálogos tomaram novas formas, se beneficiaram com diferentes tecnologias e tiveram seus registros elaborados de acordo com regras cada vez mais voltadas para a padronização regional e internacional. Diante disso, é possível dizer que hoje, mais do que em qualquer outra época, os catálogos precisam ser construídos segundo princípios e objetivos que permaneçam por um longo período e que se adaptem facilmente às mudanças que surgirem.

As mudanças tecnológicas ocorridas nos últimos vinte anos apontaram a necessidade de se criar regras para descrever documentos em novos suportes e, principalmente, forçaram uma reestruturação dos catálogos para permitir formas mais modernas e eficientes de acesso. Como foi visto neste trabalho, as adaptações não têm sido suficientes e o catálogo de biblioteca, de um modo geral, deve passar por modificações profundas se existe a intenção de torná-lo verdadeiramente útil para os usuários.

Este trabalho alertou para a importância do estabelecimento de objetivos para o catálogo neste momento em que ele se torna objeto de reestruturação. A história tem mostrado que ignorar os princípios e os objetivos do catálogo leva a equívocos, prejudica a qualidade desse instrumento a longo prazo e provoca o surgimento de períodos em que o excesso de apuro técnico impede a inovação e a preocupação com as necessidades dos usuários.

Esta é, sem dúvida, uma época em que os problemas dos catálogos e de seus usuários são discutidos com o devido interesse, ainda que nem todas as soluções apresentadas pareçam viáveis. Há várias pesquisas dedicadas à relação dos catálogos com os recursos da Web Semântica; novas regras descritivas e novos formatos de codificação têm sido desenvolvidos, e vários especialistas já assumiram a difícil tarefa de explicar com clareza os modelos FRBR e FRAD para a parcela da comunidade bibliotecária que não tem acompanhado seu desenvolvimento. Todas essas questões se relacionam com o tema dos objetivos do catálogo e foram, pelo menos, citadas neste trabalho.

Os novos objetivos, aqueles definidos na última versão da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, só poderão ser cumpridos quando se der a atenção devida a essas questões. A possibilidade de os recursos da Web Semântica facilitarem o alcance do objetivo navegacional, por exemplo, é um problema a ser examinado com seriedade nos próximos anos. O segundo objetivo do catálogo, o objetivo que requer a reunião de itens relacionados, ainda merece ser abordado de maneira mais completa nesse novo contexto – até que ponto o modelo FRBR pode trazer soluções para o seu alcance? Como o formato MARC, pouco mencionado neste trabalho, pode se adaptar à estrutura dos modelos conceituais? O formato MARC ainda deve ser utilizado?

Neste trabalho, não se chegou a uma nova definição do catálogo de biblioteca – que deve receber um estudo mais aprofundado antes de ser feita –, mas acreditamos que foram fornecidos elementos suficientes para uma proposta de redefinição. Baseado em autores de diferentes épocas e com posições muitas vezes divergentes, ainda que a maioria estivesse ligada a um só cenário, o da catalogação anglo-americana, este trabalho tentou apresentar uma análise da situação atual e dos fatores que levaram ao seu surgimento. Por meio do relato de outros momentos em que foram estabelecidos objetivos para o catálogo (em 1876, por Cutter, e em 1961, na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), mostramos que muitos problemas ainda permanecem e que muitas discussões não foram encerradas. Por fim, o objetivo navegacional foi apresentado como o elemento principal a partir do qual o conceito de catálogo merece ser repensado.

Quanto ao código de catalogação *Resource Description and Access (RDA)*, um dos grandes responsáveis por motivar o debate sobre os objetivos do catálogo atualmente, espera-se que os testes de implementação sejam suficientes para avaliar se todos os princípios que ele tomou como base serão seguidos da maneira esperada. Este trabalho mostrou que o RDA pode ser um aliado no alcance dos novos objetivos do catálogo; no entanto, sabe-se que uma análise mais completa dessa relação só poderá ser feita quando o código for utilizado amplamente. Alguns autores fizeram análises semelhantes no que diz respeito à presença dos objetivos de 1961 nas várias edições do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR). Como vimos, os objetivos tem sido em muitos casos ignorados, e isso se reflete na qualidade dos catálogos de biblioteca contemporâneos.

Esperamos que os objetivos deste trabalho tenham sido cumpridos de forma satisfatória e que os elementos aqui apresentados realmente contribuam para uma discussão conceitual sobre o catálogo de biblioteca – mais uma discussão em que a “conveniência do usuário” deve ser considerada acima de tudo.

## 9 Referências bibliográficas

ALA – American Library Association. **The ALA glossary of Library and Information Science**. Chicago: ALA, 1983.

ALA – American Library Association et al. **Anglo-American Cataloging Rules**. North American Text. Chicago: ALA, 1967.

ANTELMAN, Kristin; LYNEMAN, Emily; PACE, Andrew K. Toward a Twenty-First Century library catalog. **Information Technology and Libraries**, Chicago, v. 25, n. 34, p. 128-139, September 2006. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/lita/ital/252006/number3september/antelman.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

ASCHER, James P. What's the big deal with RDA? Or, some thoughts on the heliocentric universe. **Colorado Libraries**, v. 34, n. 3, p. 57-61, 2008.

BEACOM, Matthew. Cataloging cultural objects (CCO), Resource Description and Access (RDA), and future of metadata content. **VRA Bulletin**, Texas, v. 34, n. 1, p. 81-85, Spring 2007.

BERNERS-LEE, Tim. **Weaving the web: the original design and ultimate destiny of the World Wide Web by its inventor**. New York: Harper Collins, 2000. 246 p.

BOSTON, Tony. Exposing the deep web to increase access to library collections. In: AUSTRALASIAN WORLD WIDE WEB CONFERENCE, 11., 2005, Gold Coast, Australia. **Archive**. Gold Coast: AusWeb, 2005. Disponível em: <<http://ausweb.scu.edu.au/aw05/papers/refereed/boston/paper.html>>. Acesso em: 15 set. 2009.

BRITISH MUSEUM. Rules for the compilation of the catalogue. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 1-14. Reprinted from British Museum, *The Catalogue of Printed Books in the British Museum* (London, 1841), 1 : v-ix.

CALHOUN, Karen. **The changing nature of the catalog and its integration with other discovery tools**. Final report (March 17, 2006). Prepared for the Library of Congress by Karen Calhoun (Cornell University Library). Disponível em: <<http://www.loc.gov/catdir/calhoun-report-final.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2009.

CARLYLE, Allyson. Fullfilling the second objective in the online catalog: schemes for organizing author and work records into usable displays. February 10, 1997. Publicado originalmente em: **Library Resources & Technical Services**, v. 41, n. 2, April 1997, p. 79-100. Disponível em: <[http://faculty.washington.edu/acarlyle/Papers/second\\_objective.htm](http://faculty.washington.edu/acarlyle/Papers/second_objective.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2009.

CARPENTER, Michael. Main entry. In: SVENONIUS, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. Part IV. p. 73-95.

CATALOGUE of the Boston Athenaeum: 1807-1871. Part I. Boston, [s.n.]: 1874. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/cataloguelibrar03athegoog>>. Acesso em: 15 out. 2009.

CATALOGUE of the Boston Athenaeum: 1807-1871. Part II. Boston, [s.n.]: 1876. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/cataloguelibrar03cuttgoog>>. Acesso em: 12 out. 2009.

CATALOGUE of the Boston Athenaeum: 1807-1871. Part IV. Boston, [s.n.]: 1880. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/bostonathenaem04catarich>>. Acesso em: 14 out. 2009.

COYLE, Karen; HILLMANN, Diane. Resource description and access (RDA): cataloging rules for the 20<sup>th</sup> century. **D-Lib Magazine**, Reston, Virginia, v. 13, n. 1/2, Jan./Feb. 2007. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/january07/coyle/01coyle.html>>. Acesso em: 9 nov. 2009.

COYLE, Karen. Making connections: from shutting “bots” to library catalogs brimming with contextual data, Karen Coyle shows us the future made possible by Linked Data. **Library Journal**, 4/15/2009. Disponível em: <<http://www.libraryjournal.com/article/CA6650836.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Meaning, technology, and the Semantic Web. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 34, n. 3, p. 263-264, May 2008.

\_\_\_\_\_. **R&D: RDA in RDF or – can resource description become rigorous data?** [Presented at] Code4Lib 2008 (annotated version, March, 2008). Disponível em: <[http://www.kcoyle.net/code4lib2008\\_w\\_text.pdf](http://www.kcoyle.net/code4lib2008_w_text.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2009.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalog**. Fourth Edition, Rewritten. Washington: Government Printing Office, 1904. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/rulesforadictio04cuttgoog>>. Acesso em: 26 ago. 2009.

DANSKIN, ALAN. **Resource Description and Access – RDA: a prospectus**. To the Joint Steering Committee for Development of RDA (1 July 2009). Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/5rda-prospectusrev7.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resource Description and Access – RDA: objectives and principles**. To the Joint Steering Committee for Development of RDA (1 July 2009). Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/5rda-objectivesrev3.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

DENTON, William. FRBR and the history of cataloging. In: TAYLOR, Arlene G. **Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools**. Westport, Connecticut: Libraries Unlimited, 2007. Cap. 4. p. 35-57. Disponível em: <<http://pi.library.yorku.ca/dspace/bitstream/10315/1250/1/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2008.

DICKEY, Timothy J. FRBRization of a library catalog: better collocation of records, leading to enhanced search, retrieval, and display. **Information Technology and Libraries**, Chicago, v. 27, n. 1, p. 23-32, March 2008. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/lita/ital/272008/2701mar/dickey.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2009.

DOMANOVSKY, Ákos. **Functions and objects of author and title cataloguing: a contribution to cataloguing theory**. München: Verlag Dokumentation, 1975.

DUKE, John K. Access and automation: the catalog record in the age of automation. In: SVENONIUS, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. Part V. p. 117-128.

DUNSIRE, Gordon. Distinguishing content from carrier: the RDA/ONIX framework for resource categorization. **D-Lib Magazine**, Reston, Virginia, v. 13, n. 1/2, Jan./Feb. 2007. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/january07/dunsire/01dunsire.html>>. Acesso em: 22 maio 2008.

FOSTER, William E. Charles Ammi Cutter: a memorial sketch. **The Library Journal**, v. 28, n. 10, p. 697-704, October, 1903. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/libraryjournal28ameruoft>>. Acesso em: 2 nov. 2009.

FREEDMAN, Maurice Julius. **The function of the catalog and the main entry as found in the work of Panizzi, Jewett, Cutter, and Lubetzky.** Michigan: University Microfilms International, 1986. 357 p. A thesis submitted to The Graduate School – New Brunswick Rutgers, The State University of New Jersey, in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Graduate Program in Library and Information Studies, 1983).

GÓMEZ, Paola Andrea Picco. RDA: el alcance internacional del nuevo código de catalogación. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/include/getdoc.php?id=532&article=221&mode=pdf&OJSSID=02bb587a7a553b86cee842eeaa032685>. Acesso em: 30 set. 2009.

GORMAN, Michael. Cataloging and the new technologies. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook.** Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 242-252. Reprinted by permission of the American Library Association from *The Nature and Future of the Catalog*, ed. Maurice J. Freedman and S. Michael Malinconico, pp. 127-36.; published by Oryx Press, copyright © 1979 by the American Library Association.

\_\_\_\_\_. RDA: imminent debacle – the editor of AACR2 takes issue with cataloging's new direction. **American Libraries**, Chicago, v. 38, n. 11, p. 64-65, Dec. 2007.

GRADMANN, Stefan. rdfs:frbr: towards an implementation model for library catalogs using Semantic Web technology. **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 39, n. 3/4, p. 63-75, 2005.

HARPER, Douglas. Catalogue. In: \_\_\_\_\_. **Online etymology dictionary.** 2001. Disponível em: <http://www.etymonline.com/index.php?term=catalogue>. Acesso em: 14 ago. 2009.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Versão on-line, 2009. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 21 set. 2009.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação.** 2009. Disponível em: [http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp\\_2009-pt.pdf](http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf). Acesso em: 8 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. **Functional Requirements for Authority Data: a conceptual model.** Draft 2007-04-01. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/d4/franar-conceptual-model-2ndreview.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report.** Approved by the Standing Committee of the IFLA Section on Cataloguing. September 1997 (as amended and corrected through February 2009). Disponível em: <[http://www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr\\_2008.pdf](http://www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf)>. Acesso em: 1 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report.** München: K.G. Saur, 1998. (UBCIM Publications, New Series, v. 19). Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **International Conference on Cataloguing Principles: Paris, 9<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> October, 1961: Report.** London: IFLA, 1963. 293 p.

\_\_\_\_\_. **Principios de catalogación de IFLA: pasos hacia un Código Internacional de Catalogación.** Informe de la 1ª Reunión IFLA de Expertos sobre un Código Internacional de Catalogación, Frankfurt, 2003. Editado por Barbara B. Tillett, Renate Gömpel y Susanne Oehlschläger. The Hague: IFLA, 2004. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/V/pr/Bibliographic-Control-vol26-es.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **Statement of International Cataloguing Principles: “final” draft based on responses through 19 Dec. 2003.** Draft approved by the IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code, 1<sup>st</sup>, Frankfurt, Germany, 2003. Disponível em: <[http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/statement\\_draft.pdf](http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/statement_draft.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2009.

JEWETT, Charles C. **On the construction of catalogues of libraries and their publication by means of separate, stereotyped titles: with rules and examples.** Second Edition. Washington: Smithsonian Institution, 1853. Smithsonian Report. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/constcatlib00jewerich>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **Appendix J: relationship designators: relationships between works, expressions, manifestations, and items.** October 31, 2008. Disponível em: <[http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1AppJ\\_10\\_27\\_08.pdf](http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1AppJ_10_27_08.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **A brief history of AACR.** 2008. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/history.html>>. Acesso em: 8 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **Chapter 4: providing acquisition and access information.** October 31, 2008. Disponível em: <[http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Chp4\\_10\\_24\\_08.pdf](http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Chp4_10_24_08.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Chapter 6:** identifying works and expressions. October 31, 2008. Disponível em: <[http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Chp6\\_11\\_12\\_08.pdf](http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Chp6_11_12_08.pdf)>. Acesso em: 8 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Chapter 29:** general guidelines on recording relationships between persons, families, and corporate bodies. October 31, 2008. Disponível em: <[http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Chp29\\_10\\_30\\_08.pdf](http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Chp29_10_30_08.pdf)>. Acesso em: 8 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Constituency Review.** 2009. Disponível em: <<http://www.rdaonline.org/constituencyreview/>>. Acesso em: 6 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Glossary.** October 31, 2008. Disponível em: <[http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Gloss\\_10\\_21\\_08.pdf](http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1Gloss_10_21_08.pdf)>. Acesso em: 6 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **JSC Members.** 2009. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/members.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Outcomes of the Meeting of the Joint Steering Committee Held in Chicago, USA, 15-20 October 2007.** Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/0710out.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Work begins on the RDA vocabularies.** Historic Documents. 2008. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/rdavocabularies.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. **2002 annual report** (7 April 2003). Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/annrep02.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition, 2002 revision: 2004 update.** Chicago: American Library Association, 2004.

\_\_\_\_\_. **Outcomes of the Meeting of the Joint Steering Committee Held in Ottawa, Canada, 24-28 April 2006.** Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/0604out.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

KENT, Allen; LANCOUR, Harold; DAILY, Jay E. (Ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Marcel Dekker, Inc., 1974. v. 11. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=rpnDzWi-bDoC&printsec=frontcover&source=gbs\\_v2\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.com.br/books?id=rpnDzWi-bDoC&printsec=frontcover&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v=onepage&q=&f=false)>. Acesso em: 16 out. 2009.

KIORGAARD, Deirdre. **Draft statement of objectives and principles for RDA**. To the Joint Steering Committee for Development of RDA (16 December 2007). Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/docs/5rda-objectivesrev.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **RDA scope and structure**. To the Joint Steering Committee for Development of RDA (15 December 2007). Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/docs/5rda-scoperev2.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

KNIGHT, F. Tim. Cataloguing Rules!: the road to RDA. **TALL Quarterly**, v. 28, n. 2-3, May 2009. Disponível em: <[http://pi.library.yorku.ca/dspace/bitstream/handle/10315/2550/RDA\\_TALL\\_2009\\_final.pdf?sequence=1](http://pi.library.yorku.ca/dspace/bitstream/handle/10315/2550/RDA_TALL_2009_final.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 9 nov. 2009.

LE BOEUF, Patrick. **Brave new FRBR world**. Prepared for the 5<sup>th</sup> IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code (IME ICC 5), August 14-15, 2007, Pretoria, South Africa. Disponível em: <[http://www.imeicc5.com/download/BraveNewFRBRWorld\\_V5\\_2007\\_eng.pdf](http://www.imeicc5.com/download/BraveNewFRBRWorld_V5_2007_eng.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2009.

LUBETZKY, Seymour. The function of the main entry in the alphabetical catalogue: one approach. In: INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. **International Conference on Cataloguing Principles**: Paris, 9<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> October, 1961: Report. London: IFLA, 1963. p. 139-143.

\_\_\_\_\_. The objectives of the catalog. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 189-191. Reprinted by permission of Seymour Lubetzky from his *Principles of Cataloging. Final Report, Phase I: Descriptive Cataloging* (Los Angeles: Institute of Library Research, 1969), pp. 11-15.

\_\_\_\_\_. Principles of descriptive cataloging. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 106-112. Reprinted by permission of Seymour Lubetzky and the Library of Congress, Processing Department. *Studies of Descriptive Cataloging* (Washington, D.C., Library of Congress: 1946), 25-33.

MADISON, Olivia M. A. Utilizing the FRBR framework in designing user-focused digital content and access systems. **Library Resources and Technical Services**, Chicago, v. 50, n. 1, p. 10-15, January 2006. Disponível em: <<http://www.lita.org/ala/mgrps/divs/alcts/resources/lrts/archive/50n1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2009.

MALINCONICO, S. Michael; FASANA, Paul J. **The future of the catalog: the library's choices**. White Plains, New York: Knowledge Industry Publications, Inc., 1979.

MALINCONICO, S. Michael. The role of a machine based authority file in an automated bibliographic system. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. Reprinted by permission of S. Michael Malinconico and the Canadian Library Association from *Automation in Libraries: Papers Presented at the CACUL Workshop on Library Automation, Winnipeg, June 22-23, 1974*. (Ottawa: Canadian Library Association, 1975).

MARCUM, Deanna B. The future of cataloging. **Library Resources and Technical Services**, Chicago, v. 50, n. 1, p. 5-9, January 2006. Disponível em: <<http://www.lita.org/ala/mgrps/divs/alcts/resources/lrts/archive/50n1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2009.

MARKEY, Karen. The online library catalog: paradise lost or paradise regained? **D-Lib Magazine**, Reston, Virginia, v. 13, n. 1/2, January/February 2007. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/january07/markey/01markey.html>>. Acesso em: 16 set. 2009.

MAXWELL, Robert L. **FRBR: a guide for the perplexed**. Chicago: American Library Association, 2008. 151 p.

MI, Jia; WENG, Cathy. Revitalizing the library OPAC: interface, searching, and display challenges. **Information Technology and Libraries**, v. 27, n. 1, p. 5-22, March 2008. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/lita/ital/272008/2701mar/mi.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2008.

MIKSA, Shawne D. Resource Description and Access (RDA) and new research potentials. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Maryland, v. 35, n. 5, p. 47-51, June/July 2009. Disponível em: <[http://www.asis.org/Bulletin/Jun-09/JunJul09\\_Miksa.pdf](http://www.asis.org/Bulletin/Jun-09/JunJul09_Miksa.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2009.

MORENO, Fernanda Passini. O modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 27, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/7287/10136>>. Acesso em: 28 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata**. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=80](http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=80)>. Acesso em: 10 set. 2009.

OCLC – ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. **Online catalogs: what users and librarians want: an OCLC report**. Dublin, Ohio: OCLC, 2009. Disponível em: <<http://www.oclc.org/us/en/reports/onlinecatalogs/fullreport.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2009.

OLIVER, Chris. Changing to RDA. **Feliciter**, Ottawa, Canada, v. 53, n. 5, p. 250-253, Oct. 2007. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/felicitervol53no7p250-253.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

O'NEILL, Edward T.; VIZINE-GOETZ, Diane. Bibliographic relationships: implications for the function of the catalog. In: SVENONIUS, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. Part VI. p. 167-179.

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 92-103. Reprinted from *Library Quarterly* 11 (October 1941): 393-411.

PANIZZI, Sir Anthony. Mr. Panizzi to the Right Hon. The Earl of Ellesmere. – British Museum, January 29, 1848. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 18-47. Reprinted from Great Britain, Commissioners Appointed to Inquire into the Constitution and Government of the British Museum, *Appendix to the Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Constitution and Management of the British Museum*, (London: Her Majesty's Office, 1850), 378-95.

PETTEE, Julia. The development of authorship entry and the formulation of authorship rules as found in the Anglo-American Code. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 75-89. Reprinted by permission of The University of Chicago Press from *Library Quarterly* 6 (July 1936): 270-90.

QUIGG, Patrick. **Theory of cataloguing: an examination guidebook**. Second Edition Revised. London: Clive Bingley, 1968.

RAMALHO, R. A. S.; VIDOTTI, S. A. B. G.; FUJITA, M. S. L. Web Semântica: uma investigação sob o olhar da Ciência da Informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <[http://dgz.org.br/dez07/F\\_I\\_art.htm](http://dgz.org.br/dez07/F_I_art.htm)>. Acesso em: 30 set. 2009.

REITZ, Joan M. **ODLIS: Online dictionary for Library and Information Science**. Last updated November 19, 2007. Disponível em: <<http://lu.com/odlis/index.cfm>>. Acesso em: 14 ago. 2009.

RIVA, Pat; CATO, Anders. Modifications to the FRBR entity “expression”. **International Cataloguing and Bibliographic Control**, London, v. 37, n. 1, p. 16-17, January/March 2008.

RIVA, Pat. Introducing the Functional Requirements for Bibliographic Records and related IFLA developments. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Maryland, v. 33, n. 6, p. 7-11, Aug./Sept. 2007. Disponível em: <[http://www.asis.org/Bulletin/Aug-07/Bulletin\\_AugSep07.pdf](http://www.asis.org/Bulletin/Aug-07/Bulletin_AugSep07.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2009.

SOWERS, Bill. Catalog 2.0: your library catalog in a global environment: Wikipedia and your catalog. **SLK News: News and Info from the State Library of Kansas**, July 1<sup>st</sup>, 2009. Disponível em: <<http://statelibrary.mykansaslbrary.org/?p=3277>>. Acesso em: 15 set. 2009.

SPEDALIERI, Graciela. Los objetivos del catálogo. **Información, Cultura y Sociedad**, n. 14, p. 51-69, 2006.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000. 255 p.

TAYLOR, Arlene G.; JOUDREY, Daniel N. **The organization of information**. 3. ed. Westport, Connecticut: Libraries Unlimited, 2009. 512 p.

TENNANT, Roy. Will RDA be DOA? **Library Journal**, New York, 15 mar. 2007. Digital Libraries, p. 25.

THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES. **Statement of principles**. Paris, October 1961. Disponível em: <[http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/paris\\_principles\\_1961.pdf](http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/paris_principles_1961.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2009.

THE LIBRARY JOURNAL. Editorials. **The Library Journal**, v. 28, n. 9, p. 651-652, September, 1903. Disponível: <<http://www.archive.org/details/libraryjournal28ameruoft>>. Acesso em: 2 nov. 2009.

THE LIBRARY OF CONGRESS. **Joint Statement of the Library of Congress, the National Library of Medicine, and the National Agricultural Library on Resource Description and Access**. May 1, 2008. Disponível em: <[http://www.loc.gov/bibliographic-future/news/RDA\\_Letter\\_050108.pdf](http://www.loc.gov/bibliographic-future/news/RDA_Letter_050108.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Testing Resource Description and Access (RDA)**. 2009. Disponível em: <<http://www.loc.gov/bibliographic-future/rda/>>. Acesso em: 29 out. 2009.

THE LIBRARY OF CONGRESS WORKING GROUP ON THE FUTURE OF BIBLIOGRAPHIC CONTROL. **On the record**: report. Final report (January 9, 2008). Disponível em: <<http://www.loc.gov/bibliographic-future/news/lcwg-ontherecord-jan08-final.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2009.

TILLET, Barbara B. Bibliographic structures: the evolution of catalog entries, references, and tracings. In: SVENONIUS, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. Part VI. p. 149-165.

VERONA, Eva. The function of the main entry in the alphabetical catalogue: a second approach. In: [IFLA] – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS [AND INSTITUTIONS]. **International Conference on Cataloguing Principles**: Paris, 9<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> October, 1961: Report. London: IFLA, 1963. p. 145-157.

\_\_\_\_\_. Literary unit versus bibliographical unit. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging**: a sourcebook. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 155-175. Reprinted from *Libri* 9 (1959): 79-104.

WEBOPEDIA. **Dynamic URL**. 2009. Disponível em: <[http://www.webopedia.com/TERM/D/dynamic\\_URL.html](http://www.webopedia.com/TERM/D/dynamic_URL.html)>. Acesso em: 15 set. 2009.

WILSON, Patrick. The catalog as access mechanism: background and concepts. In: CARPENTER, Michael; SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging: a sourcebook**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1985. p. 256-268. Reprinted by permission of the American Library Association from *Library Technology and Technical Services* 27:1, pp. 4-17 (Jan.-Mar. 1983); 1983 American Library Association.

\_\_\_\_\_. Interpreting the second objective of the catalog. **Library Quarterly**, v. 59, n. 4, p. 339-353, 1989.

\_\_\_\_\_. The second objective. In: SVENONIUS, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. Part I. p. 5-16.

YEE, Martha. Can bibliographic data be put directly onto the Semantic Web? **Information Technology and Libraries**, v. 28, n. 2, June 2009.

\_\_\_\_\_. **What is a work?: part 1, the user and the objects of the catalog**. Los Angeles: UC, 1994. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/2d07p1z1>>. Acesso em: 23 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **What is a work?: part 3, the Anglo-American codes**. Los Angeles: UC, 1995. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/4tv7g3hv>>. Acesso em: 23 out. 2009.